



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**MESTRADO EM ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA NAS NOVAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO ANGOLANO E SUA INSERÇÃO NA
RELAÇÃO SINO-ANGOLANA**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre Estudos da Paz e da Guerra nas Novas
Relações Internacionais

Autora: Alice Marinela Leonardo Ganga

Orientador: Professor Doutor Filipe Vasconcelos Romão

Número da candidata: 20120778

Julho de 2019

Lisboa

DEDICATÓRIA

À minha filha Azura T. L. Deslandes porque sim...

AGRADECIMENTOS

A elaboração e a investigação da presente dissertação de mestrado não seriam possíveis sem os diferentes tipos de estímulo e apoio familiar, institucional e acadêmico que recebi e aqui agradeço.

À Deus agradeço, por trilhar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente. Aos meus pais, Alberto Leonardo e Lurdes Miriame Leonardo com carinho, respeito e gratidão por terem feito crescer em mim a vontade e importância de estudar e incentivar a concretizar os meus sonhos. A confiança a que me dedicaram foi fundamental para superar todas as dificuldades durante todo o percurso. “*Tuapandula*” a vocês por serem referências profissionais e pessoais para o meu crescimento e por me terem ensinado a andar...

À minha filha Azura T. Leonardo Deslandes, pela companhia, pela cumplicidade e pelo estímulo que a sua alegria transmite para o meu coração. Não existe nome para o sentimento que me une a ti. Ao meu marido, que luta comigo em todas as minhas batalhas. Muito obrigado J. Deslandes pelo suporte conforto companheirismo, conselhos, generosidade, disposição sempre e pela confiança incondicional que deposita nas minhas decisões.

Ao meu irmão José Óscar Leonardo que não me deixou esquecer... Com apoio e carinho que sempre dedicou aos meus projetos de vida especialmente no grande incentivo e ajuda para realizar este mestrado. Agradeço também às minhas “Seis Marias”, irmãs mais novas maravilhosas que apesar de vivermos distantes umas das outras, torcem pelo meu sucesso e sempre me dedicaram muito respeito, disposição e consideração. Um obrigado especial às minhas queridas sobrinhas Vitória e Leonor Jorge, a quem realmente considero como irmãs, e que sempre estiveram ao meu lado, apoiam-me e torcem por mim, independentemente da distância que existe entre nós.

À minha querida amiga e comadre Elianne Cabral Machado pelo apoio incondicional, pela paciência, generosidade e sensatez, com que sempre me ouve, e apoia junto com o seu marido e familiares que com a sua bondade muitas vezes teve de fazer papel de mãe a minha nossa Zu, não existem palavras suficientes para eu agradecer-te, mas quero que sintam que este trabalho tem um pouco de todos vós.

À minha tia Maria Isabel Leonardo, que desde o meu ensino primário foi uma grande incentivadora para os meus estudos. Fazendo quase sempre as minhas matrículas na Escola 314, e tinha sempre as palavras perfeitas que não me fizessem desistir. Com duas mãos te agradeço pelas vibrações e todas as preces.

Manifesto o meu reconhecimento aos meus queridos primos Amado André Leonardo e Cláudio Valentim cujos conselhos, carinho, apoio, opiniões e elementos bibliográficos, cedidos contribuíram de uma forma significativa, para a elaboração do presente trabalho.

Ao Professor Doutor Filipe Vasconcelos Romão, meu orientador, expresso a mais profunda gratidão pela sua disponibilidade, pelas correções, pela paciência e sugestões pertinentes, ainda que às vezes à distância, pelo profissionalismo e críticas construtivas que foram fundamentais para realizar e prosseguir este trabalho. Agradeço igualmente ao coletivo de docentes do programa deste mestrado, pela oportuna forma científica de dirigir este curso, colaborando para a minha formação académica e intelectual em especial ao Prof. Dr. Luís Moita e ao General Luís Valença Pinto pelos valiosos ensinamentos e aulas interessantíssimas que lecionaram durante o meu percurso nesta universidade.

Agradeço à Sílvia C.Sita minha grande amiga, pelo incentivo, pela inspiração, companheirismo e pelos momentos inesquecíveis que passamos durante a minha vida académica com quem partilhei algumas ideias, preocupações, receios e conhecimentos preciosos neste mestrado, nos congressos de Relações Internacionais que participamos juntas em Lisboa, Canadá e as nossas lutas durante a licenciatura na universidade Lusíada de Lisboa. Muito obrigada minha “Sis” Edna Correia, pelas palavras sempre confortantes, motivações, força e confiança incontestável no meu sucesso.

Aos funcionários da Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa, Biblioteca da Universidade Lusíada de Lisboa e respetiva Mediateca e Centro de Documentação Europeia. A Biblioteca pública de Sintra polo Amadora e Queluz e *Biblioteek Rozet* em Arnhem, onde passei a maior parte do tempo durante a investigação deste trabalho e foram sempre prestáveis, com livros e informações que ajudaram a ultrapassar muitos obstáculos.

À minha prima Eufrásia Linhunga Jacinto que sempre demonstrou o seu apoio e carinho. Muito obrigada por seres *mijn mentor* e por seres um exemplo de vida.

Um agradecimento especial a toda a família *Verkerke*, de *Oost-suburg*, pela hospitalidade e generosidade demonstrada em vossa casa quando muito precisei e me acolheram como um membro da família e cujos ensinamentos manterão para sempre.

À minha amiga e afilhada Leonor Bruneth pela amizade, disponibilidade, inspiração, motivação e interesse em transmitir a sua sabedoria. Muito obrigada por me ter corrigido e incentivado quando necessário sem nunca me desmotivar ou julgar. És incrível!

Aos meus padrinhos, António Sequeira Martins e Maria de Fátima Martins pelo amor, pelos sábios conselhos e pelas grandes lições de vida que me transmitem. Aos meus primos Nelson e Victor Fernandes ficam aqui, um *kandandu* carinhoso, minha imensa gratidão, meu

respeito, minha admiração e minha devoção, intransponíveis em palavras por nos conduzirem nos primeiros passos em Lisboa e depois em *Leeuwarden* que abriram muitas portas e tornaram mais fácil a nossa integração fora de casa.

A toda a família Bianco, pela hospitalidade que sempre me depositam e pelas palavras e refeições sempre calorosas quando estou com vocês. O fato de ter encontrado em Lisboa pessoas tão *Catabola/Camindongo* como eu, cheias de persistência e motivação foi crucial na concretização deste e de outras inúmeras realizações.

Ao meu ex-colega Deodato Francisco que exemplifica a ética e competência profissional, princípios invioláveis, dedicação e o aprimoramento contínuos, muito obrigado pelo incentivo e por atender meus pedidos de socorro, quando o solicitei sobre as pesquisas bibliográficas deste trabalho. A toda a família que ganhei durante os últimos cinco anos tios (as), primos (as), cunhados (as) e aos meus sogros, por apoiarem e compreenderem o meu isolamento em inúmeros momentos, por me inspirarem, incentivarem, e entenderem as minhas faltas e momentos de exclusão, muito obrigado.

Expresso aqui também a minha gratidão aos meus amigos e familiares que não mencionei mais que cada um a sua maneira frequentemente visitam o meu coração com bondade e boa energia e que direta ou indiretamente contribuíram para que este momento se tornasse realidade, que nunca questionaram as minhas decisões, tanto nos estudos, como na vida, que aceitaram a minha maneira de ser e que me auxiliaram nos momentos em que mais precisei. Muito obrigado.

RESUMO

A presente dissertação tem como principal objetivo demonstrar a importância do petróleo angolano na relação bilateral estabelecida entre a República Popular de Angola e a República Popular da China. Para contextualizar o objeto de estudo, daremos foco principalmente à evolução, em retrospectiva histórica, das relações Sino-Angolanas, nas quais se destacam momentos-chave como: o início das relações da República Popular da China com o continente africano; a evolução decisiva das relações após a Guerra Civil (1975-2002) e a aplicação da estratégia denominada Angola mode.

Para analisar a estratégia chinesa de política externa, especialmente no que a Angola diz respeito, recorreu-se ao conceito de *softpower*. Uma pesquisa baseada numa multiplicidade de fontes permitiu que se identificasse que a estratégia assenta essencialmente na troca de petróleo angolano por infraestruturas e mão-de-obra barata proveniente da China.

A presença de empresas e capital chinês pode ser verificada em quase todo o território Angolano. Ao mesmo tempo em que esta presença contribui para a recuperação do país, afetado pelas consequências de uma recente guerra civil devastadora, também cria condições para que o gigante asiático ocupe papel estratégico no continente africano. Com este trabalho, pretende-se avançar na compreensão das perspetivas sobre a chamada diplomacia do petróleo; diplomacia essa que se constitui no ponto central da cooperação entre os dois Estados – Angola e China.

Palavras-chave: Angola; China; Geopolítica; Petróleo.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is to show the importance of Angolan petroleum in its bilateral relationship with the People's Republic of China. To contextualize the object of study, we will focus mainly on the evolution of Sino-Angolan relations, a brief historical retrospective will be made between the two States. It will present the first relations of the People's Republic of China with the African continent, the decisive evolution in Angolan territory after the civil war in 2002, and its pattern called Angola mode.

We use the concept of soft power to analyze China's foreign policy strategy, particularly in Angola in recent years. Methodologically, research was carried out on a wide variety of materials, books, official documents, press reports, and scholarly works. With this work, we identified that such a strategy of international relations between China and Angola is based heavily on the trade of Angolan petroleum trade for infrastructures with cheap labor from China. It will present the strategic relationship between the two states and how Chinese credit lines contribute to their relationship with Angola.

The presence of companies and Chinese capital can be verified in almost the entire Angolan territory. While it contributes to the country's recovery, which was affected until recently by a devastating civil war, it creates conditions for the Asian giant to play a strategic role on the African continent. Such information will advance the understanding of open perspectives on the so-called oil diplomacy, which constitutes the central point of cooperation between the two States – Angola and China.

Keywords: Angola; China; Geopolitics; Petroleum.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	16
1. Energia e Poder	19
1.1 Problemática.....	19
1.2. Enquadramento teórico	22
1.2.1. Abordagem tradicional da política externa: O Realismo.....	22
1.2.2. O Liberalismo.....	22
1.2.3. A Paz Perpétua de Kant	23
1.2.4. O Neoliberalismo e o conceito de <i>Soft Power</i>	23
2. A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA	27
2.1. Enquadramento Histórico.....	27
2.1.1. A Angola pós-colonial	27
2.1.2. O sistema político angolano	29
2.1.3. A economia Angolana	31
2.1.3.1. A economia Angolana entre 2002-2017	31
2.1.3.2. Dinâmicas De Crescimento Económico	32
2.1.3.4. O setor dos serviços.....	36
2.2. Enquadramento Geopolítico.....	38
2.2.1. Quadro geopolítico da República Popular de Angola	38
2.2.2. O mercado petrolífero do continente africano	41
2.2.3. A Geopolítica do petróleo na conjuntura africana	43
2.2.4. Existências e produção de petróleo em África	45
2.2.5. As Reservas de petróleo da África Subsariana.....	47
2.2.6. Os petro-Estados subsarianos na inserção da geopolítica mundial	51
2.3. As Relações da República Popular da China com o Continente Africano	57
2.3.1. História e atualidade.....	57
2.3.2. Principais marcos da relação sino-africana entre o século XX e XXI.....	58
2.3.3. O fortalecimento das relações sino-africanas (1978-1989)	65
2.3.4. 1990 até hoje: <i>Going global</i>	68

2.3.5.	Interesses Económicos da China em África	70
2.3.6.	O FOCAC: estratégia económica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana	72
3.	AS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS	81
3.1.	Angola no contexto da internacionalização da China	81
3.2.	A evolução nas relações sino-Angolanas	81
3.3.	O estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados.....	85
3.4.	As relações sino-angolanas no período 2002-2017	91
3.4.1.	O sector da construção e obras públicas e o envolvimento da China	91
3.4.2.	O Fundo Internacional da China.....	96
3.4.3.	A necessidade de financiamento e as condicionantes das instituições financeiras internacionais	98
3.4.3.1.	Angola, FMI e Banco Mundial: um relacionamento complicado	98
3.4.3.2.	As exigências do FMI no pós-guerra.....	Erro! Marcador não definido.
3.4.4.	A entrada da China em Angola	100
3.5.	A ajuda chinesa.....	Erro! Marcador não definido.
3.5.1.	Os acordos assinados: as linhas oficiais de crédito	100
3.5.2.	Linhas de crédito privadas: o China International Fund.....	Erro! Marcador não definido.
3.5.3.	As condições dos empréstimos: finança e condicionalidades	105
3.5.4.	As empresas chinesas na economia e o emprego em Angola	
3.6.	A Entrada de Empresas Chinesas na Economia Angolana.....	Erro! Marcador não definido.
3.6.1.	O investimento empresarial chinês em Angola.....	Erro! Marcador não definido.
3.6.2.	As empresas chinesas em Angola.....	Erro! Marcador não definido.
3.6.2.1.	Efeitos das empresas chinesas sobre a economia e o emprego locais	108
3.7.	A importância do petróleo nas relações sino-Angolanas	110
3.7.1.	A importância do petróleo na relação comerciais sino-angolanas	115
4.	CONCLUSÃO	119
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - O crescimento económico de Angola em 15 anos.....	32
Tabela 2 - Origem das Importações de Angola em 2000 e 2011.....	35
Tabela 3 - Direção das Exportações de Angola em 2000 e 2011	36
Tabela 4 - Principais produtos de valor em África.....	41

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Limites e fronteiras de Angola	41
Figura 2 - Mapa dos recursos naturais de África	43
Figura 3 - Produção de Petróleo na Líbia (2008-2018).....	46
Figura 4 - Mapa dos países localizados no Golfo da Guiné.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA- Ação Angolana para o Desenvolvimento

ADA- Angolan Diamond Company

AI- Amnistia Internacional

AIEA- Agência Internacional de Energia Atômica

AGOA- Ato para o Crescimento e Oportunidades para África

ANC- African International Congress/ Congresso Nacional africano

ANIP- Agência Nacional de Investimento Privado

APEC- Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico

BAP- Plano de Ação de Pequim

BCI- Banco de Comercio e Indústria

b/d- Barris por dia

BM- Banco Mundial

BNA- Banco Nacional de Angola

BP- The British Petroleum Company (Companhia Britânica de Petróleo)

BRIC's- Rússia, Brasil, Índia e China.

BPC- Banco de Poupança e Crédito

CABGOC- Cabinda Gulf Oil Company

CAD- Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CCAC- Câmara do Comércio Angola-China

CCB- China Construction Bank

CCS- CENTRE, for Chinese Studies

CDB- China Development Bank

CDH- Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos

CENT COM- United States Central Command

CIA- Central Intelligence Agency

CIO- China Internacional Ltd.

CPLP- Comunidade dos Países de Língua portuguesa

CITIC- China International Trust and Investment Corporation

CHINA OIL- China National United Oil Corporation

COMESA- Mercado Comum da África Oriental e austral

CNPC - China National Petroleum Corporation

CNODC- China National Oil and Gas Development and Exploration Corporation

CNOOC- China National Offshore Oil Corporation

CNPC- China National Petroleum Corp
CPP - Contractos de Partilha de Produção
CSIH- China Sonangol Internacional Holding
CS - Conselho de Segurança da ONU
CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSIH- China Sonangol International Holding Ltd.
DIAMANG- Companhia de Diamantes de Angola
DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENDIAMA- Empresa Nacional de Diamantes de Angola
EUA- Estados Unidos da América
Eximbank- Import – Export Bank of China
FAPLA- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FEDD- Forum for Democracy and Development
FLEC- Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI- Fundo Monetário Internacional
FNLA- Frente Nacional para a Libertação de Angola
FOCAC- Fórum on China-Africa Cooperation/ Fórum de Cooperação China – África
FRAN- Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
GNL- Gás Natural Líquido
GRAE- Governo da República de Angola no Exílio
GRN- Gabinete de Reconstrução Nacional
GURN-Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
HRW-Human Rights Watch
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IED- Investimento Estrangeiro direto
KZ- Kwanza
LIBOR: London Interbank Offered Rate
MIA- Movimento para Independência de Angola
MINFIN- Ministério das Finanças
MINPET- Ministério dos Petróleos
MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola
MOFCOM- Ministério do Comércio Chinês
NATO- Organização do Tratado do Atlântico Norte

NEPAD- Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODA- Assistência Oficial ao desenvolvimento
OEIL- ordem económica internacional liberal
OOF- outros fluxos oficiais
OGE- Orçamento Geral do Estado
OMC- Organização Mundial de Comércio
ONG- organizações não governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
OUA- Organização da Unidade Africana
OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCC- Partido Comunista Chinês
PES- Programa Económico Social
PIB- Produto Interno Bruto
PNB- Produto Nacional Bruto,
PME - Pequenas e Médias Empresas
PNUD- Programa Nacional de Emergência para a Ajuda Humanitária
PPP- Purchasing Power Parities (Paridade do Poder de Compra)
PRE- Programa de Recuperação da Economia
RDC- República Democrática Do Congo
RI- Relações Internacionais
RMB- China Yuan Renminbi
RPA- República Popular de Angola
RPC- República Popular da China
SADF- South African Defence Force
SAIIA- South African Institute of International Affairs
SDM- Sociedade de Desenvolvimento Mineiro
SINOPEC- China National Petroleum Corporation
SONANGOL- Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SPD- Strategic Partnership Dialogue
SSI- Sonangol Sinopec Internacional
UA- União Africana
UE- União Europeia
UNAVEM- United Nations Angola Verification mission

UNICEF- United Nations Children's Fund
UNITA- União Nacional da Independência Total de Angola
UNIPEC- China International United Petroleum & Chemicals
UPA- União das Populações de Angola
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD- United States Dollar (Dólar dos Estados Unidos)
USIA- United States Information Agency
USGSU- S. Geological Survey's World Petroleum Project
VIH/SIDA- Vírus de Imunodeficiência Humana
ZDJ - Joint Development Zone
ZEE- Zonas Económicas Exclusivas

INTRODUÇÃO

Na aldeia global em que vivemos, dominada pela economia mundial, vários atores deslocam-se de forma estratégica em busca de recursos energéticos cruciais, de modo a sustentar as suas necessidades vitais. Um dos recursos mais desejáveis é o petróleo; poder-se-á dizer que, na civilização industrial de hoje, este é o recurso natural mais importante.

Sendo a China, por excelência, uma potência em crescimento – em termos territoriais, militares, populacionais, económicos e industriais –, não é de estranhar que receba o título de “fábrica do mundo” e que, conseqüentemente, necessite cada vez mais de matérias-primas e recursos energéticos para poder sustentar as suas necessidades vitais e para manter o seu crescimento económico. Embora seja um dos maiores produtores de hidrocarbonetos do mundo, importa cada vez mais em larga escala, aumentando assim a sua dependência petrolífera.

Neste contexto, África – e em particular Angola – tornou-se um dos principais fornecedores e parceiros comerciais da China, devido ao seu mercado em expansão, quer pela abundância de recursos naturais que o país oferece, quer pela estabilidade que o país vive após um longo período de guerra colonial seguido de outro de guerra civil. Nos últimos anos, o setor petrolífero tem registado um forte crescimento; com isso, Angola assumiu um papel central no fornecimento desta matéria prima, distanciando-se de antigos fornecedores do Médio Oriente, América Latina, Mar Cáspio e África do Norte, regiões que foram perdendo a sua competitividade pela confluência de vários fatores, como disputas territoriais, movimentos fundamentalistas, instabilidade política e terrorismo. Além disso, Angola dispõe de importantes reservas de recursos naturais como gás, diamantes, ferro, ouro, fosfato, cobre, chumbo, volfrâmio e titânio. Adicionalmente, Angola é o maior exportador de diamantes da África Subsariana, (segundo dados e estimativas do *United States Geological Survey Mineral Resources Program May 19, 2009*).

As reservas diamantíferas, em quantidade e qualidade, colocam Angola como quarto maior produtor mundial de diamantes brutos, (CEMC 2008/09 - MAJ INF Matos Grilo). É o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana, disputando a liderança com um diferencial mínimo relativamente à Nigéria conforme apontam dados da (EIA,2017). Já que em 2016, Angola liderava a maior produção de petróleo no continente africano, com uma produção em média no primeiro semestre do ano com 1,773 milhões de barris de crude por dia, acima dos 1,523 milhões de barris diários da Nigéria, conforme o relatório de junho de 2016 da (OPEP). O petróleo angolano é tipicamente leve, com uma densidade de aproximadamente 30 graus API e baixo teor de enxofre, abaixo de 1 grau (Bondes, 2009).

Angola é o quarto país de África com maiores reservas, com reservas comprovadas de nove bilhões de barris segundo dados da (OPEP,– 2015).– Sendo que a exploração é feita maioritariamente em águas profundas, nas bacias do Congo e do Kwanza, e tendo em conta a posição estratégica na região da África Austral, é possível uma rápida integração nos principais mercados do Atlântico e do Índico. No entanto, tal exige a reabilitação das redes ferroviárias nacionais, muitas das quais estão ao cargo das empresas de construção chinesas, conforme os acordos celebrados pelos dois Estados.

A China é hoje o maior parceiro comercial de alguns países africanos, explorando as matérias-primas em troca da concessão de créditos. Para a exploração e fornecimento no território africano, serve-se das suas principais empresas petrolíferas, *China Nacional Petroleum Corporation* (CNPC), *China Nacional Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e a *China Petroleum and Chemical Corporation* (SINOPEC).

As relações entre Angola e China intensificaram-se em 2010, com a prática de linhas de crédito do governo chinês em troca de exportações de barris de petróleo angolano. Tal como defendeu Manuel João Bernardo, as relações de cooperação entre Angola e a República Popular da China atingiram um nível “muito elevado”, sendo que ambas as partes beneficiam desta relação (Angop, 2010). É importante sublinhar, antes de tudo, que a política externa da China, desde a sua fundação como República Popular da China– por Mao Tsé Tung, em 1949, tem persistentemente aplicado uma política diplomática de independência, de autonomia e de paz com outros povos. Esta política externa é baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, que apelam a não interferência nos assuntos de outros países, não agressão, convivência pacífica, igualdade e benefícios mútuos. Ou seja, a China tem mantido uma política externa impulsionada pelo conceito de "harmonia sem uniformidade", que incentiva as relações diplomáticas entre os Estados, apesar das diferenças ideológicas ou governos.

O interesse da República Popular da China em África não é um fenómeno recente visto que, nos anos 60, este país apoiou o movimento de libertação União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) sob liderança de Jonas Savimbi. Após a sua formação em 1966, a UNITA necessitando de apoios externos, virou-se para a China, procurando apoio para o processo de descolonização e para a guerra colonial que se seguiria. Em janeiro de 1983, a República Popular da China e a República Popular de Angola estabeleceram relações diplomáticas formais, assinado posteriormente acordos comerciais em 1984, seguido, três anos mais tarde, pela criação de uma comissão comercial mista. Com o fim da guerra civil angolana, a China reforçou a sua atuação em Angola, e a atual parceria

estratégica, acordada entre Pequim e Luanda, intensificou-se a partir de 2003, quando o Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da República Popular da China assinaram acordos que estabeleceram as bases de uma nova cooperação económica e comercial entre os dois estados. Angola já tinha recorrido à China em 2002, quando lhe foi negada ajuda pelas maiores instituições financeiras ocidentais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As condições de transparência e boa gestão de fundos públicos impostas pelo FMI e BM tornam mais difícil a obtenção de ajuda por parte destas instituições; o mesmo não acontece com a China, que, por se encontrar numa fase de expansão (“*going out policy*”) – com as suas empresas à procura de novos mercados – oferece em longo prazo taxas de crédito muito mais atrativas. Angola encontrou na China um ótimo parceiro, uma vez que esta se predispôs a abrir uma linha de crédito sem restrições, apenas com a condição de ser paga com petróleo, através de um número de barris pré-estabelecido. A primeira linha de crédito chinês foi atribuída a Angola em 2002, e desde então vários acordos foram celebrados, sendo assim os Estados Unidos da América substituídos pela China no papel do principal parceiro comercial de Angola. Por exemplo, em março de 2004, Angola recebeu um empréstimo do banco chinês *Eximbank* no valor de US\$ 2 mil milhões para a reconstrução do país, que deve ser liquidado num prazo de 12 anos, através de petróleo (Imara, 2012). Para o bom funcionamento desta cooperação contribuiu o facto de a maior parte das empresas em Angola serem estatais num governo liderado maioritariamente pelo MPLA e de as da China serem controladas maioritariamente pelo Partido Comunista da China (PCC). Ambos os partidos têm fortes influências marxistas, o que favorece que se estabeleça uma relação de troca direta entre o Estado Chinês (que dispõe serviços e preços favoráveis) e o Estado angolano (que tem o petróleo).

1. Energia e Poder

1.1 Problemática

A questão que guiou a investigação foi a seguinte: “Admitindo-se uma procura crescente de recursos energéticos pela China e considerando-se a importância dos recursos petrolíferos angolanos para o equilíbrio da balança energética chinesa, qual o impacto do comércio de petróleo nas relações bilaterais entre a China e Angola?”.

Esta pergunta de partida deve ser considerada a par de um conjunto de objetivos que também orientou a conduta da investigação. ((São eles: i) compreender a situação geopolítica de Angola, e, em particular, como os seus recursos naturais lhe conferem valor estratégico; II) analisar o mercado petrolífero de Angola, tendo em conta as suas reservas; iii) elaborar uma contextualização histórica da política externa da China face ao continente africano, distinguindo as suas diferentes fases de evolução; iv) elaborar uma retrospectiva histórica das relações entre Angola e China (relações sino-angolanas); v) perceber a importância central do petróleo nas relações entre os dois países.

Assim sendo, o propósito central é analisar a relevância do petróleo na relação sino-angolana. Seguindo o modelo *Angola Mode*¹, a cooperação assenta principalmente na troca de petróleo por empréstimos chineses, que por sua vez são canalizados para a construção de infraestruturas, destruídas maioritariamente durante a guerra civil em quase todo território angolano. Esta investigação poderá ser pertinente pelo eventual valor geopolítico de Angola, tanto a nível regional como internacional, seus numerosos recursos naturais, pela sua posição em organizações regionais e internacionais e pelos seus três importantes portos de mar, nomeadamente os de Luanda e Lobito. A análise das relações entre Angola e China será feita no período entre 2002 e 2017, assinalando os momentos mais importantes da relação durante esse período.

Esta temática insere-se no contexto das Relações Internacionais, e ainda que a investigação assente numa análise de política externa procurou-se uma análise multidisciplinar, recolhendo contributos da área da História, Economia, Geografia, Ciência Política e Sociologia. Procurou analisar-se a política externa à luz dos contributos das teorias

¹ A China respeita a soberania dos países africanos, seguindo o princípio da não interferência em assuntos domésticos. A cooperação é feita através do *Angola mode*, que consiste na troca de recursos naturais por projetos de infraestrutura de larga escala. Detalhes sobre o *Angola Mode* podem ser obtidos em CARMO (2013).

do Realismo, Liberalismo, e também do conceito de *soft power*, desenvolvido por Joseph Nye.

A hipótese principal que se coloca é que, não minimizando a importância energética de Angola, a aproximação da China se prende com motivos que não a própria energia: a posição de Angola nas organizações internacionais e regionais, e que –, as frequentes acusações de desrespeito dos direitos humanos por parte da China também constituem importantes impulsionadores nas relações sino-angolanas ?

Também nos deveremos questionar se Angola retira vantagens, para além das económicas, da sua relação com a China: a posição da China como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas pode ser relevante para conter as sanções económicas propostas pelos países ocidentais. Além disso, Angola parece ver na China um modelo exemplar de desenvolvimento e, como já referido, uma importante fonte de investimentos, ajuda económica e tecnológica.

Para a elaboração do presente trabalho foram utilizados os quadros metodológicos de análise de política externa, geopolítica e geopolítica do petróleo, através de uma abordagem histórico-descritiva. As principais fontes utilizadas foram monografias, artigos científicos, declarações de governantes dos dois Estados e apontamentos próprios recolhidos de palestras, seminários e aulas na Universidade Autónoma de Lisboa e na Universidade Lusíada de Lisboa.

Esta dissertação encontra-se dividida em três grandes capítulos. No primeiro, após a exposição dos conceitos teóricos adotados ao longo do trabalho, far-se-á uma contextualização da política externa nas Relações Internacionais, através das teorias mais relevantes para este caso, o Liberalismo e o Realismo. Assim, foram analisados os principais fundamentos e contribuições teóricas de Huntington (1975), entre outros. Na última secção deste primeiro capítulo iremos debruçar-nos sobre a ideia de *soft power* cunhada pela primeira vez por Joseph Nye, visando identificar uma eventual aplicabilidade que possa ter sobre o comportamento das relações entre Angola e China.

O segundo capítulo será dividido em duas grandes secções. A primeira estará destinada a uma descrição do posicionamento geopolítico e dos recursos naturais africanos em geral, com especial incidência no petróleo.

Na segunda secção será apresentada a evolução histórica da relação entre a China e o continente africano, desde os primeiros contactos no século XV até aos nossos dias, com especial incidência no período a partir da proclamação da República Popular em 1949. Considera-se que a intervenção chinesa evoluiu, passando de uma atuação marcadamente

ideológica para uma postura cada vez mais pragmática e assente nos próprios interesses estratégicos.

O terceiro capítulo abordará as relações sino-angolanas firmadas ao longo da história entre os dois países. Iremos pautar-nos pelos capítulos anteriores para demonstrar como as teorias das Relações Internacionais podem ajudar à análise das relações entre os dois países e, por outro lado, como este caso prático pode contribuir para testar do ponto de vista empírico e conceptual a própria teoria.

Por fim, na última secção, serão apresentadas breves considerações finais sobre o papel do petróleo nas relações entre Angola e China; especial atenção será concedida ao *soft power* nas relações entre os dois países.

1.2.Enquadramento teórico

Para que possamos desenvolver uma análise satisfatória sobre a política externa sino-angolana será necessário, primeiramente, estabelecer alguns conceitos centrais sobre o tema, obtendo assim ferramentas analíticas para esta dissertação.

Esta secção será dedicada à conceptualização da abordagem tradicional da política externa; de seguida, apresentar-se-ão as teorias mais relevantes para a investigação – o Realismo e o Liberalismo – assim como os conceitos de *soft power* – e de “paz perpétua” – avançado por Kant –, muito importantes para compreender a relação Angola-China.

1.2.1. Abordagem tradicional da política externa: o Realismo

A política externa, referindo-se às relações estabelecidas entre os Estados, constitui uma parte de grande dimensão da disciplina das Relações Internacionais. (Baillard, 1990). A maior parte dos estudos focados nas relações externas das entidades estatais é sustentada tradicionalmente pela teoria realista, uma vez que esta considera que o Estado é o protagonista do sistema internacional e que, conseqüentemente, a estabilidade ou instabilidade deste depende das ações dos líderes estatais, que estarão sempre interessados em proteger os seus interesses e prioridades estratégicas. O sistema internacional, segundo o Realismo, é assim um espaço relativamente anárquico de competição, no qual os atores soberanos procuram, através da sua política externa, assegurar a sua posição privilegiada – (Mearsheimer 2001). – Tendo em conta a natureza anárquica do sistema internacional, é compreensível que os Estados procurem estratégias para assegurar a sua sobrevivência e impedir que sua soberania seja ameaçada. Fazem-no através do estabelecimento de alianças, para que seja alcançado um equilíbrio de poder.

1.2.2. O Liberalismo

Detenhamo-nos agora sobre o Liberalismo e suas implicações na análise de política externa. Considera-se que esta teoria se constitui como forma de dar resposta à decadência do Realismo no espaço das grandes questões das Relações Internacionais, tornando-se, no ponto de vista, muito mais adequada à nova realidade mundial de grandes fluxos comerciais e de interação e intercomunicação entre os diversos países.

Segundo o Liberalismo, os conflitos recorrentes entre Estados são evitáveis, a cooperação é possível, e o indivíduo, agindo por meio de instituições, é o principal agente de mudança na política internacional. – Os liberais procuram entender a colaboração entre Estados e abriram espaço para autores que se focaram em olhar de forma mais minuciosa as

inter-relações entre esses mesmos Estados e os processos internos que levam à formação da preferência nacional. O pensamento liberal destaca a importância das instituições dentro do sistema internacional anárquico para garantir os acordos de longo – prazo. Sem a confiança nas regras, não haveria cooperação. O comportamento previsível, condizente com o que foi acordado entre as partes, permite ganhos mútuos no longo – prazo e fortalece o regime. As instituições contribuem para compreender as motivações dos Estados – (Keohane, 1985, p. 226). Por estas razões, considera-se que esta teoria é bastante mais adequada para compreender as decisões do governo de Pequim nas negociações com Angola.

1.2.3. A Paz Perpétua de Kant

A singularidade da contribuição do pensamento de Kant na política externa está na sua crença num estado de paz perpétua que se constrói porque a razão tem mais força do que o poder (Pascal, 2001). O sistema internacional seria composto por vários Estados – repúblicas – e também instituições supranacionais. Para Kant, o modelo político da república é o único que pode evitar guerras internas ou externas porque numa república haverá sempre uma grande participação da população na tomada de decisões, que permitirá que a razão se sobreponha à guerra. Kant defende que a manutenção da paz no sistema internacional é possível, assim como o bom funcionamento das instituições de relações comerciais. De um modo geral, o pensamento liberal de Kant parte da crença de que a razão incentiva os seres humanos a procurarem a felicidade, tentando criar um mundo melhor, mais agradável, seguro e próspero. Neste cenário, as instituições internacionais, o comércio livre e o sistema da democracia liberal são os pilares para o desenvolvimento das relações de cooperação e estabilidade entre os Estados. Está assim subjacente a ideia de que a política externa pode potenciar a solidariedade, prosperidade e paz, possibilitando o desenvolvimento económico e político das várias entidades envolvidas.

1.2.4. O Neoliberalismo e o conceito de *Soft Power*

A ausência de uma resposta concreta do Realismo sobre as questões levantadas pela política externa dos Estados abriu espaço, por volta da década de 70 do século XX, para o ressurgimento do Liberalismo.

Como referido anteriormente, a corrente liberal das Relações Internacionais defende que o poder dos Estados e a sua posição no sistema internacional não são assegurados apenas recorrendo ao *hard power* – que engloba o poder militar, as características geográficas e os recursos naturais de um país, por exemplo. Por outro lado, os Estados podem fazer uso do *soft power* – estabelecendo acordos internacionais, fazendo parte de associações de cooperação que ajudem a proteger os seus interesses económicos, políticos e culturais.

Joseph Nye é um dos autores de referência que desenvolveram o conceito de *soft power*, salientando a importância da interdependência entre os Estados. Para este autor, assim como para Keohane, o limite entre os assuntos domésticos e os internacionais é difuso, sendo que os atores agem dentro e fora das suas fronteiras simultaneamente. Os autores demonstraram a insuficiência de estudar o Estado como unitário, ao deixarem claro que não há um interesse nacional, mas sim uma disputa interna de grupos. (Axelrod; Keohane, 1985, p. 226). Essencialmente, os autores neoliberais reconhecem o Estado como um ator extremamente importante, mas criticaram o papel preponderante que lhe era atribuído pelos realistas, atribuindo igual importância a outros atores, como as instituições transnacionais.

No cerne do soft power, encontram-se a cultura, os valores políticos e a política externa. A cultura é muitas vezes transmitida através de contactos pessoais, visitas e intercâmbios. Como tal, a educação tem um papel importante a desempenhar neste processo (Nye Jr., 2004). Por exemplo, muitos estudantes universitários estrangeiros passam anualmente pelos Estados Unidos e regressam aos seus países, levando consigo os ideais e valores norte-americanos. No que diz respeito aos líderes chineses muitos dos seus filhos estudam em universidades norte-americanas, acabando estes por descrever com maior veracidade a realidade americana do que as descrições que o Partido Comunista Chinês (PCC) tenta transmitir (Nye JR. 2004, p.13). Nesta lógica, um país usufruirá mais *soft power* quanto mais respeito e confiança inspirarem a sua cultura, os valores, ideias e instituições que o representam.

Nesta investigação, que visa analisar a política externa da China em relação a Angola, é especialmente relevante o conceito de *soft power enquanto principal instrumento de política externa de um Estado em relação ao outro*. Considera-se que a China faz uso de um forte *soft power*, servindo-se da sua cultura milenar, que se encontra difundida um pouco por todo o mundo e se revela através da sua medicina, gastronomia, avanços científicos e tecnológicos; até mesmo as lojas de baixo custo podem aqui ser incluídas, dado a sua prevalência no mundo dito ocidental. – Outros instrumentos utilizados pela China para a divulgação da sua cultura, dos seus valores, e das suas diretrizes de política externa e economia são jornais editados em

chinês, as agências de notícias, os *sites* na Internet e a produção de documentos oficiais como *White Papers*.

Por outro lado, o número de turistas na China cresceu consideravelmente – cerca de 17 milhões por ano (Nye, 2005). Além disso, até o final de 2010, a China estabeleceu 322 delegações do Instituto Confúcio pelo mundo para ensinar a sua língua e difundir a sua cultura. No momento em que a emissora de rádio Voz da América reduziu as suas emissões em chinês (de 19 para 14 horas diárias), a Rádio Internacional da China aumentou as suas emissões diárias (Nye, 2008). De realçar são também eventos realizados em vários países, como: as Semanas Culturais Chinesas, as câmaras de comércio e a expansão do intercâmbio cultural, especialmente protagonizado pelos estudantes. A este propósito, é importante referir que cerca de um terço dos estudantes estrangeiros na China são africanos (ANGOP, 2013). Também são fontes de *soft power*, os valores políticos do Estado chinês, porem os Estados vizinhos bem como outros países sobretudo no Ocidente, parecem por vezes, sentir-se ameaçados pela expansão da China.

Os seus valores ainda são recebidos com alguma apreensão em boa parte dos Estados e o país é frequentemente criticado pela violação dos direitos humanos, em especial no que se refere às liberdades de imprensa, ao funcionamento da democracia e a questões ambientais (ONU, 2013). A China atual, apesar de manifestos sinais de modernidade em vários sentidos, nomeadamente no contexto económico, industrial e financeiro, também expõe, de forma dramática, as profundas contradições originárias dos seus novos padrões de acumulação, com desigualdade social e a concentração de rendimentos menos positivos do desenvolvimento da economia chinesa.

Assim, a concessão chinesa de *soft power* envolve simultaneamente as preocupações em fortalecer a estabilidade doméstica e a germinabilidade e as aspirações de ampliar a influência externa do país; essa forte ligação entre doméstico e o internacional obrigaria os decisores políticos chineses a preocupar-se com as vulnerabilidades do país nas duas esferas, evitando que problemas internos se reflitam na projeção de poder externa (ENG & Spickett-Jones, 2009).

Finalmente, cumpre referir que a política externa da China assenta no recurso ao *soft power*, pois recorre, através dos métodos já referidos, à persuasão pacífica e harmoniosa e não à coerção. Deste modo, distingue-se do modo de atuação de alguns países ocidentais na resolução de conflitos com outros Estados, sendo que estes optam por usar o *hardpower* e violando por vezes a soberania dos Estados.(ex.: EUA em 2003 no Iraque, sem a aprovação da

sociedade internacional no geral, o que enfraqueceu o *soft power* americano (NYE JR. 2004, p.14).

2. A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

2.1.Enquadramento Histórico

2.1.1. A Angola pós-colonial

A atual República Popular de Angola passou por um período de guerra civil devastadora que se estendeu por vinte e sete anos que pode ser divisível em três períodos de conflito aberto e violento (1975-1991, 1994-1999 e 1998-2002), intercalados por frágeis e curtos períodos de paz. O conflito gerou milhares de mortes e deu início a um intenso fluxo de migração da população do interior do país para capital, em busca de mais segurança. Para, além disso, muitas infraestruturas ficaram destruídas.

Portugal reconheceu a República Popular de Angola a 22 de fevereiro de 1976 (Afonso, 2000: 609) e, com o governo do MPLA no poder, o novo Estado também foi reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA, atualmente União Africana), e pela Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, a estabilidade no país era dificultada pelas divergências políticas que opunham os três movimentos de libertação, que passaram a lutar entre si pelo controlo político, económico e territorial do país. Esta instabilidade perdurou até ao ano de 2002.

Segundo Visentini (2012), em novembro de 1975, Angola alcançara a sua independência, mas isso não foi sinónimo de fim dos conflitos. Em paralelo à declaração de independência do MPLA em Luanda (com a retirada das autoridades e das últimas tropas portuguesas) da República Popular de Angola; a FNLA e a UNITA proclamavam, no Huambo, a República Democrática de Angola, constituindo, assim, dois governos paralelos. Portugal não reconheceu a legitimidade de nenhum dos dois, mas os demais países reconheceram progressivamente o governo do MPLA.

Este conflito assentava em diferentes linhas étnicas e grupos geográficos e em intervenções externas, (Visentini, 2012). Geograficamente, a distribuição dos três movimentos no final da década de 1960 (ainda no decorrer da guerra colonial) era a seguinte: o MPLA concentrava-se no Nordeste do país, na região entre Luanda e Malanje e no Leste, na fronteira com a Zâmbia, além do norte da região de Cabinda; a FLNA ocupava a região Nordeste do país com o Zaire, e uma pequena área no leste, na região de Luanda, também na fronteira com Zaire; a UNITA encontrava-se na região centro-leste do país entre as forças do MPLA e da FNLA a Leste, e as forças portuguesas concentradas a Oeste.

Com esta distribuição, a UNITA viu-se cercada e as forças portuguesas conseguiram um acordo com Jonas Savimbi, o seu líder em 1971, o que ficou conhecido como Operação Madeira. O acordo consistia em que os portugueses permitissem à UNITA permanecer numa zona estabelecida, enquanto à UNITA cabia fornecer informações aos portugueses sobre as movimentações dos outros grupos de libertação, bem como combatê-los. Foi através desse acordo que as bases do MPLA e da FNLA foram eliminadas da zona militar leste – (Visentini, 2012, – : 53).

Em maio de 1991, foram celebrados os Acordos de Bicesse, em Portugal, promovidos pelo governo português com especial empenho do secretário de Estado da Cooperação Portuguesa, José Manuel Durão Barroso. Assinado por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, o acordo era sobretudo uma tentativa de estabelecer a paz através da desmobilização das forças do governo e da UNITA e da fixação de uma data para realização de eleições multipartidárias. Entretanto, estes esforços fracassaram depois das eleições gerais de setembro de 1992, (as primeiras da história de Angola) que o MPLA vence, mas os resultados foram contestados por Jonas Savimbi que acusou o governo angolano de fraude. As eleições foram monitorizadas pela ONU e por vários observadores internacionais. Apesar de os dados iniciais serem favorável à UNITA, com superioridade em dois terços do território, o MPLA acabou por vencer (Alves, 1998: 576 e 578). Perante esta nova divergência, o país voltou a mergulhar num período de intenso conflito.

Em 1994, o protocolo de Lusaca foi assinado, marcando um novo esforço da comunidade internacional no sentido de integrar e desarmar a UNITA, estabelecer confiança mútua entre os partidos e dar continuidade ao processo de paz. O resultado desejado, no entanto, não foi alcançado, e o conflito só teria fim em 2002, depois da morte de Jonas Savimbi e da assinatura de novos acordos de paz, em Luanda, entre o governo do (MPLA) e a (UNITA), as duas formações políticas que mais influência tinham e têm no país.

Durante o conflito, o governo angolano concentrou a despesa pública, sobretudo em gastos militares e não em setores sociais (como saúde, educação ou alimentação). Com o final da guerra colonial, a população angolana esperava que as riquezas do país (i.e., as vastas reservas de petróleo, as minas de diamantes e os férteis terrenos agrícolas) servissem de base a um novo clima de prosperidade. No entanto, estas expectativas foram constantemente adiadas devido à descontrolada exploração dos recursos naturais, fonte de financiamento do conflito e causa da sua escalada interna e internacional.

Em abril de 2012, assinalou-se a primeira década de paz e de estabilidade política no país. Todavia, as consequências do período da guerra civil são visíveis até aos dias de hoje na sociedade angolana. O governo de Angola, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD, 1998), contabilizou cerca de 10 milhões de minas terrestres que foram espalhadas pelo território nacional, afetando seriamente atividades pecuárias e agrícolas e contribuindo para uma grande desigualdade social entre as populações.

Pode afirmar-se que uma parte da melhoria das condições de vida dos angolanos se deve essencialmente ao apoio de organizações internacionais.

O governo angolano gastou 187 milhões de dólares para reassentar pessoas deslocadas internamente entre Abril de 2002 e 2004, após o Banco Mundial doar 33 milhões de dólares para continuar o processo de assentamentos. (BM, 2004).

Ocha (2004) estimou que, em 2002, o conflito deslocou cerca de 100 mil pessoas apenas entre 1 de janeiro e 28 de fevereiro. Os deslocados internos compunham 75% de todas as vítimas de minas terrestres. As forças da guerra civil colocaram cerca de 15 milhões de minas terrestres em 2002 no território angolano. Por outro lado, a *HALO Trust* começou o processo de retirada das referidas minas em 1994 e destruindo cerca de 30 mil até Julho de 2007. Cerca de mil angolanos e sete trabalhadores estrangeiros foram empregados pela *HALO Trust* em Angola.

2.1.2. O sistema político angolano

Angola é um Estado unitário, onde vigora o sistema presidencialista e multipartidário. O executivo é constituído por um Conselho de Ministros, cujos membros são nomeados pelo Presidente, tal como os juízes para os tribunais superiores. Os deputados da Assembleia Nacional são eleitos por sufrágio direto universal para um mandato de cinco anos. A atual constituição foi aprovada pela Assembleia Nacional em 27 de janeiro de 2010, entrando em vigor a 5 de fevereiro do mesmo ano. Nos termos do artigo 113/2 da Constituição angolana, os candidatos a Presidente e Vice-Presidente podem ser eleitos em dois mandatos consecutivos.

Desde a independência de Angola, em 1975, o país teve uma evolução histórico-política que comportou quatro períodos institucionais bem definidos: i) a um primeiro desde o domínio colonial até à proclamação da independência em 1975; ii) segundo período desde a proclamação da independência, a 11 de novembro de 1975, até à introdução, em 1992, de

grandes alterações, na Constituição consagrando a instauração em Angola de um Estado direito democrático, pluralista e assente numa economia de mercado; iii) o terceiro, com a aprovação das revisões constitucionais e com a celebração dos Acordos de Bicesse; finalmente, o período de consolidação do Estado de direito democrático que tem início com a aprovação da nova Constituição de (2010). E que se prolonga até á atualidade.

A atual Constituição permitiu estabilizar o sistema político-constitucional orientado o sistema de governo no sentido da consagração de um presidencialismo. São agora evidentes como traços fundamentais do constitucionalismo angolano, os princípios fundamentais de um Estado de direito, republicano, unitário, democrático e social.

A ação do Presidente José Eduardo dos Santos, que chegou ao poder em 1979, após a morte de Agostinho Neto, o primeiro chefe de Estado do país refletiu de forma clara a influência da bipolaridade que se vivia durante esse período no sistema internacional e o respetivo impacto desta realidade na política interna de Angola. Sendo o governo angolano na época, liderado pelo MPLA mantendo fortes vínculos com á União Soviética, optou por uma lei constitucional com os fundamentos marxistas-leninistas, com uma economia centralizada. Porém, em 1991, tornou-se imperativo levar a cabo uma revisão constitucional com o intuito de viabilizar um novo sistema político e económico no país, num quadro das grandes mudanças impulsionadas pela queda do comunismo e pela dissolução da própria União Soviética. Esta nova lei de 1992 não só ampliou os direitos fundamentais dos cidadãos e a sua participação organizada na vida política nacional e na direção do Estado como consagrou a democracia multipartidária e o capitalismo em Angola, depois de dezasseis anos de monopartidarismo e de economia centralizada.

Contudo, a lei constitucional de 16 de setembro de 1992 pretendia apenas ser uma “pré-constituição”, destinada a ser substituída pela “Constituição da República”, que deveria ser aprova em 1998. Porém, o processo acabou adiado pelo regresso da guerra civil. Em 2004, o MPLA, proporá um amplo consenso nacional sobre medidas estruturais para modernizar e desenvolver Angola e para aproveitar de forma adequadas as suas enormes riquezas naturais. Este consenso teve um impacto na sociedade angolana, e com a oposição, liderada pela UNITA ao recusá-lo. Entre os deputados presentes durante a deliberação num total de 220 deputados, 186 votaram a favor, registou-seuma abstenção e, nenhum voto contra. A UNITA optou por se manter á margem do processo histórico, decidindo não comparecer na votação e abandonando o plenário da Assembleia Nacional.

Cumpri sublinhar que os fundamentos do atual sistema político são precisamente conferidos por esta Constituição que acabou por mudar as regras políticas do país. Uma das

principais mudanças foi a introdução do cargo de Vice-Presidente, e a extinção do primeiro ministro.

Na próxima secção, será apresentada uma análise referente aos dados estatísticos da economia angolana e o seu comércio externo com a China e serão apresentados alguns elementos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola e sobre os projetos de reconstrução financiados pela China.

2.1.3. A economia Angolana

2.1.3.1. A economia Angolana entre 2002-2017

Com o final da guerra civil, em 2002, o Estado angolano passou a viver momentos de paz e os anos seguintes foram marcados pela estabilidade política e por um crescimento económico sem precedentes, graças ao aumento da produção e da exportação de petróleo e à subida do respetivo preço nos mercados internacionais. A exportação de diamantes, durante muito tempo levada a cabo em territórios controlados pela UNITA, passou para o controlo do governo. O investimento estrangeiro começou a fluir, sobretudo nos setores da banca e da construção, o que potenciou ainda mais as condições necessárias para um rápido crescimento económico.

O período entre 2002 e 2008 foi de crescimento para a economia de Angola, graças ao aumento da procura mundial de petróleo aos altos preços, que gerou. As receitas do país subiram significativamente, sendo que a taxa média anual de crescimento do PIB real era muito elevada – oscilando entre 14,8% e 17,3%, –. O PIB *per capita* passou de 635 dólares em 2000 para 4.671 dólares em 2008 (FMI, 2008). De acordo com a CIA (2012), em 2002, a exploração do petróleo representava 47% no PIB angolano. A produção passou de cerca de 900 mil barris por dia (bpd), em 2002, para 1,7 milhão de bpd em 2010. (FMI, – 2018).

Tal como Rocha (2017) referiu, nesta época, o país beneficiou de montantes significativos de receitas da exportação do petróleo e de receitas fiscais com a mesma origem (190 mil milhões de dólares para as primeiras e cerca de 107,3 mil milhões para as segundas). Os investimentos públicos em infraestruturas ascenderam a 27,4 mil milhões de dólares 15% em 2005 e 14% em 2007. Foram os anos de maior crescimento do PIB, em 40 anos de

independência política. (Rocha, 2017) O ritmo da desinflação continuou firme, graças também à utilização da âncora cambial para controlar a dinâmica de subida dos preços, permitida por consideráveis reservas de moedas externa.

2.1.3.2. Dinâmicas De Crescimento Económico

A seguinte tabela irá ilustrar o crescimento económico angolano entre 2002 e 2017.

Tabela 1 - O crescimento económico de Angola em 15 anos.

Ano económico	Taxa de crescimento	Aumento em ano anterior	Observação
2002	14%	-12	Decréscimo
2003	3%	-11	Decréscimo
2004	12%	9	
2005	21%	9	
2006	18%	-3	Decréscimo
2007	23,2%	5,2	
2008	13,8%	9.4	Decréscimo
2009	2,4%	-11,4	Decréscimo
2010	3,4%	1	
2011	3,9%	0.5	
2012	5,2%	1,3	
2013	6,8%	1,6	
14	4.2%	-2,6	Decréscimo
2015	4%	-0,2	Decréscimo

2016	3; 3	-0,7	Decréscimo
20017	2.7%	-0.6	Decréscimo

Fonte: Elaboração própria, através dos dados do Banco Nacional de Angola, Banco Mundial e CEIC/UCAN; Ministério do Planeamento, Dados sobre a Conjuntura Económica de Angola.

A economia angolana continua, no entanto, altamente dependente das receitas petrolíferas: dados referentes a 2010 indicam que 98% das exportações foi assegurada pelo petróleo(FMI, 2012). Tendo em conta a incerteza constante no mercado petrolífero, tal situação expõe a sérios riscos a economia Angolana. Tal é visível no facto taxa de crescimento económico de 2009: 2,4%, uma queda abrupta, ditada pela crise mundial, em relação os anos anteriores. No ano de 2010, a taxa de crescimento foi de 3,4%, sendo que uma recuperação mais robusta só se verificou em 2013. Segundo Rocha (2017), além da crise externa outros fatores contribuíram para os problemas económicos do país: a diminuição das receitas de petróleo, o decréscimo do investimento público em 7,5% e a subida da taxa de inflação.

Entre 2011 e 2014, a crise internacional leva a uma acentuada queda das receitas petrolíferas, fruto do decréscimo no preço do petróleo, uma redução de 44% nos vários mercados em 2014 (OPEP, 2015). O aumento da produção de petróleo de xisto nos Estados Unidos da América também foi apontado como um fator determinante para a queda dos preços e, conseqüentemente, para a progressiva desvalorização da moeda angolana. Tal como foi referido pelo Banco Angolano de Investimento (2016), “esta desvalorização tem sido um dos mecanismos adotados pelo BNA para fazer face à menor entrada de divisas na economia levando a que a moeda tenha que ajustar o seu valor até que seja atingido um equilíbrio no mercado.” Porém, as dificuldades para obter moeda estrangeira persistem no país, assim como se verifica uma grande diferença entre a taxa cambial do mercado paralelo e primário.

Entre 2015 e 2017, com aos efeitos da crise económica angolana, a grande aposta do governo foi na diversificação da economia, sobretudo no investimento público. Dados do FMI (2015) mostram um registo de crescimento de 3% em 2015, com uma recuperação de 1,5% em relação a 2014. O governo também se empenhou na formação de novos empreendedores e na criação de novos negócios, bem como no desenvolvimento de parcerias com outros países e multinacionais, liderando a conferência empresarial dos PALOP e mantendo sempre relações bilaterais com vários países. (jornal de Angola, 2014).

A economia angolana continua muito exposta ao petróleo e às oscilações do preço desta matéria-prima. Só com uma maior diversificação da produção interna e do cabaz das exportações angolanas será possível alterar esta situação e minimizar os riscos de um modelo em que a vida económica do país está diretamente relacionada com a oscilação de preços no mercado energético.

2.1.3.3. O Comércio Angolano

Como podemos confirmar acima, o comércio angolano é caracterizado maioritariamente pela exportação do petróleo. Por outro lado, 95% dos bens consumidos no país são importados. (UNCTAD, 2013). Segundo dados do *Trade Map* (2011), Angola foi o nono maior exportador mundial de petróleo bruto em 2010, e sua participação na exportação de produtos energéticos (combustíveis e lubrificantes) atingiu 96%. A exportação de petróleo tem como destinos principais a China (40% das exportações), os Estados Unidos (18%) e a Índia (9,8%) (Sonangol, 2014). A maioria dos produtos vendidos no país são importados e comercializados geralmente nos mercados informais, operando principalmente na capital do país.

Tabela 2 - Origem das Importações de Angola em 2000 e 2011

Países	Percentagens	Países	Percentagens
Portugal	18,38%	Portugal	19,4%
África do Sul	15,9%	China	16,8%
EUA	11,9%	EUA	9,2%
França	6,1%	Brasil	6,6%
Reino Unido	5,7%	África do Sul	5,1%
Brasil	5,7%	França	4,5%%
Bélgica	5,0%	Reino Unido	3,7%
Holanda	3,9%	Emirados Árabes Unidos	3,1%
Espanha	3,5%	Namíbia	3,0%
Itália	3,5%	Índia	2,4%
China	1,8%	Espanha	2,2%

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos - UN Comtrade, 2014; *Observatory of Economic Complexity* (OEC), 2014.

Angola está aberta ao capital estrangeiro e, nos últimos 10 anos, tem sido o país beneficiário de mais recursos, de entre os 49 países menos desenvolvidos (UNCTAD 2014).

Para isso tem-se tornando nos últimos anos, membro de várias organizações económicas/comerciais multilaterais regionais e bilaterais, de modo a expandir o comércio. Angola é cofundadora da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e da União Africana (UA), assim como membro, desde novembro de 1996, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como país menos desenvolvido (LDC, na sigla em inglês), usufrui de tratamento especial e diferenciado no que se refere às obrigações e aos compromissos dessa organização e é-lhe outorgado um certo grau de flexibilidade nas importantes áreas de acesso a mercados, subsídios à exportação e ajuda interna – (UNCTAD,20113). Faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern Africa Development Community– SADC) e do respetivo protocolo do comércio,

assinado em março de 2003. Como regra, a maioria dos produtos importados no âmbito desta organização estão isentos dos direitos do imposto de importação.

Tabela 3 - Direção das Exportações de Angola em 2000 e 2011

Países	Porcentagem	Países	Porcentagem
EUA	52,3%	China	42,3%
China	25,6	EUA	22,6%
Coreia Sul	9,1%	Índia	10,2%
França	5,3%	Canadá	4,2%
Espanha	2,7%	Itália	3,5%
Alemanha	1,4%	França	3,1%
Portugal	0,8%	Portugal	2,8%
Holanda	0,6%	África do Sul	2,7%
Brasil	0,5	Alemanha	2,5%
Canadá	0,4%	Holanda	1,5%

Fonte: Elaboração própria, dados da UN Comtrade, 2014.

Em 2003, o país aderiu ao Protocolo Comercial Regional, que tem como previsão a criação de uma área de comércio livre na região. Que por sua vez Foram sendo implementadas várias medidas para promover e facilitar os investimentos. E em julho de 2003, foi criada a Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), com o objetivo de prestar auxílio aos investidores e facilitar novos investimentos. O setor não petrolífero já representava em 2012 e mais de 50% do PIB, com a construção, a agricultura e a indústria, respetivamente, nos 10%, 8,1% e 6,4% (AEO, 2012).

2.1.3.4.O setor dos serviços

Apesar de Angola mostrar progressos substanciais na melhoria das condições sociais das populações depois da guerra civil, o país continua a enfrentar grandes desafios no que concerne às políticas de desenvolvimento, com destaque para a redução da dependência do petróleo e a diversificação da sua economia e para reconstrução de infraestruturas económicas e sociais para melhorar as condições de vida da população, Apenas 30% da população têm acesso aos serviços de saúde (PNUD, 2018). E é também extremamente urgente melhorar as suas instituições e o sistema de governação, os recursos humanos e de gestão das finanças públicas.Tendo em conta que o país é tido como um dos mais corruptos do mundo, segundo o

novo Índice de Percepção da Corrupção da organização Transparência Internacional (TI 2018), que colocou Angola entre os países mais corruptos (168ª posição, de um total de 183 países). É, igualmente, o quinto país mais corrupto da União Africana e da África Subsariana e o mais corrupto ao nível da SADC segundo o relatório da Transparência Internacional, de (TI 2018), Angola foi considerada como o país lusófono mais corrupto em 2014, estando em segundo lugar em 2016, entre os países lusófonos passando apenas Guiné Bissau. (*Transparency Internacional* TI 2016).

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC, 2016), o intercâmbio de serviços comerciais de Angola é pouco significativo e caracterizado por défices estruturais. Também deve ser salientada a desigualdade na distribuição da riqueza, como fica patente num coeficiente de *Gini* de 58,6 em 2009 (PNUD, 2016). Um inquérito realizado em 2008, pelo Instituto Nacional de Estatística indicou que 37% da população angolana viviam abaixo da linha de pobreza, especialmente no meio rural (o índice de pobreza é de 58,3%, enquanto o do meio urbano é de apenas 19%). Em 2011 a taxa de pobreza multidimensional Angolana reduziu de 77,4 por cento para 51,2% em 2018 (PNUD, 2018).

Por outro lado, Angola é hoje o terceiro maior mercado financeiro da África Subsaariana, superando apenas pela Nigéria e África do Sul. O mercado financeiro do país começou a crescer a partir de 2002, Em 2013, Angola foi o país africano que mais investimentos realizou no estrangeiro, especialmente em Portugal, revelou um relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. (CNUCD, 2013). O facto de Angola se ter assumido como emissor de investimento direto estrangeiro é particularmente surpreendente, tendo em conta o grande volume de investimentos que o país recebeu nos últimos anos, principalmente ao nível da exploração petrolífera e do gás natural, bem como de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias.

De acordo com um relatório da *Tony Blair Africa Governance Initiative*, em conjunto com o *The Boston Consulting Group*, Angola tem investido na melhoria de infraestruturas em estado crítico, possível graças aos fundos provenientes do petróleo. Segundo o mesmo relatório, apenas 10 anos depois da guerra civil, os padrões de vida em Angola melhoraram surpreendentemente. A esperança média de vida aumentou de 46 anos em 2002 para 51 em 2011. (*Tony Blair Africa Governance Initiative*, 2013).

Do mesmo modo, as taxas de mortalidade infantil diminuíram de 221 para 68 por mil nados vivos entre 1990 e 2015, (UNICEF, 2015). A nível político e legal, o país também registou significantes avanços. Em 2007 foram adotados (os 11 Compromissos com a Criança de Angola), trata-se do enquadramento nacional da Convenção sobre os direitos da criança

(UNICEF, 2015). A Constituição da República de Angola, de 2010, reconheceu os direitos e as obrigações dos responsáveis da criança, assim como colocou a criança como absoluta prioridade do Estado e das famílias. Outra conquista foi a aprovação da Lei 25_12 sobre o desenvolvimento integral da criança assim como o número de alunos em escolas primárias triplicou desde 200 (UNICEF, 2015). No entanto, as desigualdades económicas e sociais que têm vindo a ser uma característica do país não diminuíram, em muitos aspetos até se acentuaram com a crise económica instalada desde finais de 2014, aumentando a vulnerabilidade das populações mais pobres.

2.2. Enquadramento Geopolítico

Nesta secção, pretendemos levar a cabo um enquadramento geral das geografias políticas e económica angolana, destacando os aspetos relacionados com os recursos naturais (em especial os energéticos) e a forma como estes relacionaram a realidade política angolana durante o período colonial, a guerra civil e a estabilização do Estado.

2.2.1. Quadro geopolítico da República Popular de Angola

Existem três autores estruturais para a geopolítica clássica. Cada um assumiu a importância de uma dimensão no que ao controlo do espaço respeita. Vamos começar por abordar muito resumidamente a forma como integram o espaço Africano nas suas reflexões.

Em termos de superfície e linha costeira, Angola localiza-se nas bacias hidrográficas do rio mais longo da África Ocidental (ver figura 1). A longa linha costeira angolana com 1.600 quilómetros e os seus portos conferem ao país uma importância estratégica para as rotas comerciais que pretendem alcançar as regiões central e austral de África. Geograficamente, está localizada na costa ocidental da África Austral, cujo território principal é limitado, a norte, pela República do Congo e por uma parte da República Democrática do Congo (ex-Zaire); a leste, pela República da Zâmbia e por outra parte da República Democrática do Congo; a sul, pela República da Namíbia e a Oeste, pelo Oceano Atlântico.

As fronteiras terrestres de Angola correspondem a 4.837 quilómetros. O país está dividido em províncias, sendo Luanda a sua capital. O valor geopolítico da República de Angola resulta da sua dimensão territorial, do seu elevado potencial em recursos e sua localização geográfica que pode desempenhar simultaneamente um importante papel de potencia regional aos níveis marítimo e continental. A sua posição atual entre o *heartland* africano e o Atlântico Sul não foi, durante muito tempo, objeto de considerações geopolíticas

pelas correntes tradicionais de geografia moderna, que depois deu origem à geopolítica. Houve apenas uma pequena consideração do posicionamento da África do Sul do Sara, que posteriormente foi considerada como a Ilha do mundo.

Na escola de geopolítica inglesa encontramos Halford J. Mackinder, professor de geografia da Universidade de Oxford que desenvolveu a teoria do “*heartland*” (Coração da Terra), tendo sido o primeiro geógrafo a abordar o desenvolvimento da geografia moderna no âmbito do poder nacional numa perspetiva global, considerando o poder marítimo como mais relevante, em oposição ao poder terrestre. O conceito de *heartland* abrange o continente europeu e asiático. Sobre o poder terrestre, Mackinder fez vários contributos relativos ao continente africano: primeiro, situou-o no *World Island*, inevitavelmente ligado à Europa e à Ásia; segundo, definiu no seu interior austral o “*heartland do Sul*”; terceiro, considerou a África Mediterrânica como parte do “*Crescente Interior*”; por último, definiu “*World Promontory*”, em que o corredor central Norte-Sul assume uma importância vital para o equilíbrio do “Velho Mundo” (Almeida, 1990: 113).

O Almirante Thomas Mahan, nas suas teses sobre a importância do poder marítimo, advogou que o domínio do mar só poderá ser alcançado com a posse de bases terrestres, muitas das quais à sua época, sob domínio colonial das grandes potências europeias. Numa época em que o colonialismo britânico dominava a cena internacional, Mahan argumentou que a África se afigurava como valiosa por aí se poderem constituir colónias proporcionadoras de desenvolvimento comercial, e por consequência do crescimento das marinhas (Almeida, 1990: 113).

Nicholas Spykman, com o seu conceito de “*rimiland*” alterou significativamente a conceção de Mackinder sobre a relação existente entre “*heartland*” e da “Ilha-mundial”. Para Spykman, quem controlasse a Eurásia, dominaria o mundo. Spykman apontava já para a importância do “Cone Austral”, no qual Angola poderia desempenhar um papel crítico e onde a África do Sul possuía importância quase hegemónica (Almeida, 1990: 117 e 118).

De acordo com Almeida (1990), o continente africano pode ser dividido em África Mediterrânica, África do “*Middle Ocean*”, África do “*Shatterbelt*”, África Subsaariana, África Insular e África ao Sul do Saara. A área da África Austral que está entre *heartlands* e *rimlands* e poderá vir a ser uma das mais importantes zonas geopolíticas independentes do futuro devido aos seus imensos recursos, posição estratégicas no Índico, Ártico e no Atlântico Sul, vitais para o *Trade Dependent Maritime World* (Almeida Políbio Valente, 1990). O

Rimland engloba a parte costeira de Angola e de Moçambique assim como a África do Sul, Lesoto e Suazilândia. O “*Sudan Grassland*” constitui-se numa região de pastagens, onde é possível a agricultura permanente, constituindo-se como uma zona amortecedora nas relações entre o Norte e o Sul africanos (Almeida, 1990: 117 e 118). O Cone Austral abarca o *heartland* e parte dos *rimlands*, pelo que se constitui como uma das mais importantes e vitais regiões africanas (Almeida, 1990: 117 e 118).

Já a tese das “Pan-Regiões” defendida por Haushofer, considera que o limite Sul da Europa coincide com o deserto do Sahara, procurando demonstrar que uma pan-região euro-africana seria um grande espaço geopoliticamente compensado por abarcar uma ampla faixa de latitude, beneficiando dos equilíbrios que se geram ao longo dos meridianos (Almeida, 1990: 114).

Deste modo, podemos concluir que, apesar de o território angolano não ter sido considerado como uma área privilegiada por parte das primeiras análises teóricas da geopolítica, este pensamento foi alterado no decorrer da Primeira Guerra Mundial com a fundação de novas escolas de geopolítica que passaram a olhar para a região como detentora de uma grande importância.

O continente africano é riquíssimo em recursos naturais, e tem sido ao longo dos anos um importante produtor de várias matérias-primas de elevado valor industrial, uma vez que possui no seu subsolo a maioria dos minerais mais importantes do mundo e muitos deles em quantidades notáveis.

A característica geológica africana mais importante é o *Great African Rift Valley* (Grande Vale do Rift), uma depressão alongada que forma um vale de norte a sul na África Oriental (Etiópia, Uganda, Quênia, República do Congo, Tanzânia, Malawi e Moçambique) criada há milhões de anos com a separação das placas tectónicas africana e arábica. É nessa região da África Oriental que se encontram os maiores lagos do continente, biodiversidade, circundados por altas montanhas, com grandes depressões e solo vulcânico com os seus pontos mais altos entre eles o Quilimanjaro (5895 metros), o monte Quênia (5199 metros) e o *Ruwenzori* (5109 metros). Alguns vulcões do *Rift Valley* dispõem de numerosos recursos naturais, (kimberlites e carbonatites). Na região setentrional do Marrocos, da Argélia e da Tunísia as suas montanhas cujos picos chegam a atingir 4000 metros de altura, no subsolo apresenta significativas reservas de petróleo, gás natural, ferro, urânio e fosfato entre outros minerais (Campos, 1963).

Figura 1 - Limites e fronteiras de Angola



Fonte: Google Earth (2018)

2.2.2. O mercado petrolífero do continente africano

Desde a descoberta dos recursos naturais em solo africano, a maioria dos seus países – principalmente aqueles que possuem grande jazidas de petróleo, gás natural, ouro, diamantes, urânio entre outras matérias-primas de elevado valor industrial – têm a mineração como principal atividade económica. Alguns dos principais minerais e recursos de África podem ser consultados na tabela seguinte:

Tabela 4 - Principais produtos de valor em África

Diamantes	Angola, Botswana, RDC. Congo, África do Sul
Ouro	R. Sul-Africana, Gana, Mali, Tanzânia
Platina e afins	R. Sul-Africana
Tântalo	R. Sul-Africana, Moçambique, Ruanda
Urânio	Níger, Namíbia
Fosfatos	Marrocos, R. Sul-Africana, Tunísia
Cobre	Zâmbia, R. Sul-Africana, R.D.C, Botswana

Fonte: Adaptado do GeoBau (2018).

Foi nos anos 1950, na República Democrática do Congo, que se fizeram as primeiras experiências de extração de cobre, zinco e chumbo. Porém, só na década de 60 é que a produção energética se começou a desenvolver, com a atividade nos reservatórios de petróleo na Líbia – com a entrada do país na OPEP, em 1962 – e na Argélia – depois da sua entrada do

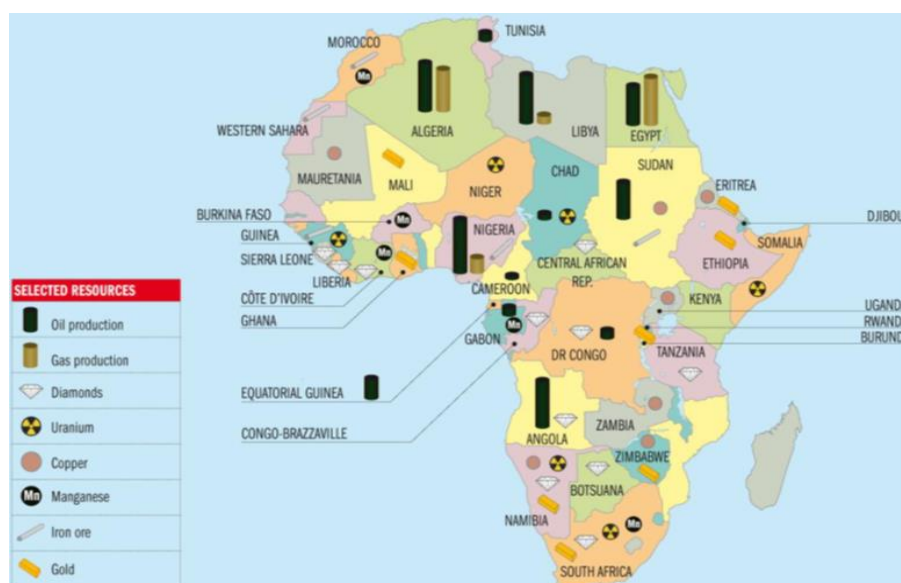
país em 1969. De seguida, registou-se um aumento da produção de ferro nos jazidos dos Montes Bomi e Monte Nimba e perto do rio Mano na Libéria, bauxita na Guiné e urânio no Níger e na Namíbia. Nos anos 70, a produção de recursos naturais, nomeadamente de petróleo foi aumentado, com a exploração de grandes reservatórios de petróleo na Nigéria, que se tornou membro da OPEP em 1971. Na Líbia, em meados da década de 70, a exploração de grandes jazidas de petróleo encontrados de baixo das suas areias alterou significativamente o PIB do país. (OPEP, 2007). A Argélia passou a produzir petróleo e gás natural em grande escala nos finais dos anos 70, assim como outros pequenos produtores do continente, que no total atingiu um pico de produção de 6,7 milhões de barris/dia². (OPEP, 2007).

As maiores economias da região da África Subsariana são a África do Sul, a Angola, o Sudão, o Quênia e a Tanzânia, com a Angola, a República do Congo, o Sudão do Sul e o Sudão no lugar de principais países produtores de petróleo (USGS, 2010).

A distribuição dos recursos pode ser observada no mapa da figura 2. Como podemos observar, o continente africano apresenta grandes riquezas minerais, com um considerável poder económico e geopolítico. No que respeita ao consumo dos recursos naturais, o continente tem um nível de consumo muito baixo, em consonância com a pobreza extrema da larga maioria da sua população.

² Após o impacto do segundo choque petrolífero e o constrangimento de quotas da OPEP, a produção Africana teve uma grande descida e o seu crescimento só foi retomado em 2006 ao atingir um pico global de 7,8 milhões de barris/dia.

Figura 2 - Mapa dos recursos naturais de África



Fonte: MACHADO. L. W. (2012). As grandes potencias em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais. *Colliding Geopolitics and African Resources International Relations and Security Network*.

2.2.3. A Geopolítica do petróleo na conjuntura africana

Quanto a hidrocarbonetos, estima-se que o subsolo africano contenha 10% das reservas mundiais de crude, 100 mil milhões de barris que representam 127,7 mil milhões de barris contra 8% no início da década passada. É necessário notar que 20% do crescimento das reservas do planeta são atualmente localizadas neste continente. (Sébille-Lopes, 2007). Existem cinco regiões no continente, onde estão concentrados a maior parte dos recursos minerais e energéticos e como decorrência são consideravelmente estratégicas nas disputas geopolíticas internacionais. As zonas com grandes quantidades de minerais de valor económico estão localizadas na África Ocidental, entre o Gana e a faixa que se estende da República do Congo até a Namíbia, contornando o litoral da África Austral. (Monie, 2012).

Já a área com maior recurso petrolífero é a região do Golfo da Guiné (litoral atlântico que abrange parte da África Ocidental, Central e Austral) sendo que os maiores depósitos conhecidos de petróleo estão localizados ao norte, no Chade, e ao sul, na Nigéria e em Angola. De acordo com as estimativas do *think tank* norte americano – *The National Intelligence Council* – o Golfo da Guiné deverá substituir entre 20 e 25% das importações totais de petróleo dos Estados Unidos até 2020. O continente africano pode transformar-se num território cobiçado para países dependentes de matérias-primas, visto que a larga maioria

recursos como dito, são destinada à exportação nos grandes mercados da Europa, EUA, e Ásia, uma alternativa cada vez mais frequente, mesmo com o facto da extração ser mais cara do que no Médio Oriente.

O continente africano tem o segundo menor custo a nível mundial, entre 7.500.00 e 8.000.00 dólares por barril por dia (AIE, 2003, p. 106-108). A qualidade do petróleo africano é ótima, tem baixa taxa de enxofre e pode ser transportada por via marítima dada a localização privilegiada com acesso aos oceanos Atlântico e Índico, Mar mediterrâneo, e da Ásia pelo Mar Vermelho. Pode ser transportado com mais segurança e rapidez, do que o do Médio Oriente devido à instabilidade desta região, tornando-o por sua vez mais atraente.

Outra vantagem do petróleo produzido nesta região reside no facto de aí se produzir um décimo do petróleo mundial, mas de se registar um consumo global de apenas 3,3% do crude, o que lhe confere o estatuto de segunda região com maior excedente de petróleo exportável em termos relativos e em volumes total, só atrás do Médio Oriente (BP, 2016, p. 9-10).

Nem todos os países africanos são exportadores de petróleo. No total, treze são exportadores líquidos, sendo que os outros quarenta e dois são importadores líquidos de petróleo. A produção passada e a projetada de petróleo convencional africano ascende a 180 mil milhões de barris, dos quais aproximadamente metade já foi extraída, sendo que a metade restante ainda será extraída (*Idem*).

Em 2014 as reservas africanas registaram uma queda de 0,7%, atingindo 129,2 mil milhões de barris (7,6% do total mundial). Sendo previsto que as reservas comprovadas de africanas, em 2025, sejam o triplo deste valor. (BP, 2015, p. 13-20). O seu consumo per capita permanece apenas 21% da média global, tornando se cada vez mais um importante exportador de energia líquido representando 8% das exportações mundiais de gás e 10% das exportações mundiais de petróleo, tendo um crescimento do consumo primário de energia de 1,6% em 2015, mais lento do que em 2014, mas ainda mais rápido do que a média global de 1% (*Idem*).

Além dos países africanos, maiores produtores de petróleo, designadamente a Argélia, Angola, Camarões, Gabão, Líbia e Nigéria, existem igualmente países como o Chade, o Sudão, a Guiné-Equatorial e a Mauritânia, que produzem pouco petróleo. (OPEP, 2016). Atualmente, seis países africanos fazem parte da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP): Angola (janeiro de 2007), Argélia (julho de 1969), Líbia (dezembro de 1962), Nigéria (julho de 1971), Gabão (de 1975 a 1994, e regressado em julho de 2016 e Guiné Equatorial). Este país foi o sexto país africano e o décimo quarto país a entrar para a

Organização em maio de 2017, concluindo assim um processo de adesão que durou mais de sete anos.

2.2.4. Existências e produção de petróleo em África

No continente africano, encontramos duas grandes regiões com grandes recursos petrolíferos: a África Setentrional e a África Subsariana. O limite natural entre as duas regiões é o Deserto do Saara, que ocupa um terço de todo o território africano. A sul desse deserto, há uma faixa conhecida como Sahel, que faz parte da África Subsaariana.

A África Mediterrânea, situada ao norte do deserto do Saara, é composta por apenas cinco países (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito), além do território do Saara Ocidental. Já a África Subsariana, compreende toda a área localizada ao sul do Saara, correspondendo a mais de 75% do continente. Os países que integram a África Mediterrânea são banhados pelo Mar Mediterrâneo ou pelo Oceano Atlântico e a evolução da produção petrolífera nesta região tiveram o seu início em 1910 no Egito. Posteriormente seguiram-se a Líbia e Argélia nos anos 30 e 40 do século passado. Até à década de 70, o Norte da África dominava a produção no continente, mudando após a descoberta e produção de vários reservatórios nos países produtores da África subsariana (Sébilles-Lopes, 2007).

Comparando com outras regiões africanas, essa porção do continente detém os melhores indicadores socioeconómicos, destacando-se o facto de que 99% da população tem acesso à eletricidade nesta região, ao contrário da África Subsariana, onde apenas 32% da população tem acesso à energia elétrica. À semelhança de outras regiões do continente, o petróleo do Norte de África é destinando maioritariamente à exportação: 64% são destinados à Europa, 17,6% para os EUA e 5,5% para o Canadá (BP, 2016)³.

Quanto às reservas localizadas no Norte de África destaca-se a Líbia, com as maiores reservas comprovadas nesta região, estimadas em 48,47 mil milhões de barris (bbl), segundo a Organização dos Países Exportadores de petróleo (OPEP). Com aproximadamente 3,5% das reservas mundiais de petróleo (*BP Statistical Energy Survey, 2008*), mais do dobro das norte-americanas, dez vezes as do Egito, sendo que aproximadamente 80 por cento destas reservas estão localizadas na bacia do Golfo de Sirte da Líbia Oriental. O setor petrolífero representa cerca de 30% do Produto Interno Bruto, e é responsável por 95% dos lucros das exportações (NOC, 2012).

³ *BP Statistical Review of World Energy*, comissão do Golfo da Guiné foi criada exatamente há 14 anos, em 3 de julho de 2001.

Em 1970, a Líbia era já o sexto maior produtor mundial de petróleo (EIA, 2002). Em 1990, a produção petrolífera representava 99% das exportações. Em 1992, era o 13º maior produtor mundial, e a atividade representava um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Segundo a Agência Americana de Informação (EIA), a Líbia era em 2009 o quarto produtor de petróleo no continente africano com uma produção que rondava a 1,789 milhão de barris diários (ver figura 3), atrás da Nigéria (2,211 mbd), Argélia (2,125 mbd) e Angola (1,948 mbd). Atualmente, após os dois grandes portos do país terem retomado operações, a produção nacional média é de 700 mil barris por dia, de acordo com a agência *Reuters*. (*Reuters*, 2017).

Figura 3 - Produção de Petróleo na Líbia (2008-2018)



Fonte: Trade Economics - <https://pt.tradingeconomics.com/libya/crude-oil-production>.

A Argélia ocupa também um lugar importante no cenário energético mundial uma vez que detém no seu subsolo a quinta maior reserva de gás natural do mundo, a maior do continente africano. (EIA, 2016).

O Egito também desempenha um papel importante, já que tem a maior capacidade de refinação do continente africano e também grandes reservas energéticas. Beneficia também do Canal de Suez, que estabelece o eixo de união entre o Oriente e Ocidente. Através dele é realizado o transporte de hidrocarbonetos, nomeadamente 26% das importações de petróleo. (EIA, 2018).

A Tunísia e Marrocos não produzem valores significativos de hidrocarbonatos, mas Marrocos apresenta, por outro lado, as maiores reservas mundiais de fosfato. (EIA, 2014).

2.2.5. As Reservas de petróleo da África Subsariana

A África Subsariana maior região do continente e localizada geograficamente abaixo do Deserto do Saara, reúne 48 países, possuindo características que a distingue dos países do Norte da África e são mais próximos do Médio Oriente quer pelos aspetos sociais, económicos, políticos, culturais e principalmente religiosos. Contudo a maioria dos países da África Subsariana apresentam vários problemas socioeconómicos, tensões, guerrilhas internas e localizadas em busca do poder e uma economia bastante dependente da produção e exportação de bens primários, (produtos agropecuários e minerais). Existindo uma excessiva dependência das receitas do sector petrolífero, que segundo muitas analise é um recurso não renovável, mas as reservas desta região prometem longos anos de produção. Nesta região os recursos naturais são encontrados especialmente nas rochas pré-câmbrica, onde estão cerca de 80% dos minerais e metais industriais (Machado, 2012). Porém o arranque e expansão da atividade petrolífera nesta região teve o seu início após a primeira investigação e investimento no Golfo da Guiné nos anos 50. Angola, Gabão e Nigéria foram os primeiros países na corrida da exploração petrolífera, seguindo posteriormente Congo-Brazzaville nos anos 60. Contudo, as firmas como a Fel nas ex-colónias francesas, Shell e British Petroleum na Nigéria, *Chevron Texaco* em Angola foram os primeiros atores da prospeção e da exploração de petróleo bruto, além de desempenhar também um papel decisivo na reestruturação do espaço dos países produtores mediante a instalação de sítios de produção e de redes técnicas de transporte, armazenagem e exportação (Monié, 2012).

Na década de 70, a produção foi reforçada com a exploração de grandes reservatórios descobertos na Nigéria e posteriormente em Angola e, outras contribuições de pequenos produtores. Numa época, também marcada por conflitos relacionados com distribuição da renda petrolífera (Delta no Níger), pela consolidação de *petro-ditaduras* (países cuja economia depende principalmente da exportação de petróleo), (Angola Congo-Brazzaville Gabão), e pelo uso do recurso natural no financiamento de guerras civis (Angola) (Frédéric Monié, 2015; Clarke, 2010), atingiu-se um pico de produção no continente em 1979, com 6,7 milhões de barris/dia. Dadas as consequências do impacto do segundo choque petrolífero, assim como o constrangimento de quotas da OPEP, a produção africana decaiu então, para retomar o seu crescimento e atingir um pico global.

Após o período da Guerra Fria, o crescimento da produção nos países da África Subsariana foi significativo, com a descoberta e exploração de várias reservas provada no Sudão, Chade, e Guiné equatorial, assim como os produtores mais antigos da região na década de 2000. O petróleo produzido nessa região é de excelente qualidade, pois possui

baixo teor de enxofre, principalmente o produzido em sua costa ocidental região marítima (Sébilles-Lopes, 2007). Assim como foi necessárias aplicações de políticas de diversificação do sector petrolífero quer pelas suas fontes de abastecimento como por parte dos maiores consumidores, tornando-se numa região estratégica e de um valor geopolítico mundial. Na década passada, 250 mil milhões de dólares teriam sido aplicados na indústria petrolífera ao Sul do Saara (Clarke, 2010).

Angola e Nigéria disputam a hegemonia de maiores produtores de petróleo na região. Angola possuía as segundas reservas petrolíferas prováveis da África Subsariana em 2001, produzindo 722.000 barris por dia, de acordo com a *BP Statistical Review* (2016). Já em 2004 passou a 880.000 barris por dia segundo a mesma fonte. Tendo aumentado para 930.000 b/d, atingindo 1,5 milhões de barris por dia em 2005 (Cera, 2003).

Já a Nigéria, durante mais de vinte anos liderou como o primeiro produtor de petróleo, não apenas na África Subsariana, mas em todo continente, superando Argélia, a Líbia e Angola. Em 1984, as suas reservas passaram de 16,7 mil milhões de barris, para 21 mil milhões em 1994 e 35,3 mil milhões no final de 2004 (Sébilles-Lopez, 2007, p. 134). O seu petróleo é extraído fundamentalmente no *onshore* e na orla costeira (do Delta do rio Níger), deslocando-se progressivamente para o *offshore* e para o *deep offshore*. Tem baixo teor de enxofre, é mais leve, com baixo custo de refino e de alta qualidade. As suas reservas estão estimadas em 37,5 mil milhões de barris e, com isso, a Nigéria é o maior parceiro comercial dos EUA na região da África Subsariana (Clarke, 2010; Monié, 2015). Tanto a Nigéria como a maioria dos países produtores de hidrocarbonetos da África Subsariana estão ligados à exploração do *offshore*, especialmente ao largo das costas do Golfo da Guiné, uma tendência que, aliás, é mais abrangente nesta região geográfica produtiva.

Assim como já referimos o crescimento do PIB, dos maiores produtores de petróleo desta região dependem dos recursos naturais, maioritariamente do petróleo, pois mais de 70% das exportações de países como a Angola, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria, são referentes ao sector petrolífero⁴. Outros países, como é o caso da Costa do Marfim (44,880 barris/dia) e de Camarões (33 milhões de barris), têm reservas consideradas insuficientes para interessar comercialmente às grandes companhias internacionais, mas ainda assim, o sector petrolífero é responsável por 30/40% das suas exportações (Clarke, 2010). A maior parte do petróleo subsariano é encontrado na região do Golfo da Guiné (litoral atlântico que concebe parte da África Ocidental, Central e Austral). Os grandes depósitos conhecidos

⁴ As companhias de petróleo e gás presentes em países da África Subsariana como a Uganda, Quénia, Gana, Nigéria, Angola e Guiné Equatorial, são nomeadamente: *Tullow Oil*; *Anadarko*; *ENI. Sonangol*.

de petróleo cru estão localizados ao norte, no Chade, e ao sul, na Nigéria e no norte de Angola. (Sébille-Lopez, 2007, p. 134).

A região do Golfo da Guiné (ver figura 4) é geologicamente considerada como uma grande reentrância na costa ocidental de África. Segundo (OGOULAT, 2006) o Golfo da Guiné abrange uma faixa marítima contígua ao litoral africano do Oceano Atlântico, que se estende de Norte a Sul da fronteira da Libéria e Costa do Marfim e do Cabo das Palmas ao Sul de Angola (*Idem*, p. 9). Apesar de continuar a haver uma indefinição dos seus limites, consideramos que ele é integrado pelos países ribeirinhos desde a Libéria até Angola. –Trata-se de uma área descontínua, que compreende Estados muito diversos em dimensão e características físicas, estando presentes grandes países essencialmente continentais (caso extremo da República Democrática do Congo), países costeiros de dimensão diferenciada (como a Costa do Marfim e Angola) e pequenos Estados insulares ou semi-insulares (casos de São Tomé e Príncipe e da Guiné Equatorial– (Bessa, 2008. p. 2)).

Figura 4 - Mapa dos países localizados no Golfo da Guiné



Fonte: Global Research. Disponível em: <http://tpa.sapo.ao/noticias/politica/comissao-do-golfo-da-guine-aborda-governacao-no-interesse-da-paz-e-desenvolvimento>.

Para a diferenciação da região foi importante a assinatura do “Tratado da Comissão do Golfo da Guiné”, em 2001, e doze anos mais tarde, da “Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné”. É importante notar, também, que a localização geográfica favorável deste golfo pode servir como uma vantagem em negociações futuras.

Esta região entre o Benim e a Guiné Equatorial, integrando grandes países produtores de petróleo como: Angola, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe e Nigéria. Possuem jazidas maioritariamente *offshore*, estimadas em cerca de quinze mil milhões de barris de petróleo, localizadas entre os 1000 e 2000 metros de profundidade (Sébille-Lopez, 2007, p.135). Existem outras mais profundas e para a diferenciação da região foi assinado o “Tratado da Comissão do Golfo da Guiné”, em 2001 e, doze anos mais tarde, a “Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné”

A região produzirá 9 milhões de barris por dia até 2030(Sébille-Lopez, 2007). Dada a sua localização geográfica muito bem posicionada e a acessibilidade marítima, fortalecidas pela ausência de condicionadores da navegação (já que não passam por estreitos como o do Golfo Pérsico e do Golfo de Éden),a travessia é feita apenas pelo Atlântico, fornecendo petróleo aos grandes consumidores dos EUA, da Europa e Ásia. Os Estados Unidos, por exemplo, importam perto de 15% do petróleo da região, sendo que a distâncias entre Lagos e Roterdão, e entre esta cidade nigeriana e Nova Orleães, é de 4744 e 6731 milhas náuticas, e respetivamente o seu escoamento é feito praticamente todo em mar aberto, transportado com mais segurança e rapidez do que o proveniente do Médio Oriente. Segundo o *National Intelligence Council*, esta região fornecerá 25% das importações de petróleo dos EUA, com o fim de reduzir a dependência do Golfo pérsico, demasiado perturbador e a uma OPEP demasiado gananciosa (Sébille-Lopez, 2007, p119). Esta região petrolífera da África Subsariana com a presença dos principais países produtores do continente, a saber, Angola e Nigéria⁵, em 2010 possuíam o equivalente a 88,5 por cento do total da produção e a outra percentagem aos outros países produtores como o Gabão, o Congo Belga e a Guiné Equatorial, a que serão de adicionar, uma pequena percentagem a República Democrática do Congo e os Camarões. As reservas provadas relativas aos cinco países mais dotados da região (Angola, Nigéria, Gabão, Congo Brazzaville e Guiné Equatorial) ascendiam em 2008 a cerca de 60 ou a 54 mil milhões de barris de petróleo, se tomarmos as estimativas ilustradas respetivamente, pela BP ou pela WEC (vide BP, 2010 e WEC, 2010).

⁵ O primeiro acordo de princípio sobre uma exploração petrolífera conjunta da zona contestada pelos dois países rebatizada (JDZ), remota a fevereiro de 2001, mas apenas em fevereiro de 2005 é que se deu a primeira assinatura do primeiro contrato de partilha de produção (PSC) no primeiro bloco da JDZ. A *ExxonMobil* é a mais importante e mais empenhada na JDZ, seguida pela *Chevron Texaco*. Partilham a atribuição dos blocos que consideram mais prometedores, associadas as companhias nigerianas, como a *Dangote* ou outras companhias americanas de menor importância, como a *Conoil* (SÉBILLE-LOPEZ, 2007, p134).

Em S.Tomé e Príncipe, a ideia de extrair petróleo teve início antes da independência, apesar da sua produção não estar ainda em curso devido a um diferendo fronteiriço com a Nigéria (Wood, Oliveira, 2003). Estima-se, no entanto, que em 2008 o país contasse com 1886,106 de barris de petróleo. Para a partilha destas *commodities*, estabeleceu uma *Joint Development Zone* (JDZ) com a Nigéria, com uma divisão de proventos de 40% para 60%, a favor desta. A JDZ tem um potencial de reservas de 14 mil milhões de barris estando dividida em 23 blocos de exploração, com a presença de companhias dos EUA, Nigéria, China, Suíça, Inglaterra e Canadá (Gulf Oil and Gas, 2006). Assim, como nas outras regiões africanas, a exploração do petróleo nesta região tem estado sempre na mão de empresas estrangeiras – mais de 80% de exportações de petróleo do Sudão do Sul são destinados à China, por exemplo.

Considera-se que a África Subsariana conta com mais de 20 países produtores. (Clarke, 2010). Segundo o relatório da Agência Internacional de Energia (EIA) de 2014, a produção de petróleo da África Subsariana deverá chegar a seis milhões de barris diários em 2020, ainda que deva cair para os 5,3 milhões em 2040. Entretanto, nas projeções, Angola e Nigéria permanecem como os principais produtores, apesar de ser esperado que o Uganda e o Quênia aumentem a sua produção na década de 2020.

2.2.5. Os petro-Estados subsarianos na inserção da geopolítica mundial

Ainda que África já fosse, no século XIX, o principal fornecedor de matérias-primas para a Europa, tal intensificou-se ao longo do século XX, devido ao aumento da procura de recursos naturais, imposto pela industrialização e urbanização e às consequências das duas guerras mundiais. Neste século, o consumo de petróleo aumentou consideravelmente, tornando-se rapidamente num produto estratégico na geopolítica dos Estados. (Sousa, 2006).

Com a criação da OPEP, a agenda relativa à indústria internacional do petróleo deixou de ser controlada pelas companhias anglo-saxónicas, e os países africanos pertencentes a esta organização passaram a controlar melhor a oferta, a quantidade de reserva e o preço de mercado. (OPEC).

Depois da Guerra Fria, a produção petrolífera africana teve um crescimento intenso de 36% entre 1992 e 2002, enquanto nos demais continentes cresceu apenas 16% (Servanti, 2003). Atualmente a participação da África Subsariana equivale a 7% da produção mundial e 12% do comércio de petróleo. O continente africano conta ainda com influências tradicionais das ex-potências coloniais europeias, como é o caso da França, Reino Unido, Portugal, Espanha e Itália. Com o fim do colonialismo, os países africanos tornaram-se protagonistas de

seus próprios processos políticos e económicos e passaram a negociar as suas riquezas em condições mais vantajosas com as suas ex-colónias. E assim foi possível, por exemplo, desenvolver tecnologias para a extração de minérios e petróleo por meio de parcerias com investimentos externos ou de empréstimos com estes países europeus, os quais também consideram a região como parte de suas estratégias nacionais de segurança energética e mineral. A França é um caso paradigmático do uso de *soft power*, devido especialmente à proximidade que estabelece com as ex-colónias. (Marques, 2017, p. 39/45).

Neste século XXI, tornar-se-ia evidente a importância da África subsariana no que concerne à segurança energética no cenário internacional, sendo que os seus países exibiram uma participação mais ativa e atraíram a atenção das grandes potências importadoras de recursos energéticos. Este século trouxe também o surgimento de novos países importadores, como a China, que se viria a tornar o segundo maior consumidor de petróleo mundial e que, consequentemente, se virou para o petróleo Subsariano para manter a sua segurança energética. A sua presença e influência expande-se por quase todo o continente africano, de forma a não só assegurar o acesso a recursos naturais, mas também contrabalançar a influência política e económica dos países ocidentais, aumentando, ao mesmo tempo, a sua influência no sistema internacional. Assim, tanto a China como os Estados Unidos disputam influência na região, pois para além de serem os dois maiores consumidores de energia a nível global, também são os principais parceiros comerciais do continente africano. (Ribeiro, 2015).

A norte-americana *ExxonMobil* tornou-se em 2006 a maior empresa do mundo. Ao mesmo tempo, é uma das maiores produtoras de petróleo no continente africano, representando a sua presença aí uma parte significativa dos seus investimentos. (EIA, 2006). A produção africana representou 16% de toda a produção da empresa em 2005, fora os ganhos relacionados com a atividade do refino. Possui blocos produtores em Angola, Chade, Camarões, Guiné Equatorial e Nigéria, assim como áreas de exploração na Líbia, Madagáscar, Níger, Congo-Brazzaville, São Tomé e Príncipe (JDZ). Possui ao todo 22 blocos produtores no continente africano, localizados em águas profundas, com 32 milhões de acres de areia. Além disso, participou na perfuração de 21 blocos petrolíferos na África ocidental em 2005. (Sébille-Lopez, 2007).

A segunda maior petrolífera é *ChevronTexaco*, com atividades de produção e exploração em Angola, Líbia, Chade, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Congo Brazzaville e na República do Congo, além de atividades de refino na África do Sul, Costa do Marfim e Quênia. Investiu só na África Subsariana, nos últimos anos, mais de 10 mil milhões

de dólares. A *Conocphilips*, terceira maior do dos EUA, possui atividades em Angola e Nigéria (Sébille-lopez, 2007).

A influência da China no continente africano é cada vez mais visível, por exemplo, através da sua relação com o Sudão. Até ao final da década de 80, os sudaneses ainda não possuíam infraestruturas para a exploração do petróleo. Foi através do suporte técnico e financeiro chinês que foi possível a criação de infraestruturas para extrair, transportar e processar o petróleo, o que levou a que o Sudão, no final da década de 90, se tornasse um importante exportador africano de hidrocarbonato. (EIA Sudan, 2012).

Segundo Oliveira (2008), a China deu apoio ao governo de Khartum na construção de infraestruturas nos setores de telecomunicações, transportes, serviços de utilidade pública (redes de água potável, energia elétrica e gás natural). Tal investimento foi intensificado quando a estatal chinesa CNPC comprou 40% das ações da *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOP), a maior companhia petrolífera do Sudão, passando a possuir concessões para explorar três blocos petrolíferos (1, 2 e 4) no sul do país. (EIA, 2006). A capacidade total desses poços é de aproximadamente 450 mil barris por dia.

Em 1997, a CNPC associou-se com a empresa malaia *Patronas*, a canadiana *Talisman* e a *Sudapet*, empresa petrolífera local com objetivo de explorar e transportar por oleoduto o petróleo da bacia de Muglad, situada no centro do Sudão do Sul, apoiado pelo governo de Cartum numa época em que a sua reputação na comunidade internacional não era boa. A CNPC também comprou 41% das ações da *Petrodar*, a segunda maior petrolífera sudanesa, com concessões para explorar os blocos três e sete em *Super Nile* no sul do país. Além disso os chineses ainda contam através da estatal chinesa *Sinopse*, com aproximadamente 7% das ações da *Petrodar*, tendo um total de 47% das ações da empresa sudanesa. Segundo dados da EIA (2017), esses poços têm reservas estimadas em 460 milhões de barris/dia. A China participa na exploração também através da *Red Sea Petroleum Company* (RSPOC), tendo concessão para explorar no bloco 15.

A aproximação da China ao Sudão do Sul remonta a 2005, quando foram celebrados acordos de assistência económica por parte China à região. A aproximação fortaleceu-se após a visita, em julho de 2007, de Kiir Mayardt à China, tendo este obtido um empréstimo no valor de 300 milhões de dólares. Em contrapartida, a China recebeu a garantia de exploração de petróleo (Oliveira, 2008). Dada a instabilidade na região, o governo chinês procura outras fontes de recursos energéticos no continente africano, como forma de ter mais flexibilidade na sua segurança interna e como forma de diversificar as suas fontes.

Angola e Nigéria são assim as suas principais fornecedoras na região e no continente (EIA, 2012). De acordo com Taylor (2007), a Nigéria mantém relações diplomáticas formais com a China desde fevereiro de 1971. Devido à grande produção de petróleo e derivados na Nigéria, o país passou a ter maior inserção no cenário internacional, e rapidamente tornou-se uma importante fonte de petróleo para a economia chinesa em rápida expansão. Sendo que, em 2006, do total do petróleo importado pela China no continente africano, apenas 3% era proveniente da Nigéria (EIA, 2007). No entanto, os investimentos na região aumentaram rapidamente, através de empresas como a Sinopse, a OCEANO e a CNPC, que passaram a explorar petróleo na região. Em maio de 2004, a NNPC concluiu um acordo para fornecer petróleo à China de 50.00 b/d. Em Dezembro do mesmo ano, foi assinado o primeiro acordo de exploração ente a NPDC e a Sinopec, em relação aos blocos do *offshore* profundo do Golfe da Guiné 64 e 66. (BBC News, 2006).

Em junho de 2009, a SINOPEC, pagou 7,2 mil milhões de dólares pela petrolífera Addax, proporcionando aos chineses o controlo de parte significativa das reservas petrolíferas nigerianas (EIA, 2007). Já em 2010, foi celebrado um contrato entre a NPC e a empresa *China State Construction Engineering Corporation* (CSCEC), para a construção de uma refinaria na Zona livre de LEKKI, no valor de 8 mil milhões de dólares. Com a proposta do governo chinês dar a cobertura de 80% dos custos, a NNPC 20%, enquanto o governo nigeriano fornecerá terra e infraestrutura. Ainda neste mesmo acordo, decidiu-se que quase 24mil milhões de dólares serão investidos na construção de outras duas refinarias e uma petroquímica nos Estados de Bayelsa e Kogi. As três refinarias juntas serão capazes de processar 750 mil barris por dia e prevê-se que começarão a operar em cinco anos (Taylor, 2007).

O envolvimento das petrolíferas chinesas no território africano tem aumentado vertiginosamente, o que faz com que a China dispute a influência com os Estados Unidos. Esta presença da China no continente não se deve apenas pela busca do petróleo. No entanto, a China vê a sua aproximação facilitada pela sua política de não interferência nos assuntos internos dos Estados, o que facilita as negociações e a apresenta como uma potência “amigável”. Para além disso, a China realiza investimentos pesados e transfere tecnologias para os seus novos parceiros, para além de ter perdoado mais de mil milhões de dólares de dívidas a países africanos. Enquanto isso, a nível internacional, a grande exigência da China tem sido o reconhecimento diplomático de uma só China em detrimento de Taiwan (Taylor, 2007). – Tudo isto favorece o estabelecimento de relações pacíficas e vantajosas com os países africanos.

Os Estados Unidos são o país que mais consome petróleo no mundo, com um consumo de 19.69 milhões de barris por dia, em 2018 (EIA, 2019). Ainda que os Estados Unidos importem a maior parte do seu petróleo do Golfo Pérsico, o petróleo africano continua a ter uma grande importância estratégica, tornando-se muito importante para compreender a atual dinâmica de conflitos e usos de *soft* e *hardpower* especialmente na região subsariana, assim como as disputas por influência no continente que envolvem a Europa, a China e os Estados Unidos.

Os Estados Unidos têm vindo, desde as décadas de 1940 e 1950, a desenvolver programas de apoio político e militar aos governos exportadores de petróleo do Médio Oriente – como Arábia Saudita e Kuwait. Procuraram fazer o mesmo na África Subsariana, especialmente durante a guerra civil angolana: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação marxista, era apoiado pela União Soviética e Cuba, enquanto a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) era sustentada pelos Estados Unidos e pela África do Sul. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a apoiar diplomaticamente o governo de Luanda, abandonando o apoio à UNITA.

A entrada da petrolífera estadunidense *Exxon Corporation Company* em Angola, através da sua filial *Esso*, acabou por reforçar uma boa relação da empresa com o governo de Angola (MPLA). No final dos anos 90, os EUA eram responsáveis por 30% das despesas de funcionamento da ONU no território angolano (cerca de 100 milhões de dólares entre 1995 e 1997) (UNCTAD, 2013). Em 1994, foi assinado o protocolo de Lusaca, levando a um aumento gradual das pressões dos EUA sobre a UNITA.

Entre 2002 e 2004, Angola e Nigéria receberam dos Estados Unidos 300 milhões de dólares em ajuda militar. (EDA, 2006); também outros países da região foram incluídos no Programa de Excedentes de Artigos de Defesa do Pentágono. De facto, e apesar de os gastos militares por parte de Angola terem oscilado bastante durante a década de 1990, a partir de 2000 estes aumentaram consideravelmente, passando de 355 milhões em 2001 para 1.700 mil milhões em 2004 (SIPRI, 2005). Já na Nigéria não houve mudanças significativas, apesar de o país ter atraído novos compradores, como é o caso da China e Índia (ainda que os EUA se mantenham como o maior comprador do petróleo nigeriano). Os EUA estabelecem também acordos de assistência militar com a Guiné Equatorial e com São Tomé e Príncipe (AFRICOM, 2012). Desde então, os EUA têm dado apoio contínuo ao governo santomense, através de assistência e treino militar, defesa e segurança marítima. É possível que existam cerca de dois mil milhões de barris de óleo cru neste país, que causam disputas internas e externas com a Nigéria. Adicionalmente, os EUA estabelecem também programas de

assistência militar e segurança marítima, através das multinacionais petrolíferas (ExxonMobil e Chevron Texaco). Existem até projetos futuros para estabelecer uma base militar permanente norte-americana no país, medida que pode ter como meta colocar as forças deste país mais próximas do petróleo de toda a região (as jazidas petrolíferas de Angola, ao sul do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria), (Sébille-Lopes, 2006).

É importante notar que a região é marcada por várias disputas fronteiriças, especialmente devido a interesses energéticos, como acontece na Península de Bakassi, de 1600 quilómetros quadrados, potencialmente rica em recursos petrolíferos ainda inexplorados. A sul da região subsariana temos também uma disputa fronteiriça entre a Guiné Equatorial e o Gabão, numa área marítima que possui petróleo próxima à ilha de Annobon, que pertence a Guiné Equatorial. Uma outra disputa regional que ainda não foi resolvida é na região fronteiriça marítima entre Angola e República Democrática do Congo, na zona do enclave de Cabinda até à fronteira com o Congo Brazzaville. A existência de hidrocarbonetos na área marítima condiciona também os avanços das negociações entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC) sobre as delimitações de fronteiras. Existe um desacordo entre os dois países, que se arrasta há vários anos com antecedentes dos tempos coloniais, (Jornal de Angola, 2014).

Para além destes desacordos, é importante salientar que a África subsariana, é considerada como a região que regista os conflitos armados mais letais no continente africano, de acordo com o relatório do Instituto de Estudos Estratégicos (IISS). Aqui consideram-se países como Angola, Gabão, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Nigéria.

Destacam-se os problemas fronteiriços entre os Estados vizinhos, como já foram mencionados, os golpes ou tentativas de militares como em São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial ou a presença de grupos armados que ameaçam a estabilidade da região. Estes conflitos nesta região petrolífera têm evoluído para patamares de maior complexidade nos últimos anos, dando origem a ataques terroristas e pirataria marítima, por exemplo. Pode, assim, considerar-se que existe uma relação entre a presença de petróleo e a ocorrência de conflitos na região: a Somália, o Sudão, o Sudão do Sul e a Nigéria estão no ranking das regiões com os 10 conflitos armados mais letais do mundo em 2016, liderado pela Síria (Instituto de Estudos Estratégicos). A análise desenvolvida nesta secção permite entender a atual dinâmica destes conflitos subsarianos, causados essencialmente por disputas por influência no subcontinente.

Na última parte da dissertação, analisaremos as relações sino-angolanas (a nível político e económico), as suas vantagens e desvantagens, e o papel desempenhado pelo

petróleo na ligação entre os dois países. Podemos desde já antecipar, de acordo com o que já foi apresentado, que a aproximação da China ao continente africano tem causado algum descontentamento aos o que foi visível, desde logo, em 2003, no Darfur e a posição dos Estados Unidos e os países europeus, (*European Parliament, 2007; The Financial Times, 2005*), onde houve disputas de interesses entre a China, os EUA e a Inglaterra, sendo que todos procuravam condições favoráveis para as empresas petrolíferas dos seus países. Apesar da dinâmica destes países – China e EUA – ser distinta em termos geopolíticos, têm em comum a disputa pelo controlo direto ou indireto dos recursos naturais, nomeadamente o petróleo.

2.3. As Relações da República Popular da China com o Continente Africano

2.3.1. História e atualidade

Um dos acontecimentos que nos parecem mais relevantes para a África do século XXI é a expansão chinesa no continente, que tem vindo a crescer significativamente em termos económicos, sociais e políticos. Rapidamente, a China tornou-se não só no principal parceiro comercial no continente, como também substituiu o poder de influência dos tradicionais parceiros africanos como União Europeia e os Estados Unidos, ou o poder que em tempos teve a extinta União Soviética.

Deve ressaltar-se que, apesar de não existir nenhuma proximidade geográfica, linguística e até mesmo cultural entre a China e o continente africano, a presença chinesa em África não é um fenómeno novo, visto que os primeiros intercâmbios conhecidos remontam a milhares de anos atrás. A continuidade dessa relação foi possível a partir do século X d. C. sendo principalmente, relacionados a questões de permuta entre os comerciantes chineses e egípcios, quando vários movimentos migratórios provenientes das províncias meridionais, de Fujian, Guangdong e Hainan começam a surgir na região da costa oriental africana. Ainda segundo Taylor, de facto, moedas e pedaços de porcelana datados da dinastia Song (960 – 1279) foram encontrados em locais arqueológicos em Zanzibar, ao longo da costa Suaíli da África Oriental e nas regiões do interior do grande Zimbábue (Taylor, 2006, p.16).

No início do século XV, durante uma viagem dos navios da corte imperial da dinastia Ming a África foram levadas para a China girafas africanas que despertaram uma grande curiosidade ao imperador e ao público chinês em geral. Neste período, o navegador chinês,

Almirante Zheng He⁶, ao comando de uma frota, não tendo qualquer pretensão em colonizar os povos africanos, navegou três vezes ao longo do litoral leste de África tornando-se num marco histórico do intercâmbio sino-africano, visto que Zheng He lançou oito grandes expedições a solo africano, chegando a locais como a Somália, os atuais Quênia, Tanzânia, Madagáscar, Zimbábue e África do Sul (Taylor 2006, p.16).

Porém, durante a época colonial europeia no território africano, que coincidiu com a dinastia Qing (1644—1911), a influência chinesa na arena intencional diminuiu. Durante o governo de Kuomintang (KMT), os laços entre China e África deixaram de existir, com a exceção do estabelecimento de relações diplomáticas do KMT com o governo da África do Sul em 1931 (Taylor, 2006, pp. 16-17). A relação entre os dois países mudou com a chegada do regime comunista da República Popular da China, em outubro de 1949, uma vez que, como referiu Anshan (2007), muitos dos movimentos de libertação nacional africanos contaram com a ajuda bélica e humanitária de Pequim, algo que contrariava a vontade do governo branco sul-africano.

Com o estabelecimento da República Popular da China no final da década de 40 do séc. XX, e com a independência de alguns países africanos, houve um maior desenvolvimento das relações sino-africanas. Esta foi uma estratégia usada pela China também como meio para impedir a aproximação e o reconhecimento destes novos países do governo de Taiwan (o governo da República da China, depois de perder a guerra civil, ficou limitado à Ilha Formosa e manteve-se numa situação híbrida do ponto de vista internacional, que ainda hoje se mantém, com cada vez menor reconhecimento por outros Estados) como nação independente, uma garantia e apoio dos novos países no quadro da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), onde vigora a regra de um voto por país. Portanto, o apoio africano foi importante para Pequim conseguir retirar de Taiwan o estatuto de legítimo representante do povo chinês.

2.3.2. Principais marcos da relação sino-africana entre o século XX e XXI

Pode considerar-se que o primeiro período de reaproximação da China ao continente africano, na história mais recente, vai de 1949 até 1978, durante a Guerra Fria. Na época, as

⁶ Conforme demonstra Pestana (2013) as opiniões divergem quanto às datas das explorações de Zheng He no solo africano, sendo que alguns autores acreditam que tiveram lugar entre 1418 e 1433 (Brautigam 2009, 23), entre 1416 e 1423 (Taylor 2006a, p.16) ou entre 1417 e 1431 (Rostberg ed. 2008, VIII).

relações sino-africanas foram marcadas fortemente por um carácter político, ideológico, diplomático, de assistência económica e técnico-militar, sobretudo aos novos países africanos, com recém-formados governos de inspiração marxismo-leninista. Simultaneamente, o governo de Mao Tsé Tung procurou fortalecer e ver reconhecida a legitimidade do seu governo na arena internacional. Exemplo disto foi a abertura de um consulado em Joanesburgo em 1987, para proteger os cidadãos chineses residentes na África do Sul (Taylor, 2006).

O processo desta reaproximação da China aos novos países independentes africanos ganhou impulso durante a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955, em que participaram representantes de vinte e nove Estados asiáticos, latino-americanos e africanos. Nesta conferência, o então *primeiro ministro* e o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Zhou En – Lai, introduziu um documento intitulado “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, que preconizava as linhas para o estabelecimento de relações com os Estados recém-independentes da Ásia e da África. Tais princípios propugnavam: 1) o respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada uma das partes; 2) a não agressão mútua; 3) a não ingerência nos assuntos internos dos outros; 4) a igualdade e vantagens recíprocas e a coexistência pacífica e 5) promover a cooperação económica e cultural euro-asiática (Taylor, 2006).

Essencialmente, tinham como propósito gerar uma dinâmica alternativa ao que a China comunista considerava ser o neocolonialismo norte-americano e soviético.

A importância da Conferência de Bandung para os novos Estados africanos radicava no facto de os seus princípios serem defendidos pelos novos governos, visto que, apesar de na altura já serem independentes politicamente, estavam ainda sob influência das grandes potências. Outro grande marco da Conferência de Bandung foi a emergência do “Terceiro Mundo” na arena internacional e a delineação do movimento dos países “não alinhados”, ou seja, com uma postura independente em relação aos EUA e à União Soviética, já que cada uma dessas duas potências via na descolonização uma oportunidade de ampliar suas influências políticas, ideológicas e económicas nos outros territórios. O encontro foi de grande importância para a política externa chinesa em África, expressa em três propósitos: a) combater a hegemonia das superpotências na região; b) impedir a infiltração soviética na Tanzânia e na Zâmbia e; c) ganhar prestígio junto dos seus parceiros, em particular, de África e, em geral, do Terceiro Mundo (Taylor, 2006, p.39).

O conceito da coexistência pacífica tornou-se, assim, o elemento-chave do Movimento dos Países Não Alinhados. Para além destas resoluções, os países não-alinhados

fizeram apelos importantes, como a redução de todas as forças armadas e armamentos, a necessidade de pôr fim a toda e qualquer forma de colonialismo e o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos. (Taylor, 2006, p.39)

A conferência foi também um marco importante, como já mencionado, para uma mudança na política externa chinesa, caracterizada agora pelo estabelecimento de relações com vários países africanos (em 1956, por exemplo, o governo egípcio, liderado por Gamal Abdel Nasser, estabeleceu relações diplomáticas privilegiadas com a China). A partir de então, as autoridades chinesas voltaram-se para uma política em relação à África, baseada em dois objetivos claros: estabelecer relações com países recém-independentes e apoiar os processos de descolonização do continente, usando como justificação o facto de a China e África partilharam um passado comum de luta contra forças externas nos seus territórios. A China comunista tinha assim uma oportunidade clara para ampliar a sua influência na arena internacional.

No entanto, a partir da década de 60, os objetivos da política externa chinesa adaptam-se; as prioridades passam a ser reduzir a influência e o poder dos EUA e da URSS e aumentar o poder de outros países de dimensões mais reduzidas. Para tal, o método utilizado foi encorajar os países pequenos e médios a tomar posição independentes em relação a Washington e Moscovo em questões internas e externas. (Manoel, 1976, p.8). Foi também na década de 60 que a China iniciou o apoio aos movimentos de libertação nos países africanos (Taylor, 2006). Inicialmente, esse apoio era dado aos movimentos mais alinhados com a União Soviética, mas esta posição muda quando se dá a divisão entre os regimes comunistas chinês e soviético.

Para Taylor (2006), o início da década de 60 foi um período de evolução positiva nas relações entre China e África. Entre 1960 e 1965 foram estabelecidas relações diplomáticas com catorze novos países africanos: Gana, Mali, Zaire, Somália, Uganda, Burundi, Quênia, Benim, Congo, República Centro-Africana, Tanzânia, Tunísia, Zâmbia e Mauritânia. Nessa época, a República Popular da China concedeu à Guiné um empréstimo no valor de 100 milhões de renminbis (25 milhões de dólares). Da mesma forma, realizaram-se várias visitas oficiais de líderes africanos à China, símbolo da aceitação do país por parte de outros Estados.

Com o objetivo de fazer avançar a relação entre Pequim e o continente africano, entre 1963 e 1964, Chou-En-lai, primeiro-ministro chinês, visitou dez países daquele continente, proclamando, assim, os cinco princípios que passariam a estabelecer as relações sino-africanas:

(1) O apoio aos povos africanos na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, salvaguardando a independência nacional dos diferentes Estados;

(2) A adoção de uma política de paz, neutralidade e não-alinhamento;

(3) O apoio às aspirações de solidariedade e unidade por meio de livre escolha bem como aos esforços para resolver desavenças através de consultas pacíficas;

(4) O respeito à soberania dos países africanos;

(5) A luta contra agressões e qualquer intervenção estrangeira, posição estratégica que foi fortalecida em 1964 (e que possibilitou dissipar eventuais resistências nas antigas colônias francesas em África).

Durante estas viagens, o primeiro ministro chinês comprometeu-se a enviar 120 milhões de dólares em ajuda financeira para o Congo, o Gana, o Quênia, o Mali e a Tanzânia. Além disso, a China foi responsável por 53% dos empréstimos concedidos aos Estados africanos naquele ano, todos negociados para pagamento a longo-prazo (Taylor, 2006, p.25). Estas viagens tinham como principais objetivos a consolidação das políticas da China em África e a promoção de uma segunda Conferência. Como parte das políticas anti-soviéticas da RPC, Pequim esperava que essa conferência impedisse Moscou de comparecer, e que servisse de rampa de lançamento para que a China adotasse um papel de liderança no mundo em desenvolvimento na luta contra o hegemonismo e o colonialismo. (Taylor, 2006a, pp. 24 e 25).

Apesar do pouco apoio recebido para uma segunda conferência de Bandung, mesmo com Zhou a classificar o potencial revolucionário africano como “excelente”, não deixou de passar a mensagem de que a China estava interessada em África, projetando a sua imagem e prestígio (Taylor, 2006, p.25). Com base neste apoio do governo chinês, em novembro de 1964, Mao Tsé-Tung faz uma declaração em apoio ao povo congolês, contra a agressão dos EUA e contra o domínio colonial belga num território africano rico em recursos naturais e fonte de grandes disputas geopolíticas. Mao acusou os Estados Unidos de pretenderem controlar a República Democrática do Congo e de assassinar Patrice Lumumba, primeiro chefe de governo (primeiro ministro) do país (Manoel, 1974, p.105).

A declaração de Mao Tsé-Tung foi bem recebida pelos novos países africanos, no contexto de um período de grande agitação na antiga colônia belga. Neste período, a luta pela independência nacional somavam-se várias crises internas - nomeadamente conflitos tribais, a guerra separatista na província de Katanga e a presença em simultâneo de vários movimentos com apoio externo, condicionado pela rivalidade entre norte-americanos e soviéticos. Neste contexto, Mao Tsé-Tung fez um novo apelo, dizendo: “Povos de todo mundo inteiro, uni-vos

e abatei os agressores norte-americanos e os seus lacaios! Congolese, na justa luta que é vossa, não estais isolados. O povo inteiro da China está convosco. Todos os povos que se impõem ao imperialismo estão convosco”(Manoel, 1974, p. 106; Agência Hsinhua, 1976).

Contudo, a Revolução Cultural, iniciada em 1966 e impulsionada pelo líder do país, trouxe consigo transformações políticas e sociais que agitaram a China entre 1966 e 1976 e que conduziram a alterações na política externa e, conseqüentemente, na relação com o continente africano. A política externa chinesa era cada vez mais caracterizada por uma luta contra a “dupla hegemonia” (EUA e URSS). Tal como Taylor (2006) referiu, o momento de maior tensão deu-se no verão de 1967, período caracterizado por aquilo que ficaria conhecido como “Diplomacia Boxe”, quando os Guardas Vermelhos invadiram as instalações do Ministério das Relações Exteriores, interferindo diretamente nas relações da China com o resto do mundo. Na ocasião, à exceção do representante diplomático no Egito, todos os embaixadores chineses em África foram retirados e substituídos por encarregados de negócios. Esta situação gerou protestos de vários governos africanos, apesar de alguns deles terem mantido relações estreitas com a China, como foi o caso da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

Já no Gana, em fevereiro de 1966, após o presidente Nkrumah ter sido deposto, o novo governo expulsou os instrutores militares chineses que estavam em *Obenamasi*, ao abrigo de um acordo assinado em setembro de 1964 com o antigo governo para o envio de peritos chineses para a formação das tropas ganesas. Os problemas provocados pelo extremismo dos Guardas Vermelhos também se repercutiram no número de visitas de delegações estrangeiras a Pequim: em 1966, foram 116; em 1967 foram 53; e em 1968 foram apenas 12. A violência dirigida aos representantes dos países africanos por parte dos Guardas Vermelhos gerou o medo e falta de predisposição para visitar a capital chinesa durante a Revolução Cultural (Taylor 2006, pp. 32 e 33).

Vale a pena ressaltar que, apesar deste claro retrocesso nas relações entre Pequim e alguns países africanos, outros Estados no continente mantiveram relações estreitas com a China. Podem ser referidos os cerca de 850 grandes projetos, sobretudo na construção de infraestruturas, com a Tanzânia de Julius Requerer e a Zâmbia de Kenneth Kaunda, países com os quais Pequim assinou um acordo em 1967 para a construção da *Tan – Zam Railway*, um ambicioso projeto ferroviário de perto de 2000 quilómetros de extensão. O projeto englobava desde as minas de cobre na Zâmbia até à orla marítima na Tanzânia, e facilitava um empréstimo em condições muito vantajosas durante trinta anos, no valor de 400 milhões de dólares. Nesse período, a China deslocou mais de 50 mil trabalhadores, que se juntaram aos

operários da Tanzânia e da Zâmbia, para a construção do projeto em cinco anos e oito meses. A inauguração oficial foi em 1976. Como Taylor (2006) referiu, este projeto foi de grande importância para a política externa chinesa em África por três razões essenciais: 1) fez *jus à vontade* expressa de combater a hegemonia das superpotências na região; 2) impediu a infiltração soviética na Tanzânia e na Zâmbia; e 3) permitiu que a China ganhasse prestígio junto dos seus parceiros, em particular os de África e, no geral, os do Terceiro Mundo (Taylor, 2006, p.39).

No período final da Revolução Cultural, a China voltou a mostrar-se mais empenhada em manter as suas relações com os Estados africanos, apesar de não dispor dos recursos das duas superpotências do período da Guerra Fria. Procurou apoiar o mais possível os novos países independentes, nomeadamente os de inspiração marxista-leninista, sob a forma de assistência técnico-militar. Pequim procurou reduzir a influência soviética na África Austral. Nesta época, Moscovo tinha laços firmados com a Somália, um Estado estrategicamente importante, para além de financiar muitos dos movimentos de libertação na região. Com a construção da *Tan-Zam*, os líderes chineses esperavam impedir futuras incursões soviéticas na zona.

A China esperava também melhorar a sua imagem enquanto apoiante dos movimentos de libertação na região, elevando o seu estatuto no Terceiro Mundo. Do ponto de vista zambiano, a linha ferroviária em questão permitiria a Lusaca libertar-se economicamente dos regimes dominados por minorias brancas da zona: “Ao tornar-se economicamente livre do Sul, Lusaca ficaria numa posição em que poderia apoiar mais abertamente movimentos de libertação, sem recear medidas retaliatórias por parte de governos brancos” (Taylor, 2006, p.39). Com efeito, a linha *Tan-Zam* permitiu a Kaunda apoiar com maior *à-vontade* os movimentos de libertação, sem sentir a pressão vinda de Pretória e de Salisbúria (capital da então Rosésia, atual Harare). Do ponto de vista de Pequim ficou retratada como principal apoiante dos movimentos de libertação nacional (Taylor 2006, p.39).

A nova perceção do sistema internacional, segundo Taylor (2006), estava ligada ao estabelecimento da teoria dos três mundos formulada de Mao Tsé-Tung e apresentada por ele no seu discurso na ONU em 1974.

Segundo sua perceção, o mundo estava dividido em três partes: o primeiro mundo era exclusivamente constituído pelas duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética; o segundo mundo era composto pelos países desenvolvidos; e o terceiro mundo, pelos países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina. Portanto, para a China, uma

união dos países do terceiro mundo, sobretudo com os países africanos, contra a hegemonia era bem-vinda.

Em 1971, a China obtém uma grande vitória internacional, com a substituição da República da China (Taiwan) como membro da Organização das Nações Unidas (ONU) pela República Popular da China, inclusivamente como membro permanente do Conselho de Segurança e, conseqüentemente, com poder de veto neste organismo. Este feito diplomático também foi possível graças ao apoio dos numerosos países africanos.

Nesse mesmo ano, sete novos Estados africanos estabeleceram relações diplomáticas com a China: Camarões, Burundi, Guiné Equatorial, Etiópia, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa. Desta forma, a resolução da Assembleia Geral que determinou a entrada da China “popular” foi aprovada com 76 votos a favor, 35 contra e 17 abstenções. Entre estes 76 votos, encontravam-se 26 de países africanos, incluindo quatro que mantinham relações diplomáticas com Taiwan (Taylor, 2006).

Segundo Taylor (2006), um dos aspetos mais evidentes dessa reaproximação sino-africana na década de 70 foi o programa de concessão de ajuda chinesa aos países do continente. Entre 1970 e 1976, a ajuda chinesa concedida a África ultrapassou até mesmo os apoios soviéticos. Só a construção da *Tan—Zam Railway* custou mais do que o total de ajuda chinesa despendida em África na década anterior.

Com divergências ideológicas com a então União Soviética, a China adotaria uma política de reaproximação com os Estados Unidos, enquanto o Partido Comunista Chinês (PCC) passou a considerar a União Soviética como a verdadeira inimiga. Como afirma Taylor (2006), o apoio da China aos movimentos de libertação nos países africanos foi um importante instrumento, especialmente em relação à contra posição da presença soviética no continente. Os apoios chineses a esses movimentos eram dados através dos países que já eram independentes como foi o caso da Zâmbia e Tanzânia, ou mesmo através da Organização da Unidade Africana (OUA) com o fornecimento de armas e formação militar para diversas organizações de libertação de países africanos.

Foi o caso de Angola, apoiando, primeiro, a FNLA de Holden Roberto, e, posteriormente, a (UNITA), de Jonas Savimbi, com apoio financeiro e equipamento militar pesado e ligeiro até à década de 1990⁷. Já o MPLA recebia apoio da União Soviética e dos seus aliados. Em Moçambique, a China ofereceu o seu apoio à Frente de Libertação de

⁷ Quase todos os principais fundadores da UNITA foram formados na China, o que demonstra o papel fundamental das ideias e da cultura chinesa na formação da UNITA.

Moçambique (FRELIMO). As relações diplomáticas entre os dois países foram formalmente estabelecidas a 28 de junho de 1975.

Com a morte de Mao e a ascensão do político Deng Xiaoping, uma nova reforma centrou-se na reconstrução do país, o que trouxe consigo uma alteração na política externa chinesa e, consequentemente, na sua relação com o continente africano.

2.3.3. O fortalecimento das relações sino-africanas (1978-1989)

Pode considerar-se que uma nova etapa nas relações sino-africanas tem início após a morte de Mao-Tsé-Tung, em 1976, sobretudo, com a subida de Deng Xiaoping ao poder em 1978. A nova liderança comunista adotou uma política interna de reformas, dando prioridade à modernização do país em quatro áreas: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. Consequentemente, as autoridades chinesas redefiniram a sua política externa em função do objetivo principal de desenvolvimento económico. Seria uma política de abertura externa, guiada pelos seguintes objetivos: 1) promoção de intercâmbios; 2) cooperação comercial, económica, científica, tecnológica e cultural; 3) vantagens recíprocas; e 4) resolução de problemas históricos por meio de negociações pacíficas. (Taylor, 2006)

Como resultado destas reformas, a China passou a cooperar com vários países até aí considerados inimigos ideológicos, como é o caso dos Estados Unidos, aproveitando a fase que se vivia de distensão internacional. Desta forma, Pequim pretendia projetar uma imagem de maior credibilidade económica em contraponto com o caos vivido durante a governação de Mao.

Foram criadas áreas específicas para desenvolver indústrias e tecnologias e para promover e instalar empresas multinacionais, destinadas principalmente à exportação. Nas Zonas Económicas Especiais (ZEE), geralmente localizadas nas províncias costeiras, introduziu-se legislação própria para permitir o estabelecimento de determinados mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e de empresas estrangeiras. Foi dada prioridade a uma diplomacia aberta, à cooperação e os intercâmbios comerciais, bem como à normalização de relações com o Japão, e a uma reaproximação com a União Soviética e aos Estados que surgiram com a sua desagregação. (Taylor, 2006)

Após a morte de Mao Tsé-Tung, o continente africano deixou de ser prioritário para o governo de Pequim, e, consequentemente, as ajudas humanitárias diminuíram. A ajuda destinada à África foi reduzida e as trocas comerciais ressentiram-se; até o número de equipas médicas chinesas em África decresceu (Anshan 2007 p. 72).

Segundo Taylor, a China passou a ver o Terceiro Mundo e os seus problemas como de menor importância para a sua estratégia de modernização e de defesa de um sistema internacional mais pacífico. A política externa chinesa passou a ser mais permeável a questões económicas do que a políticas, o que levou a uma quebra da importância estratégica de África. Entre 1980 e 1989, três novos países africanos estabelecem relações diplomáticas com a China: Angola, Costa do Marfim e Zimbábue

A nova política externa chinesa na década de 80 tornou-se mais evidente no Congresso do Partido Comunista em 1982, quando o primeiro-ministro Zhao Ziyang destacou como princípio uma política externa independente. Com isto, ficaria patente que a postura crítica em relação à União Soviética não corresponderia nenhuma aliança com os Estados Unidos (Taylor, 2006). E, assim, as novas diretrizes daquilo que seria a política externa da China na década de 80 foram baseadas na paz e desenvolvimento, substituindo a guerra e revolução: como referido, a diplomacia passa a estar abertamente ao serviço da economia. No mesmo ano, em dezembro, Zhao Ziyang visitou onze países do continente africano para promover o caminho da Cooperação Sul – Sul.

A nova estratégia ficou mais clara depois de uma conferência de imprensa em Dar Es Salaam (Tanzânia), onde Zhao anunciou que passaria a observar quatro princípios nas suas relações económicas com o continente africano: 1) igualdade e vantagens mútuas; 2) ênfase dos resultados práticos; 3) diversidade dos meios; e 4) desenvolvimento mútuo (Taylor, 2006). Para o então primeiro-ministro, estes princípios destinavam-se a promover e enfatizar o desenvolvimento para ambas as partes e a demonstrar que a China queria manter a sua presença em solo africano, com base na reciprocidade e colaboração em prol do desenvolvimento, em vez de uma relação baseada na assistência económica aos Estados africanos. Ficou, assim, evidente, a reaproximação à África, mas sob um paradigma diferente.

Foi também na década de 80 que a China, por exemplo, começou a apoiar a Organização do Povo Sudoeste Africano (SWAPO), o movimento independentista da Namíbia e que tradicionalmente tinha laços com Moscovo. A razão para que a SWAPO passasse a ser vista como um movimento de libertação legítimo por Pequim deveu-se ao seu bloqueio que a África do Sul representava para a descolonização namibiana (Taylor, 2006, pp. 53-54). É também nesta época, entre os anos 80 e 90, que o governo chinês ajuda na reabilitação de muitos projetos no continente africano que estavam parados, com o envio de técnicos, a partir de 1983, para apoiar sobretudo os países mais pobres como é o caso da Tanzânia, com a assinatura de novos acordos para renovar mais de cinquenta projetos (Taylor, 2006).

A mesma política de abertura económica permitiu ao governo chinês, em meados dos anos 80, desenvolver uma política de reaproximação aos governos dos Estados Unidos e da União Soviética, o que levou ao restabelecimento das relações diplomáticas com este último país: a África deixava assim de ser um cenário de confronto com os soviéticos e, com isso, perdia peso político para a política externa da China. De acordo com Taylor (1998), a partir da segunda metade da década de 80, as exportações da China para os países africanos foram reduzidas em 61%. Para o mesmo autor, este recuo deveu-se ao facto de as economias africanas não se terem desenvolvido eficazmente e de não se terem aberto aos mercados internacionais, o que ia contra as novas pretensões chinesas. Além do mais, o maior desinteresse das superpotências face a África levou a própria China a reduzir a sua participação nessa região.

O fim da Guerra Fria, entre 1989 e 1991, levou à transição de um mundo bipolar para um mundo dominado por uma potência com tendências hegemónicas, os Estados Unidos da América. Neste quadro, o governo chinês, com a sua política de abertura tentou estabelecer relações com o maior número possível de países, com o objetivo de contribuir para um contexto internacional pacífico que favorecesse um ambiente de abertura económica.

O estreitamento das relações também foi usado, na diplomacia com os países africanos, pela importância destes nos organismos internacionais e como meio de impedir a aproximação destes países a Taiwan e o seu reconhecimento como Estado independente.

Entretanto as mudanças significativas no governo chinês, após as reformas internas e a abertura externa, deram-se essencialmente no plano económico, sem se estenderem ao político. A prioridade era, essencialmente travar a crescente desigualdade social (havia uma grande parcela de camponeses, para trabalhar num país com quase 700 milhões de camponeses), fazer recuar a taxa de inflação e o desemprego. Neste contexto, muitos cidadãos optaram por migrar para as grandes cidades para melhorar as suas condições de vida (Taylor, 2006).

Com efeito, em 1989, um movimento pró-democracia acabou por ser fortemente reprimido pelas autoridades, em Pequim num acontecimento que ficaria conhecido como o “Massacre da Praça de Tiananmen”. As consequências foram dramáticas e a repressão terá levado à morte de entre 400 e 800 civis, segundo estimativas do jornal norte-americano *The New York Times*, ou a 2.600 vítimas, (segundo informações da Cruz Vermelha chinesa). Como consequência, a China tornou-se alvo de severas pressões e de um isolamento em relação ao Ocidente, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos (Taylor, 2006). Como consequência, houve um embargo de armas, imposto pelo Estados Unidos e por vários

Estados europeus. O governo chinês, respondeu censurando esta posição e acusou os países de ocidentais de interferência nos assuntos internos do seu país de violação de soberania. Tal ditou que a China levasse a cabo uma revisão estratégica da sua política externa: optou por procurar novos parceiros e regressou ao continente africano (Taylor, 2006). Esta reaproximação contribui para que os votos dos representantes africanos na ONU amenizassem a pressão dos países ocidentais.

A título de exemplo, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola expressou o seu apoio às ações contra a “rebelião contrarrevolucionária” e o presidente da Namíbia, Sam Nujoma, enviou um telegrama congratulando o exército chinês (Taylor 2010, p. 13-14). Alguns países africanos também estavam sob pressão internacional para democratizar os seus regimes, o que, conjugado com a instabilidade socioeconómica, abriu portas a uma diversificação dos mercados chineses e ao desenvolvimento de instrumentos de cooperação.

Como refere Taylor (1998), enquanto o Ocidente se distanciava da China e endurecia as suas críticas em relação às violações dos direitos humanos, África conduzia uma aproximação impulsionada por três motivos principais: 1) o interesse das elites africanas receosas dos projetos de democratização; 2) o sentimento de solidariedade em relação às intervenções imperialistas do Ocidente nos países em desenvolvimento; e 3) a visão pragmática de que as críticas a Pequim poderiam levar ao fim da ajuda chinesa ao continente.

Deve salientar-se que, desde a consolidação da relação da China com o continente africano, entre 1956 e 1987, a China fornecera apoio económico num total de 4.783 milhões de dólares aos países africanos, o que equivalia a 62% dos investimentos chineses em programas de assistência (Taylor, 2006).

Conforme Taylor (2006), outro elemento que facilitou o reemergir das relações sino-africanas foi o comportamento positivo das economias africanas no início dos anos 90, o que traria vantagens para o comércio chinês. O terceiro momento das relações sino-africanas percorre os anos 90 até aos dias atuais, desta vez no plano económico, os recursos naturais africanos no centro das relações entre os dois Estados, seguindo a lógica do lema *win-win*.

2.3.4. 1990 até hoje: *Going global*.

As últimas três décadas constituíram um período de forte aproximação entre a China e África, sendo a economia o principal motor desta interação. A partir da década de 90, a China precisava de contornar as sanções ocidentais, depois de Tiananmen, e de aumentar a sua influência estratégica no continente africano. Esta seria uma forma de fortalecer a sua imagem e a sua posição no sistema internacional, de diversificar mercados e, em paralelo, unir

esforços para a construção de uma ordem internacional multipolar, em detrimento de um sistema unipolar liderado pelos Estados Unidos.

Os anos 90 aprofundam a viragem iniciada na década anterior, com as relações sino-africanas maioritariamente abandonar o campo ideológico em que tinham estado nos anos 60 e 70 para passar a um campo cada vez mais económico. Em março de 1990, o primeiro-ministro Li Peng pronunciou-se no Comité Consultivo Jurídico Asiático-Africano, sobre a sociedade internacional e sobre a importância de todos os Estados serem vistos como iguais. O seu discurso realçou ainda a importância de manter o respeito mútuo entre todos, independentemente de qualquer diferença ideológica ou política. Como tal, Li Peng considerou que nenhum Estado deveria prosseguir uma agenda política que procurasse atingir o estatuto de potência hegemónica, nem que tentar impor a sua vontade sobre qualquer região. O anti-hegemonismo tornava-se uma importante ferramenta para a diplomacia sino-africana (Taylor 1998, p. 451; Taylor 2006, p. 63 e 64).

Entre 1989 e 1992, o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Qian Qichen, visitou catorze Estados africanos com o propósito de reforçar a cooperação Sul-Sul e, ao mesmo tempo, de reafirmar os cinco princípios da política externa de coexistência pacífica formulada em 1950. Neste contexto, foi dado destaque ao princípio de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e à ideia da cooperação Sul-Sul (Taylor, 2006). A visita do presidente da República Popular da China, Yang Shangkun, em 1992, elevou ainda mais o compromisso com África.

A década de 90 foi também marcada pela cooperação económica entre Pequim e o continente africano, em parte ditada pelo grande crescimento económico cerca de 431% entre 1989 e 1996. (Taylor, 2006)

Com a subida ao poder de Jiang Zemin, em 1993, a China reafirmou o fortalecimento das relações com estes países. Nesse período, o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Económica elaborou um plano para a exploração dos mercados africanos, passando a estimular empresas chinesas a participarem do comércio e a aumentarem seus investimentos no continente.

A Namíbia e a Eritreia, depois de declararem a independência, estabeleceram relações diplomáticas com a China, respetivamente, em 1990 e 1993 e a Guiné-Bissau e a República Centro-Africana em 1998. Porém, a grande vitória diplomática chinesa desse ano

foi o estabelecimento de relações diplomáticas com a África do Sul, o principal aliado de Taiwan no continente.

Os anos 90 são, assim, sinónimo da consolidação de um novo paradigma entre a China e um número alargado de países africanos. Este novo paradigma põe a tónica no comércio e no investimento e em parcerias desta natureza em detrimento das fórmulas assistencialistas do passado.

2.3.5. Interesses Económicos da China em África

A política externa chinesa é condicionada pelas suas necessidades económicas internas, como a manutenção do crescimento do produto do país, responsável por 8% do fluxo de comércio mundial (Visentini; Olivera, 2012). Estas circunstâncias obrigam à procura de recursos energéticos, matérias-primas e bens alimentares para sua vasta população. À superpotência exportadora de produtos industrializados que se afirmou nos últimos anos, corresponde um gigante da importação mundial, sobretudo de produtos primários que alimentam que permite este crescimento económico: a indústria e o comércio. Um dos momentos mais simbólicos desta viragem foi o fim da autossuficiência petrolífera nos anos 90, algo que obrigou à procura de recursos em mercados nos quais os Estados Unidos tinham dificuldades de se inserir (Visentini; Oliveira, 2012). Como Taylor (2006) descreveu, os interesses económicos chineses no continente africano passaram a ser baseados em três fatores: 1) a visão positiva da China sobre a situação macroeconómica da África que, em grande medida, seria um reflexo da adoção da política económica semelhantes aquelas postas em prática por Pequim; 2) a crença da indústria e dos comerciantes chineses de que os seus variados produtos (eletrodomésticos, vestuário, entre outros) teriam um grande potencial para ingressar no mercado africano, que não é tão desenvolvido quanto o dos países ocidentais, o que tornaria os seus consumidores mais recetivos à mercadoria chinesa mais barata; e 3) a importância de a África, rica em recursos naturais, principalmente petróleo, minérios e outras matérias-primas, para fornecer empresas, manter o crescimento económico e, por consequência, sustentar a razoável estabilidade doméstica da China.

Nos anos 80, a participação chinesa era quase nula no total das importações africanas. No início dos anos 90, as importações eram de 900 milhões de dólares, tendo aumentado 1.000 milhões de dólares, em 1995, para 1.900 milhões, em 1999 (Ribeiro, 2015).

Em linha com esta evolução, o então ministro da economia da China Zhu Rongji, realizou uma visita em 1995 a seis países africanos (Botswana, Maurícia, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué), no intuito de consultar dirigentes africanos sobre as novas formas de cooperação económicas sino-africanas, realizando posteriormente uma conferência Nacional de Trabalho para Reforma da Assistência a Países estrangeiros (IDE). (Taylor 2006) Uma estratégia que foi muito bem-recebida pelos governos dos países africanos, tendo como resultado imediato sido criados, em 1996 os Centros para Investimento e Comércio em dez países africanos. No ano seguinte, o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Económica convocaria a primeira conferência nacional sobre cooperação económica e comercial com a África. (Ribeiro, 2015)

Entre 2004 e 2010, o crescimento do Investimentos Direto Estrangeiro (IDE) foi de mais de 500%, segundo o *Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment* (2010). Além de parceiros comerciais e de recetores de IDE, os países africanos também se foram posicionando como importante destino de grandes quantidades de fluxos financeiros chineses, através de créditos e empréstimos concedidos aos governos africanos a partir das instituições financeiras chinesas, como o EximBank.

Segundo dados do *Trade Law Center for Southern Africa* (TRALAC), o comércio sino-africano cresceu de 10,6 mil milhões para 39,8 mil milhões de dólares entre 2000 e 2005, chegando a 106,75 mil milhões em 2008. Apesar de em 2009 se ter registado uma queda para os 90.000 mil milhões de dólares. Mais de metade desses valores, cerca de 56% foram concentrados em cinco países: Angola, África do Sul, Nigéria, Sudão e Egito. A tabela 2 resume estes resultados.

Tabela 5 - maiores importadores africanos da China (2011)

País	% nas importações totais
Angola	30,5%
África do Sul	39,3%
Líbia, Congo, Nigéria, Guiné Equatorial	12,2%
Outros	8%

Fonte: UNComtrade, 2013; NBSC, 2012

Segundo dados da *China-Africa Research Initiative*, as trocas comerciais (exportações e importações) entre África e China passaram de corresponder a um total de cerca de 140 mil milhões de dólares em 2016 para 200 mil milhões em 2018 (China-Africa

Research Initiative, 2019). Os últimos dados disponíveis para consulta na *International Trade Statistics Database* da Organização das Nações Unidas remontam a 2013; nesse ano, o valor anual das exportações africanas para a China era de 73, 186 milhões de dólares. Nesta base de dados, é possível observar que a China é o principal parceiro comercial do continente, seguindo-se os Estados Unidos, a Itália e a França. Os valores disputando a liderança com os Estados Unidos e França. Dentro de África, os maiores exportadores para a China são a África do Sul (que representa 48, 38% das importações totais da China) e Angola (31, 97%). (UN Comtrade, 2013)

Do total de importações da China, 219660 milhões foram provenientes, em 2013, da importação de petróleo, que provém em primeiro lugar da Arábia Saudita (42, 368 milhões de dólares) e, em segundo, de Angola (31, 809 milhões de dólares) (UNComtrade, 2013). É importante referir que, em 2018, a China importava, no total, 9, 26 milhões de barris de petróleo por dia. (CEIC, 2018) Estimava-se, em 2015, que 22% das importações de petróleo da China (correspondendo a 1,4 milhões de barris por dia) proviessem de África. (EIA, 2015)

De facto, a coincidência de interesses políticos e económicos transformou o continente africano num parceiro cada vez mais importante para os vetores da política externa chinesa no século XXI. Como se vê, a expansão comercial da China em África tem sido muito acentuada. Porém, como salientou Ian Taylor, embora não seja o único, o principal interesse chinês no continente é o mercado de petróleo, uma vez que o país necessita de matérias-primas de todo o tipo, especialmente o cobre, bauxita, urânio, alumínio, manganês e minério de ferro (Taylor, 2006).

Para suprimir as suas necessidades em recursos energéticos, a China vem reforçando a sua parceria com Estados africanos produtores de matérias-primas, através de um modelo denominado *Angola mode* que se baseia em trocar infraestrutura (fornecidas pela China) por recursos energéticos (fornecidos pelos países da África). Para expandir e aprofundar a relação sino-africana por meio de ajuda económica, investimentos em infraestrutura e diplomacia, a China criou o Fórum de Cooperação China-África o (FOCAC)⁸.

2.3.6. O FOCAC: estratégia económica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana

⁸ Informações sobre as edições do Fórum estão disponíveis em: <http://www.focac.org/eng/>

O Fórum para a Cooperação China – África (FOCAC) tem como objetivo facilitar a cooperação comum nomeadamente no âmbito político e económico e dar um avanço na cooperação Sul-Sul. Foi uma iniciativa tomada pela China, depois de uma visita realizada pelo então presidente chinês, Jiang Zemin, a África, em 1996. O fórum teve a sua conferência ministerial inaugural em Pequim, em outubro de 2000. Segundo Taylor (2006), foi criado com três objetivos principais. O primeiro objetivo do fórum integra parte da estratégia chinesa para reafirmar a posição anti-hegemónica face aos Estados Unidos. O domínio americano, através dos instrumentos da globalização, era visto como prejudicial para a soberania e a autonomia não só da China, mas também de todo o mundo em desenvolvimento (Taylor2006, p.67).

Em segundo lugar, a primeira reunião ministerial deste fórum serviu para a China demonstrar o sucesso do processo da sua modernização em termos económicos ao longo dos anos e encorajar os países africanos a desenvolver reformas e a seguir o modelo chinês, aliviando o peso da ajuda externa chinesa nos seus países. Em terceiro e último lugar, o FOCAC teve como intenção conter o avanço de Taiwan em África, através da adoção da política de “Uma China” e do não reconhecimento do governo de Taiwan (Taylor2006, p.69).

O primeiro FOCAC contou, na abertura, com Jiang Zemin, 80 ministros do país, 44 representantes de países africanos, diversas organizações internacionais e regionais, bem como representantes do sector privado. Depois da reunião, foram assinados dois documentos importantes consolidando as novas formas de atuação chinesa no continente africano: a “Declaração de Pequim do Fórum de Cooperação África- China” e o “Programa para a Cooperação China-África em Desenvolvimento Económico e Social”. Assim, o FOCAC definia-se a si mesmo como a principal plataforma ao diálogo coletivo entre a China e os países africanos, seguindo o princípio da igualdade e do benefício mútuo e concebendo iniciativa Sul-Sul que serve tanto os interesses imediatos quanto os de longo-prazo de ambas as partes (FOCAC, 2009).

Nestes documentos, é mencionado o comprometimento nas áreas de comércio e investimento incentivando as empresas chinesas a dar preferência à importação de produtos africanos e estabelecendo o Conselho Empresarial Conjunto China-África, com o intuito de colocar em prática um mecanismo direto de consulta com as empresas africanas. Deste modo, faz-se referência ao investimento mútuo empresarial, à troca de experiência em gestão de negócios, à criação de *joint ventures* e à participação de empresas chinesas em projetos de desenvolvimento económico e infraestruturas no continente africano (FOCAC, 2009).

Conscientes da importância e abundância dos recursos naturais em África, as partes concordaram em cooperar na utilização dos mesmos, por meio da exploração e promoção de investimentos chineses para a sua exploração, a fim de gerar atividades económicas industriais em solo africano. Vale a pena salientar que um dos anúncios cruciais feitos pela China durante o Fórum foi o cancelamento de uma parte da dívida dos países africanos, no valor de 10 mil milhões de dólares. Entre 2000 e 2003, a China assinou quarenta acordos de comércio e trinta e quatro acordos de investimento com os países africanos, tendo ainda concretizado o perdão da dívida dos países mais pobres no valor de 1,3 mil milhões de dólares. Foram reforçadas ainda estratégias de cooperação sino-africanas nas áreas de ciência, tecnologia, educação e cultura. (Lopes; Nascimento; Vadell, 2013)

De um modo geral, essa declaração produzida no Primeiro FOCAC funcionou como um documento fundador deste Fórum estabelecendo os primeiros parâmetros para as relações sino-africanas. A saber: (1) respeitar e implementar os princípios da Organização das Nações Unidas, da União Africana, e os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica; (2) Adotar o princípio de resolução pacífica de conflitos; (3) respeitar a função do Conselho de Segurança da ONU e salvaguardar a paz e a segurança mundial; (4) defender a universalidade dos direitos humanos e o respeito pela diversidade e pelo direito à autodeterminação; (5) adotar o princípio do benefício mútuo e da cooperação para o desenvolvimento comum; (6) incentivar os esforços de integração regional de África; (7) reconhecer os esforços, dos países africanos no combate do VIH, da malária e outras doenças e criar um “fundo de solidariedade mundial”; (8) incentivar as iniciativas de perdão das dívidas externas dos países africanos; (9) consolidar e ampliar a cooperação sino-africana em todos os níveis e em todas as áreas; e (10) promover a cooperação China-África nas áreas da agricultura, economia, comércio, finanças, educação, saúde pública, ciência, tecnologia, cultura, educação, desenvolvimento de recursos humanos, transporte, turismo e meio-ambiente. (Taylor, 2011)

Foi igualmente acordado que o Fórum seria realizado a cada três anos, alternando o local entre a China e um país africano. As seguintes Conferências Ministeriais foram marcadas pelos chamados Planos de Ação, que, por sua vez, estabeleceriam o caminho para o desenvolvimento das relações sino-africanas. Três anos mais tarde, em novembro de 2003, realizou-se em Adis-Abeba, Etiópia, a 2ª Conferência Ministerial. Conforme destaca Taylor, a segunda Conferência Ministerial do FOCAC foi convocada na capital da Etiópia, Addis Baba, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2003. O principal objetivo do encontro foi analisar a implementação dos dois documentos aprovados em 2000 e procurar novas ideias e estratégias

que fortalecessem e aprofundassem a cooperação sino-africana em áreas-chave (Taylor, 2011). Passaram a ser estabelecidos Planos de Ação sobre a Cooperação Sino-Africana para o período 2004-2006, cuja implementação seria objeto de avaliação na 3ª Conferência Ministerial, a realizar em Pequim, em outubro de 2006, ou até a nova reunião ministerial.

O Plano da Ação da Reunião de Addis Ababa foi dividido em quatro grandes áreas: relações políticas, paz e segurança; cooperação multilateral; desenvolvimento económico; e desenvolvimento social. Quanto à política e segurança, foram reafirmados os princípios estabelecidos na Declaração de Pequim de 2000, assim como enfatizada a crescente participação da China nas operações de paz da ONU que se encontrassem em África e a cooperação nos temas de segurança e terrorismo. Também foram abordadas posições comuns e o apoio mútuo em temas como a integridade territorial e a não interferência nos assuntos internos a soluções pacíficas nas disputas entre os Estados, a posição da China no Conselho de Segurança da ONU, de defesa das propostas da União Africana e o apoio ao *New Partnership for Africa's Development* – NEPAD. (Taylor, 2011). No setor de desenvolvimento económico foram abordadas questões abrangentes que envolveram, entre outras coisas: desenvolvimento de infraestrutura em África; cooperação e transferência de tecnologia no setor agrícola; corte de tarifas de importação para países africanos; incorporação de vários projetos no setor de transporte, telecomunicações, energia e abastecimento de água. Também foi debatido o apoio das empresas chinesas a investimentos nos países africanos, incentivando a transferência tecnológica e a criação de emprego nos mesmos. A China garantiu igualmente uma maior participação nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas em África, fornecendo também assistência financeira. (Taylor, 2011)

A cooperação no âmbito de exploração dos recursos naturais para a promoção da prosperidade e desenvolvimento socioeconómico esteve em pauta, com ênfase nos resultados produtivos e na futura expansão das atividades (FOCAC, 2009). Foi reforçado comprometimento da China em aumentar o auxílio à África, desde logo perdendo a dívida de 31 países africanos (totalizado em, aproximadamente, 1,3 mil milhões); cooperando para um desenvolvimento sustentável; isentando de tarifas aduaneiras alguns produtos exportados pelos países africanos menos desenvolvidos; e prometendo apoio ao NEPAD e outras articulações institucionais regionais. Ao mesmo tempo, a China declarou ser porta-voz dos interesses económicos e políticos africanos nas várias organizações multilaterais. Comprometeu-se em promover o turismo e tratar de temas voltados para o desenvolvimento

social, promovendo a formação profissional para 10 mil africanos nas mais diversas áreas. (Taylor, 2011)

Em 2006, o já presidente Hu Jintao e as autoridades de 48 países africanos, reuniram-se em Pequim, para a 3ª Conferência do Fórum de Cooperação China-África. A tônica foi semelhante à de encontros anteriores, com o governo chinês a defender a cooperação Sul/Sul e o diálogo Norte/Sul com intuito de promover um desenvolvimento sustentável da economia mundial. O encontro ficou ainda marcado pelo 50º aniversário da aproximação das relações diplomáticas entre a China comunista e o continente africano. Em relação a questões de política e segurança, cumpre destacar o estabelecimento de um mecanismo regular de consulta e de cooperação, a ser desenvolvido no ano seguinte de cada Reunião Ministerial. Também avançaram negociações no âmbito dos temas da Assembleia-Geral da ONU, da cooperação entre Congresso Chinês e os parlamentos africanos e do apoio chinês à construção de um centro para a União Africana.

Quanto ao desenvolvimento económico, houve grandes avanços com a criação do Fundo de Desenvolvimento China-África. A China comprometeu-se disponibilizar até 2009 5 mil milhões de dólares para empréstimos e crédito preferenciais, e outros 5 mil milhões para o desenvolvimento de um fundo destinado a incentivar empresas chinesas a investir em Estados africanos. A proposta de criação de zonas económicas especiais em África, o aumento de 190 para 440 na lista de produtos africanos com isenção de tarifas de importação para a China. Foram negociados também novos perdões de dívida aos países da África e assistência económica incrementada. (Taylor, 2011)

No que respeita ao desenvolvimento social, foram incluídos novos objetivos como a concessão de empréstimos com juros reduzidos aos países africanos, a formação de 15.000 profissionais africanos, o estabelecimento de 10 centros de tecnologia agrícola, a construção de 30 hospitais, o envio de 100 especialistas qualificados em agricultura, a construção de 100 escolas rurais e o aumento de 4.000 bolsas de estudos para os africanos na China, além do estabelecimento de mais delegações do Instituto Confúcio em África. Ainda em 2006, o governo chinês apresentou o documento *China's African Policy*, em quem propugnava abertamente os objetivos da sua política para África, as medidas a serem implementadas e as propostas de cooperação em vários setores a longo-prazo. Em foco estavam também o reitar do compromisso com a política de uma só China e o apoio à reunificação pacífica do país asiático (FOCAC, 2006).

Este *white paper* foi o primeiro de seu tipo dentro da história diplomática de Pequim com o continente africano, tornando-se o documento-chave para enquadrar as relações sino-africanas no futuro. Observa-se que nesta nova etapa de relacionamento, ressalta-se na adoção de medidas mais eficazes que facilitem o acesso das *commodities* africanas aos mercados chineses, além de reforçar a promoção de maiores investimentos de empresas da China em todo o continente africano (Taylor, 2011). Em junho de 2007, foi inaugurado o Banco de Desenvolvimento China-África (*China-África Development Bank – CAD Fund*). Fundado pelo Banco de Desenvolvimento da China, o *CAD Fund* tornou-se o principal veículo de investimento chinês no continente africano. Entre 2007 e 2009, permitiu mais de 20 investimentos no valor de, aproximadamente, 400 milhões de dólares (Taylor, 2011).

Em 2009, na cidade egípcia de Sharm El Sheikh, ocorreu a IV Conferência do Fórum de Cooperação China-África. Estavam presentes 49 países africanos e a China. A declaração de Sharm El Sheikh seguiu os moldes da anterior e confirmou os princípios orientadores da relação. Contudo, dois pontos merecem um grande destaque: a abordagem da crise internacional e o seu impacto negativo nos países em desenvolvimento e a necessidade de reformar o sistema financeiro. Foi ressaltada a necessidade de medidas eficazes a serem implementadas pelos países desenvolvidos, a fim de cumprir os seus compromissos de ajuda, redução de dívidas, promoção e aumento dos investimentos e abertura e acesso de mercado (FOCAC, 2009). O plano de ação de 2009 é mais abrangente do que os anteriores e conta com mais duas secções, sendo que a parte da cultura foi separada das questões de desenvolvimento social.

Neste panorama, no Plano de Ação Sharm El Sheikh 2010-2012, o governo chinês comprometeu-se com o envio de 50 equipas de tecnologia agrícola para países africanos, apoiando a formação de 2 mil técnicos agrícolas, além de contribuir com 30 milhões de dólares para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Neste período, a China assegurou o fornecimento de 100 mil milhões de dólares em empréstimos preferenciais para a África, no intuito de apoiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento social. A China deu mais um importante passo comercial, com isenção tarifária para 95% das importações provenientes dos países menos desenvolvidos da África que possuíam relações diplomáticas com Pequim (FOCAC, 2009).

As questões de desenvolvimento social seguem a mesma lógica das económicas com fortalecimento de ações já acordadas anteriormente como a construção de 96 escolas no

continente; a receção de 4 mil alunos africanos em instituições de ensino da China; a construção de cerca de 30 hospitais e centros de tratamento médicos; e o envio de 1,2 mil profissionais de saúde chineses. (Pereira, 2006)

Em julho de 2012, a China e 50 representantes de países africanos e o presidente da Comissão da União Africana reuniram-se para a quinta Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, 2012). A República do Sudão do Sul e a Comissão da União Africana marcam presença pela primeira vez como membros oficiais do Fórum. O encontro teve como tema “construir sobre as realizações passadas e abrir novas perspectivas para o novo tipo de parceria estratégica China-África”. Dessa forma, em primeiro lugar, foram analisados os resultados das estratégias traçadas no Plano de Ação Sharm El Sheikh. A implementação dos compromissos prévios ampliou ainda mais a base das relações sino-africanas e, ao mesmo tempo, o espaço para o desenvolvimento da cooperação em vários níveis entre as partes (FOCAC, 2012).

No Plano de Ação de Pequim 2013-2015, o governo chinês concordou em continuar a utilizar o Banco de Desenvolvimento China-África, aumentando o seu fundo de investimento no valor de 5 mil milhões de dólares. Passaria a ser disponibilizada uma linha de crédito de US\$ 20 mil milhões para os setores de infraestruturas, agricultura e desenvolvimento de pequenas e médias empresas nos países africanos. Anualmente passariam a ser fornecidos 2 milhões de dólares ao fundo da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o objetivo de apoiar programas de desenvolvimento educativo em África (FOCAC, 2012). O governo chinês criou ainda seis zonas de cooperação económico-social com Zâmbia, Maurício, Nigéria, Egito e Etiópia.

O desenvolvimento da FOCAC ao longo dos anos é bastante visível, considerando tudo que já foi mencionado acima. A criação e o desenvolvimento do FOCAC além de estrategicamente vantajoso para a China poderá ter potenciado o desenvolvimento económico das duas partes. Como resultado, o volume de negócios entre a China e a África aumentou exponencialmente, o que permite, em certa medida, uma recuperação da economia africana. Essa nova relação sino-africana é pautada por uma cooperação com objetivos económicos bem definidos. O facto de se basear na não ingerência em assuntos internos poderá ter atraído alguns Estados africanos sem grandes preocupações em relação ao carácter democrático dos próprios regimes.

Para Sousa e Oliveira (2013, p. 32), esta aliança apresenta-se como vantajosa para ambos os lados: enquanto a China obtém apoio político dos Estados africanos nos fóruns internacionais, o que reforça o princípio da China única; os Estados africanos gozam de vantagens económicas advindas da ajuda externa chinesa, ganham apoio para suas posturas, ampliam sua margem de manobra perante outros Estados e ainda aumentam o seu poder de influência por negociarem em bloco.

Segundo Saraiva (2012, p. 140), no ano da criação do FOCAC, 80 ministros de Estados Africanos foram levados de Pequim à área industrial de Guangdong para verem o colosso do crescimento chinês. Atualmente, os produtos chineses estão em quase todos os espaços comerciais dos países africanos. As suas infraestruturas são construídas por empresas chinesas e financiadas pelo governo chinês em diversos países.

A evolução do Investimento Estrangeiro Direto (IED) da China em África permite destacar a extraordinária evolução que se dá a partir de 2000 e que resultou não só de uma aposta da política externa, mas também de um significativo aumento dos preços das matérias-primas, o que naturalmente conduziu a uma grande expansão nos investimentos dirigidos aos países produtores.

Em 2008, houve um pico de investimento, com o montante de 72 mil milhões de dólares, valor cinco vezes maior do que o registado no ano 2000 (Saraiva, 2012).

No entanto, e conforme Visentini (2012) salienta, a atuação chinesa no continente africano tem suscitado reações diversas na comunidade internacional. A seu favor, está o argumento que apresenta o crescimento económico dos países africanos e o pesado investimento em infraestruturas de que têm beneficiado. Contra esta posição, argumenta-se que a maior parte dos Estados africanos têm um significativo défice comercial com a China, além de também se poder entender esta aproximação como uma espécie de “imperialismo chinês”, e que as concessões de empréstimo sem a exigência de garantias político-institucionais favorecem as ditaduras.

Como destaca Renenwick (2014), também seria menos positiva a política chinesa de “não intervenção” no continente, que ignora as violações de direitos humanos praticadas por seus parceiros africanos, além das consequências negativas que a entrada de firmas e trabalhadores chineses podem significar para os negócios locais, limitando o emprego e a qualificação profissional dos africanos. Por fim, menciona a crítica que se faz à opacidade

chinesa na prestação de contas e ao impacto ambiental da sua atividade. Contudo a análise até aqui desenvolvida demonstra apenas uma parte das relações sino-africanas, e para perceber a importância dos recursos energéticos africanos e o envolvimento chinês na aquisição dos mesmos, a escolha de Angola como estudo de caso é essencial, num país geograficamente bem posicionado, repleto de recursos naturais e numa posição de destaque político na África Subsaariana.

3. AS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS

3.1. Angola no contexto da internacionalização da China

Este capítulo é dedicado à análise das relações sino-angolanas, pelo que começaremos por abordar a sua evolução histórica, refletindo sobre as aproximações e distanciamentos entre os dois países. Como já mencionado, a China comunista esteve presente na Guerra Colonial e na guerra civil em Angola, tentando afirmar-se como um polo alternativo a soviéticos e norte-americanos. A sua presença nestes conflitos não pode ser isolada do contexto global de Guerra Fria e, sobretudo, do cisma entre os comunismos chinês e soviético.

Na segunda secção, falaremos da intensificação das relações entre os dois Estados entre 1983 até 1989, um período marcado pelo final da Guerra Fria e pela reação angolana ao episódio da Praça de Tiananmen, identificando os principais pontos de aproximação política e económica no governo liderado pelo MPLA. A terceira fase percorre desde os anos 90, num período de reabertura da política externa chinesa terminando em 2002, com o final da guerra civil em Angola. O último período em análise começa em 2002 e vai até à atualidade, de modo a identificar a intensidade diplomática entre os dois Estados e a importância do petróleo nesta nova relação, denominada como *Angola Mode*, bem como a visão angolana desse processo quer na perspetiva do governo como da população em geral.

3.2. A evolução nas relações sino-Angolanas

Os primeiros contactos do governo chinês com os movimentos de libertação Angolana foram feitos desde os anos 50 nos primeiros anos do período anticolonial. Na época a China procurou dar apoio aos três principais movimentos de libertação do país (MPLA, FNLA, UNITA), até à independência angolana. A posição da China sobre Angola teve várias oscilações, dado o contexto de Guerra Fria.

A política externa chinesa para Angola, durante o período de luta pela independência colonial, pode ser dividida em quatro partes distintas: entre o início dos anos 60 e o início da Revolução Cultural; os anos da Revolução Cultural, entre os anos 1966 e 1969; entre início da década dos anos 70 até a revolução de 25 de Abril em 1974; dois anos prévios à independência.

Inicialmente, a China forneceu armas e alguma formação às forças do MPLA. Porém, este movimento tinha uma grande influência soviética, começando a receber apoio diplomático e armamento de Moscovo na década de 60, o que levou a um certo afastamento de Pequim visto que era uma época de desavenças entre soviéticos e chineses. Tal afastamento dos chineses do MPLA acabou por desviar o apoio chinês para os outros dois movimentos: FNLA e a UNITA. Com isto, pretendia-se contrabalançar a forte influência da potencia soviética que se verificava no seio do MPLA. A visita de Agostinho Neto a Moscovo, em 1964, terá sido determinante para o apoio militar significativo que os soviéticos prestaram ao MPLA (Taylor2006, p.76).

A aproximação à FNLA teve poucas consequências práticas, como refere Taylor (2006), em função do apoio que este movimento recebia do Zaire, país que não permitia o ingresso de homens e material da China. O reconhecimento da FNLA e da UNITA pela Organização de Unidade Africana (OUA), em julho de 1963, enquanto representantes legítimos do povo angolano, fez com que os chineses voltassem as suas atenções para estes movimentos, ainda que mantendo relações cordiais com Agostinho Neto e os seus seguidores (Vines; Campos, 2007; Taylor2006, p.76).

Numa fase subsequente, a China cortaria laços com a UNITA, embora desde a sua fundação, em 1964, tenha sido este o principal movimento a contar com apoio de Pequim. No final da década de 60, a UNITA passa mesmo a ser o único movimento citado nos documentos oficiais chineses (Jackson 1995), facto que era de maior relevância para a UNITA do que propriamente para a China, visto que essa era a única publicidade internacional que o movimento mantinha naquele período. Os líderes das UNITA passam a receber treino chinês, mas o montante material ainda era bastante pequeno o que não foi do agrado de Jonas Savimbi, o que poderá ter facilitado o seu recurso ao apoio dos governos dos Estados Unidos da América, do regime do *Apartheid* da África do Sul, de Israel e de vários líderes africanos como (Félix Houphouët-Boigny da Costa do Marfim, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Mobutu Sese Seko do Zaire e do rei Hassan II de Marrocos). Já o MPLA teve apoio militar direto de Cuba, logístico da União Soviética e algum apoio da uma parte dos militares portugueses. O fim da Revolução Cultural e o início da década de 70 marcam uma nova postura da China para a África e, em específico, para os movimentos de libertação (Oliveira, 2007). A China adota na época, uma estratégia de política externa de luta contra as hegemonias (Taylor 2006). Neste contexto, o apoio de Pequim aos movimentos de libertação nos países africanos foi um importante instrumento, especialmente como contrapeso da presença soviética no continente.

Neste período do conflito contra Portugal, os três principais movimentos angolanos não conseguiram formar uma frente unida, e, por vezes, lutavam entre si tornando evidente a incapacidade para trabalhar em conjunto (Hodges, 2002, pp. 25 e 26).

Porém, durante os primeiros anos da década de 70, o governo chinês também não via com bons olhos os discursos radicais do líder da UNITA e não deixou de tentar uma aproximação ao MPLA. Em 1971, uma delegação do MPLA visita Pequim e a China oferece auxílio ao movimento através de um fundo da Organização da Unidade Africana (Taylor, 2006). Uma posição contraditória por parte da China. Sendo que no final dos anos de 1973, o governo de Pequim voltou a aproximar-se da FNLA, o que foi possível, porque a China normalizara as relações diplomáticas com o Zaire no ano anterior. No final desse mesmo ano Mobuto visita Pequim com o objetivo de obter apoio chinês a FNLA (Jackson, 1995).

A queda do regime autoritário e colonialista português, a 25 de Abril de 1974, abriu portas à independência das várias colónias, entre as quais Angola, mas também a um processo de transição complexo e desorganizado.

Em Angola, perante as atitudes de indefinição da parte portuguesa face à descolonização, e face ao sucesso dos movimentos de libertação na Guiné-Bissau e em Moçambique, a luta armada intensifica-se. Essa mudança também se fez refletir na política estabelecida entre a China e Angola, passando a União Soviética a monopolizar a influência no seio do MPLA (Taylor, 2006). Ao longo do ano anterior, armas e peritos chineses chegam ao Zaire para conceder auxílio às tropas da FNLA e adicionalmente à UNITA e a um grupo de dissidentes do MPLA.

Quando começou a transição para a independência angolana, a China com o intuito de garantir a sua influência apoiou as tentativas de conciliação entre os três movimentos angolanos com os acordos de Alvor, assinados em janeiro de 1975 entre Portugal, MPLA, UNITA e a FNLA. Porém, o governo de transição não foi pacífico e os conflitos não cessaram. Os movimentos nacionalistas depressa se mostraram incapazes de trabalhar em conjunto. Iniciaram, então, uma desesperada corrida pela supremacia, antes da data da independência, marcada para novembro do mesmo ano (Hodges, 2002). Perante esta situação o governo de Pequim convidou os representantes dos três movimentos a participar numa iniciativa de mediação do conflito. Os movimentos aceitaram o convite da China, mas não houve qualquer suspensão do conflito. Pelo contrário, os confrontos aumentaram, estimulados

em grande medida pelo auxílio soviético ao MPLA que visava conter os avanços da FNLA (Taylor2006).

Perante o clima da bipolaridade que se vivia na época, a escalada do conflito foi exacerbada pela intervenção externa: os movimentos começaram a procurar aliados. Por um lado, o MPLA com o apoio do bloco soviético, da SWAPO, com ajuda militar cubana. Por outro, a FNLA e a UNITA, que recebiam apoio clandestino dos EUA, da Europa Ocidental, da Zâmbia e da China por intermédio do Zaire. Este apoio, conforme Hodges (2002), foi motivado não pela concorrência para controlar os recursos naturais de Angola, mas pelas rivalidades geopolíticas da Guerra Fria e pela determinação do regime racista da África do Sul em impedir o apoio angolano aos nacionalistas da Namíbia, a sul do território angolano.

A política chinesa na região passou, assim, a ser contraditória daquilo que defendiam sobre a hegemonia, visto que passou a estar ao lado das forças capitalistas dos Estados Unidos e do regime do *apartheid* da África do Sul contra as forças socialistas do MPLA e da União Soviética, prejudicando a sua imagem principalmente noutros Estados africanos que não viam com bons olhos as forças ocidentais e sul-africanas e suas as ideias colonialistas.

A declaração da independência de Angola, proclamada pelo MPLA a 11 de novembro de 1975, tornou controversa a participação da China no conflito. Visto que nesta época o seu maior apoio era dado à UNITA e à FNLA, por força da relação privilegiada do MPLA com os soviéticos. A política anti-hegemónica da China, para Taylor (2006) começa, portanto, a entrar em crise no continente, principalmente nos países da África Austral.

Após a independência em 1975, o país foi palco de uma intensa e violenta guerra civil colocando em confronto os três movimentos que haviam lutado pela independência durante a guerra colonial e enraizados em diferentes grupos etnolinguísticos. O MPLA, fundado em 1956, com o apoio maioritário da população dos *Mbundos* (segundo maior grupo étnico angolano, povo dominante na região da capital angolana e nas províncias do Bengo, Kwanza Norte, Malanje e nordeste do Kwanza Sul). Este movimento atraiu alguns indivíduos portugueses ou descendentes destes residentes em Angola, sobretudo os que tinham laços com partidos comunistas em Portugal e países pertencentes ao então Pacto de Varsóvia.

A UNITA, criada em 1966, na sequência da cisão de Jonas Malheiro Savimbi com o FNLA em 1964, tinha inicialmente pouco apoio externo e estava socialmente enraizada entre os *Ovimbundos*, maior grupo étnico de Angola (uma população que ocupa maioritariamente o

planalto central de Angola e a faixa costeira adjacente, região que compreende as províncias do Huambo, Bié e Benguela). Esta foi a parte da população mais afetada tanto pela guerra colonial como pela guerra civil.

A FNLA, criada em 1962, com a junção da União das Populações de Angola (UPA), presidida por Helder Roberto, com bases no Zaire e com apoio de Mobutu S. Seko, sustentada maioritariamente pela população rural Bacongo do norte de Angola. Havia ainda um quarto movimento, mais pequeno, cujo objetivo era a independência de Cabinda, um enclave rico em petróleo separado do resto de Angola por uma estreita faixa de território que proporcionava à RDC uma saída para o mar. Era a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), constituída em 1963, que depois se dividiu em vários grupos rivais (Hodges, 2001).

Este grande conflito armado teve vários intervalos que se prolongou por 27 anos, ao mesmo tempo, a guerra serviu como um campo de batalha da bipolaridade que se vivia durante a Guerra Fria tendo por isso o forte envolvimento internacional, direta e indiretamente, e por forças opostas, não somente a China como já foi referido, como União Soviética, Cuba, e Estados Unidos, e terminou em 2002 com a morte de Jonas Savimbi⁹, líder da UNITA.

3.3. O estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados

Para além da formalização das relações diplomáticas entre Luanda e Pequim, em janeiro de 1983, outros acordos foram assinados, contribuindo para uma relação ainda mais estreita entre os dois países. Ainda assim, os primeiros anos após a independência de Angola foram marcados por um certo afastamento, segundo Taylor (2006), uma vez que Pequim teria ignorado o novo governo estabelecido em Luanda e defendido que o país estava sob ocupação estrangeira da União Soviética. Nesta época, a China tinha como prioridade a modernização interna e a melhoria das suas relações com os Estados Unidos e com a União Soviética.

No entanto, e apesar destes anos de relativo afastamento, como referimos acima, os seguintes foram marcados por significativas melhorias nas relações da China com África, com inúmeras visitas do primeiro-ministro Zhao Ziyang. Em 1988, o presidente angolano José Eduardo dos Santos visitou a China para celebrar acordos de cooperação comercial. Formou-

⁹ Embora a UNITA fosse à partida o movimento mais fraco, Jonas Savimbi decidiu lançar-se na corrida, confiando na sua base social e nos seus apoios externos.

se a Comissão Conjunta de Economia e Comércio que começou a ser implementada em 1999. Simultaneamente, importantes mudanças políticas favoreciam a aproximação entre os dois países: surgiram, no MPLA, vozes que defendiam o abandono da economia de planeamento centralizado em prol de uma outra baseada no mercado; a Guerra Fria chegou ao fim, a União Soviética desintegrou-se (Hodges, 2002).

A partir da década de 90, depois de a China se afastar mais dos países ocidentais após o episódio da Praça de Tiananmen, Angola, à semelhança de muitos países africanos, deu seu apoio ao governo chinês. Deste modo, esta época foi também assinalada pelo estabelecimento de acordos de cooperação que incluíam a construção de uma escola do partido para o MPLA em Angola. Ainda assim, com a intensidade da guerra civil em Angola em 1992, o governo chinês deu pouco apoio ao seu *congénere*

angolano, limitando-se a apelos à pacificação e afirmações sobre o facto de nenhuma força externa dever intervir no conflito (Taylor, 2006). Porém, o fortalecimento das relações entre os dois Estados tornou-se evidente no final da década de 90, quando Angola passou a ser o segundo principal parceiro comercial chinês em África, atrás apenas da África do Sul.

Depois do conflito armado, o país precisava de ser reconstruído e encontrar mecanismo para responder às necessidades básicas da população, o que levou o governo angolano a desenvolver medidas de reestruturação visando a recuperação de inúmeras obras de infraestrutura como centrais de energia, hospitais, estradas, pontes, escolas e habitações, incentivando o desenvolvimento económico e a melhoria da vida da população. A ajuda externa e a cooperação eram necessárias, tanto através de novos empréstimos como através do estabelecimento de relações comerciais com outros países capazes de recuperar a balança de pagamentos do país.

O primeiro financiamento ao partido governante, MPLA, veio da China, no quadro da atual parceria estratégica, acordada entre Pequim e Luanda, coincidindo com o lançamento da política de expansão da China, “*Go Global*” e no âmbito da cooperação Sul/Sul, intensificada em 2003, quando o Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da República Popular da China assinaram acordos que estabeleceram as bases de uma nova cooperação económica e comercial entre os dois Estados. A China foi, assim, penetrando no mercado angolano e conquistando uma posição preponderante na sua economia, através de uma política de expansão e de subtileza que poderíamos classificar como de exercício de *soft power*.

Porém, para Angola, esta viragem estratégica em relação à China deu-se perante a recusa de auxílio financeiro internacional para a reconstrução do país depois do fim da guerra civil, em 2002. A Angola foi negada ajuda financeira internacional das maiores instituições financeiras ocidentais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Perante esta situação, Angola pediu ajuda à China que se dispôs a abrir uma linha de crédito sem restrições, apenas com a condição de ser paga em petróleo, não ao preço do barril por dia, mas por um valor por barril previamente estabelecido. Com esse acordo, a China criou a possibilidade de aceder à exploração petrolífera de Angola. Desta forma, o fim da guerra civil abriu portas à estabilidade necessária para que o país se desenvolvesse tendo a vertente económica passado a assumir clara predominância nas relações bilaterais sino-angolanas, o que rapidamente converteu Angola num dos principais parceiros económicos da China em África (Morais, 2011).

A criação do Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, do qual fazem parte países como Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor Leste, também deu um novo impulso nas relações sino-angolanas em 2003. Este Fórum, que tem um funcionamento semelhante ao do FOCAC, tem a sua sede em Macau e conta com reuniões ministeriais a cada três anos. Tem como objetivo promover o desenvolvimento mútuo através da cooperação económica e do comércio entre os países.

A aproximação entre Angola e a China evoluiu de modo decisivo pela crescente vontade de Luanda de diversificar as suas fontes de investimento. Em março de 2004, Angola recebeu do banco chinês *EximBank* um empréstimo no valor de 2 mil milhões de dólares para a reconstrução do país. Esta quantia deveria ser liquidada a 12 anos, através de petróleo (Corkin, 2012). Ficou acordado pelas partes que mais de 60% dos projetos seriam construídos por empresas chinesas e que os restantes 40% por empresas angolanas, subcontratadas pelas empresas chinesas.

Em 2002, o *EximBank* em conjunto com o *China Construction Bank* (CCB) concederam financiamento para a reconstrução do país, valor este reforçado, em 2006, durante a visita a Luanda do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao e, em 2008, com a visita do presidente José Eduardo dos Santos à China. No total, em 2013, os valores somavam um total de cerca de 5 mil milhões de dólares, aos quais se adicionou, no mesmo ano, 1.000 milhões de dólares em créditos ao governo angolano, em função da redução dos custos de petróleo, meio

de pagamento dos créditos. No final de 2016, teve lugar em Luanda o Fórum de Investimento China-Angola, que culminou com celebração de 48 acordos de promulgação de investimento, no valor total de 1.200 milhões de dólares (1.000 milhões de euros) (Agência Lusa, 2018).

Estes pacotes de crédito chinês foram aplicados por fases, para projetos desenvolvidos através do sistema de *joint-ventures*, cuja duração, grosso modo, é de cerca de 15 meses em áreas como; a energia e águas; educação; saúde; obras-públicas; e agricultura. A cooperação com a China engloba reabilitações do sistema de abastecimento de água (ex.: Luanda, Uíge, Caxito) e expansão de redes elétricas (Pascoal, 2013). Na educação, os projetos referem-se à construção, reconstrução e apetrechamento de escolas secundárias, institutos médios e politécnicos. Realizam-se igualmente intercâmbios escolares, tanto de professores como de estudantes, que, a longo-prazo, permitirão um maior envolvimento cultural. Nas obras-públicas, destaca-se a reabilitação de estradas (de Luanda a Negaje, por exemplo), pontes e a reconstrução dos caminho-de-ferros (Benguela, Luanda e Moçâmedes) (Pascoal, 2013).

A China enviou ainda, desde 2009, quatro equipas médicas, compostas por mais de 60 médicos, que deram 200 mil consultas gratuitas para cidadãos angolanos no Hospital Geral de Luanda. Este hospital, doado pelo governo chinês, é uma importante unidade sanitária integrada.

O setor ferroviário angolano em 1975 tinha mais de 3.000 quilómetros (1.471 quilómetros dos quais eram geridos pela Companhia de Caminho-de-Ferro de Benguela – CFB – e os restantes 1.581 eram explorados pelo Estado) foi praticamente desativado pela guerra. Os chineses financiaram a ferrovia Benguela-Luau, com mais de 1.300 quilómetros a ligar a costa Atlântica à fronteira com a Zâmbia e a República Democrática do Congo, por um custo de 300 milhões de dólares, e a reabilitaram a ferrovia Namibe-Menongue, com mais de 900 quilómetros, no valor de 2 mil milhões de dólares. Também estão envolvidos com as obras do novo aeroporto de Luanda, no valor de 450 milhões de dólares, e com as da refinaria de Lobito, no valor de 3 mil milhões de dólares. Os 107 quilómetros da estrada Ondjiva/Xangongo, na província do Cunene, foram asfaltados e sinalizados pela empresa *China Road and Bridge Corporation* (CRBC). As empresas *Sinohydro* da China e *CMC di Ravenna* da Itália iniciaram as obras de construção da autoestrada Luanda-Soyo, no norte do país, com 500 quilómetros e seis faixas de rodagem (três em cada sentido) (Minplan, 2008).

Da mesma forma, os estádios para o Campeonato Africano das Nações (CAN) de futebol, realizado em 2010, contaram com apoio técnico e financeiro da China. Na verdade, os técnicos chineses estão em quase todas as principais obras do país, desde a construção de escolas até às redes de saneamento básico (água e esgoto), energia elétrica e comunicações, além de infraestrutura urbana. Como exemplo, podem ser destacadas as obras na cidade do Dundo, província de Lunda Norte, realizado pela empresa chinesa *Pan-China Construction Group*, com a construção de 20 mil apartamentos, além dos equipamentos e serviços urbanos. No mesmo sentido, há a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água das cidades do Dundo e Saurimo, celebrado entre o Ministério da Energia e Águas de Angola e a *China National Electronics Import & Export Corporation* no valor de 35 milhões de dólares, bem como os investimentos em transportes coletivos da capital, em função da aquisição pela Empresa de Transportes Coletivos Urbanos de Luanda (Tcul) de 180 autocarros provenientes da China (Minplan, 2008).

No âmbito das relações diplomáticas, tem havido cooperação e reciprocidade no posicionamento em questões de carácter político nas organizações internacionais. A China foi um dos países que apoia a candidatura de Angola para Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Pacheco, 2002)¹⁰. Têm-se aperfeiçoado também os mecanismos de cooperação, inclusive, a Comissão Orientadora da Cooperação Económica e Comercial entre a China e Angola. Com a finalidade de apoiar a capacitação de quadros angolanos, Pequim forneceu a formação a mais de 2.500 funcionários angolanos em diversas áreas, assim como 300 bolsas de estudo, segundo Cui Aimin, embaixador chinês em Angola. (Aimin, 2018)

Este método de cooperação entre os dois Estados é muitas vezes denominado *Angola mode*. Para o descrever, Ennes Ferreira (2008, p. 299) utiliza a expressão “casamento de conveniência perfeito”. Ao logo dos 35 anos de relações diplomáticas entre os dois Estados, Cui Aimin, afirma que as relações sino-angolanas estão no melhor nível na história, sendo um exemplo da cooperação de benefícios mútuos e desenvolvimento comum entre a China e os países africanos. (Aimin, 2018)

A evolução das relações comerciais entre os dois Estados impulsionou também as atividades diplomáticas entre os dois países, registando-se na primeira década do século XXI

¹⁰ Artigo de opinião publicado pelo diplomata chinês em Angola na edição do Jornal de Angola, intitulado "Iniciar Nova Jornada na Parceria Estratégica entre a China e Angola", Cui Aimin recorda os 35 anos das relações entre os dois países, que dispararam, em termos económicos, após o fim da guerra civil, em 2002.

um aumento progressivo das visitas mútuas dos mais altos dignitários estatais. Da parte de Angola salienta-se a visita à China do antigo primeiro-ministro Piedade dos Santos, em 2006; as duas visitas do presidente José Eduardo dos Santos, em 2008; do vice-presidente Fernando dos Santos, em 2011; de Sebastião Martins, ministro do Interior, em 2013; de Gorges Chikoti, ministro das Relações Exteriores; em 2014; seguida por mais uma viagem à China pelo então presidente José Eduardo dos Santos, em 2015; e de João Lourenço, então ministro da Defesa e atual presidente da República. Pela parte da China, visitaram Angola altos dignitários como o vice-primeiro-ministro Eng Peiyan, em fevereiro de 2005; o primeiro-ministro Wen Jiabao, em junho de 2006; o ministro do Comércio Chen Deming, em janeiro de 2009; o vice-ministro do Comércio, Jiang Zengwei, em março de 2009; o vice-presidente Xi Jinping, 19 de novembro de 2010; entre outros. (Alves, 2016)

A frequência do intercâmbio passou a ser mais elevada a partir de 2010, quando os dois países divulgaram a Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parcerias Estratégicas, durante a visita oficial do então vice-presidente Xi Jinping a Angola, tendo como objetivo não somente fortalecer o intercâmbio existente, mas também alargar a cooperação em domínios mais abrangentes. A última visita presidencial realizou-se em junho de 2015, quando o presidente angolano, sob a pressão da queda do preço do petróleo, se dirigiu a Pequim solicitando uma moratória de pelo menos dois anos no reembolso da dívida à China e para solicitar a concessão de novas linhas de crédito ou a ampliação das já existentes. No final do mesmo ano, José Eduardo dos Santos voltou a reunir-se com o seu homólogo chinês, à margem da segunda cimeira do FOCAC que ocorreu em Joanesburgo, abordando questões relevantes para a cooperação bilateral, sobretudo ao nível do desenvolvimento económico. (Alves, 2016)

Atualmente, no âmbito do crescimento rápido das relações comerciais bilaterais entre os dois Estados, os 25 mil milhões de dólares correspondem a um quarto do comércio total da China com África. Estima-se que entre 2002 e 2008, não só a Angola passou a ser o maior parceiro comercial da China em África, ao mesmo tempo a China tem vindo a substituir os Estados Unidos enquanto principal parceiro das exportações angolanas¹¹. (Alves, 2016)

¹¹ O Banco de Exportação e Importação da China, criado em 1994, é inteiramente propriedade do governo chinês. O principal objetivo do Banco é facilitar a exportação e a importação de produtos mecânicos e eletrónicos, bem como apoiar as empresas chinesas nos seus investimentos. Tem também o propósito de promover as relações externas da China e facilitar a cooperação económica e comercial internacional. <http://www.eca-watch.org/ecas/exim-bank-China>

No âmbito das relações diplomáticas tem havido cooperação e reciprocidade no posicionamento, em questões de carácter político nas organizações internacionais. A China foi um dos países que apoiou a candidatura de Angola para Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

3.4.As relações sino-angolanas no período 2002-2017

3.4.1. O sector da construção e obras públicas e o envolvimento da China

Após quase três décadas de guerra civil, que provocaram a destruição de infraestruturas em todos os níveis, o governo elegeu como prioridade a reconstrução de setores como o saneamento, as vias de comunicação, os edifícios públicos, as mais de 300 pontes destruídas, as principais estradas e a maioria das escolas habitações, e hospitais do interior do país e as três linhas de caminho-de-ferro, entre outras. Para o efeito, foi aprovado um programa de investimentos públicos (PiP), gerido pelo Ministério das Finanças. O governo do MPLA, apesar de ter vencido indiscutivelmente o conflito pela via militar, tinha necessidade de demonstrar que conseguia governar em tempo de paz, apresentando ações concretas visíveis no âmbito da melhoria das condições de vida da população (Malaquias, 2007). Entrada em vigor da parceria com a China, aliada à rapidez com que os acordos de financiamento foram negociados e começaram a ser implementados, é referida em vários relatórios como tendo contribuído positivamente para os resultados do MPLA, com maioria absoluta, nas eleições legislativas de 2008. No entanto, a extensão da administração a todo o território tem sido caracterizada sobretudo pela desconcentração dos serviços providenciados pelos ministérios e não por uma efetiva descentralização do poder (Lopes, 2012, 89).

O período de maior investimento na reconstrução nacional registou-se entre 2003 e 2008, o que coincidiu com a época de maior crescimento económico, durante a qual houve grande procura mundial de petróleo com a consequente subida dos preços.

Desta forma, o Programa de Reconstrução e Reabilitação do governo foi apresentado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como um documento de suporte que orientaria a negociação entre o governo angolano e uma esperada conferência de doadores para apoiar a reconstrução do país (UNDP, 2004). Foi então possível investir na reconstrução e modernização das infraestruturas. Com ajuda do investimento estrangeiro, sobretudo o oriundo da China, o país tornou-se num “verdadeiro canteiro de obras”, como lhe chamou o ex-presidente José Eduardo dos Santos. No entanto, é necessário notar que em

2018, o saldo positivo da balança comercial angolana (que, até então, era negativo desde 2013) deveu-se ao aumento das exportações de bens, nomeadamente do petróleo, e à diminuição das importações (BPI, 2019). No terceiro trimestre de 2019, os setores que mais contribuíram para o PIB em Angola foram a extração e refinação de petróleo (33%) e a construção (12%), seguida do comércio (11%) (INE Angola, 2019).

Quando se considera a importância do setor da construção para Angola, é necessário recordar o grande investimento feito no setor por parte do Estado. Por exemplo, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação 2009-2012, para além do incentivo às obras estruturantes (em larga medida financiadas por investimento público e linhas de crédito internacionais), deu-se um grande passo na promoção do investimento privado, nomeadamente no setor residencial. Para o efeito, foram edificadas novas residências em toda a cidade de Luanda, mas também nas restantes províncias. No entanto, Angola sempre se deparou com algumas dificuldades que impediram um desenvolvimento ainda mais rápido do setor, que se pode dizer que continua a enfrentar uma série de obstáculos ao seu crescimento.

Desde logo, poder-se-á dizer que Angola não está ainda em condições de providenciar, em termos domésticos, as matérias-primas e instrumentos de trabalho necessários à laboração, pelo que tem de recorrer sempre à sua importação. Um outro obstáculo ao desenvolvimento do sector relaciona-se com a dificuldade de acesso a algumas localidades, não só porque o trabalho de recuperação das infraestruturas está ainda em curso, como também o próprio processo de remoção de engenhos explosivos não está ainda concluído. De notar, como outra dificuldade a ter em conta, o elevado custo da mão-de-obra qualificada, que pode chegar aos 7.000 dólares/mês (no caso de Diretores Financeiros e outros quadros superiores). Estima-se que a mão-de-obra expatriada custe cerca de 25% a 30% mais que a mão-de-obra local, para além de regalias adicionais, como viatura, renda casa, assistência médica, etc.

Procurando responder a estes desafios e constrangimentos, o governo redigiu, no Plano de 2010-2011, os seguintes objetivos e prioridades para o sector da construção: 1) melhorar a circulação de bens; 2) contribuir para o aumento da produção local de materiais de construção; e 3) aperfeiçoar as condições institucionais da Administração Local com vista a uma maior rapidez e eficiência dos serviços públicos (BPI, 2013). O sector da construção civil e obras públicas era tradicionalmente dominado por empresas locais, portuguesas e brasileiras. A entrada das construtoras chinesas no mercado angolano, alavancada por um forte apoio do governo chinês, teve natural repercussão em termos de quota de mercado.

O ponto de viragem deu-se em março de 2004, quando o governo angolano negociou com o *Exim Bank*, da China, a concessão de uma linha crédito no valor de 2 mil milhões de dólares, isenta de exigências políticas de transparência, boa governação, e com condições imbatíveis de utilização: taxa de juro *LIBOR* acrescida de um *spread* de 1,5% ao longo de 12 anos, com período de carência de anos. Este acordo foi bem-vindo pelo governo angolano, que tinha dificuldades em obter financiamento pelas tradicionais instituições financeiras, Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário internacional (FMI), devido às exigências destas quanto à boa governação e transparência, necessárias para a concessão de financiamento.

Para a China, as difíceis relações de Angola com o BM e o FMI foram vantajosas, pois permitiram que aproveitasse para negociar com o país, oferecendo pacotes muito mais atrativos, assentes, sobretudo na promessa de não interferência nos assuntos internos angolanos e concedendo em troca acesso facilitado ao mercado chinês). Em concreto, estas linhas de crédito preveem que 70% das obras sejam reconstruídas através de empresas chinesas e 30% fiquem nas mãos das empresas construtoras locais. Terá ainda ficado acordado que pelo menos 50% do material de construção é proveniente da China (Malaquias, 2007). Este empréstimo é garantido por ativos do Banco Nacional de Angola, empregando fluxos monetários gerados por um contrato de venda de petróleo equivalente a dez mil barris por dia. Esta forma de pagamento de empréstimos para desenvolvimento de infra-estruturas e que possibilita a Pequim aceder os recursos energéticos angolanos foi denominado pelo Banco Mundial como “*Angola mode*”.

O *modus operandi* é o seguinte: os projetos identificados como prioritários pelo governo angolano são apresentados ao comité conjunto constituído pelo Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio chinês sendo que para cada projeto posto a concurso, o governo chinês propõe três ou quatro empresas candidatas, cabendo ao governo angolano a decisão final. Após a seleção do empreiteiro ou construtor chinês responsável pela execução do projeto, um grupo técnico multisectorial (GAT – Gabinete de Apoio Técnico de Gestão da Linha de Crédito da China) supervisiona a sua implementação. (Campos e Vines, 2008, p.8 e 9; Ferreira, 2011, p. 194)

O governo chinês dispõe de uma lista de trinta e cinco empresas pré-aprovadas para a execução dos projetos imputados à linha de crédito, que funciona como uma conta corrente e sempre que é solicitada pelo Ministério das Finanças angolano, os desembolsos são transferidos diretamente pelo *EximBank* para as contas das empresas chinesas adjudicadas. O

reembolso pelo governo angolano, do montante utilizado ao abrigo da linha tem início após a conclusão do projeto. Posteriormente os rendimentos do petróleo obtidos no âmbito do acordo são depositados numa conta, que são deduzidos no serviço da dívida. (Ferreira, 2011, p. 194)

A primeira linha de crédito foi implementada em duas fases, cada uma no valor de mil milhões de dólares. A primeira fase teve início em dezembro de 2004, envolvendo a celebração de 31 contratos de reconstrução de infraestruturas em sectores como a energia, água, saúde, educação, telecomunicações e obras públicas, para um total de 50 projetos ao longo do território, avaliados em 1,1 mil milhões de dólares. (Fernandes, 20011, p. 175)

A segunda, teve início em março de 2007, cujo objetivo foi de financiar a implementação de 18 contratos, envolvendo 57 projetos. Em maio de 2007, foi acrescentado uma verba adicional de 500 milhões de dólares, tendo em vista a integração dos novos projetos estruturais na economia nacional, incluindo a compra de autocarros escolares, principalmente no interior do país. (Campos e Vines, 2008, p.8 e 9). Para poder financiar “ações complementares” aos projetos da primeira fase que ainda não haviam sido orçamentados, poucos meses depois, em setembro, foi assinada em Luanda uma outra linha de crédito no montante de 2 mil milhões de dólares, ao abrigo da qual foram financiados cerca de 100 projetos, aprovados pelo Conselho de Ministros angolano em novembro de 2007 (Ferreira, 2011, p.195), assinado pelo antigo ministro das Finanças José Pedro de Moraes e o presidente do *Eximbank*, Li Ruogu. O prazo de pagamento foi alargado para 15 anos e a taxa de juro é mais favorável (*Libor* acrescida de *spread* de 1,25%). (Campos e Vines, 2008, p.8 e 9). Nesse acordo, as condições para as exportações chinesas foram aliviadas, por outro lado, as regras de conteúdo referente á reconstrução previa uma maior participação angolana.

Não obstante as dificuldades na conclusão dos projetos face a crise financeira internacional, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, que também afectou Angola, e estando praticamente esgotadas as linhas de crédito do *EximBank* e das insuficiências económicas internas, provocadas pelas dificuldades crescentes de financiamento por força da diminuição das receitas petrolíferas, e dada não consideração da diversificação como um desígnio estratégico do país. Com a diminuição das receitas do setor petrolífero, o Executivo ficou sem liquidez para realizar as despesas necessárias a reconstrução das infraestruturas, pagar o serviço de dívida e financiar o normal funcionamento da administração do Estado, e para atenuar tal situação em 2009, Angola assinou uma linha de crédito, com o governo chinês, num valor total de 6 mil milhões de dólares por via do Banco de Desenvolvimento da China,

destinado ao desenvolvimento de projetos nas áreas de infraestruturas, transportes e agricultura, tal como os créditos anteriores, esta linha de crédito está ligada a um contrato de financiamento de petróleo, através do *China International Fund* (CIF) e foi supervisionada pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) angolano que reporta diretamente a presidência (Fernandes, 2011, p.176; Alves, 2010, p.13).

De acordo com dados deste banco, durante a visita do vice-presidente chinês, Xi Jinping, a Angola, em Novembro de 2010, foi acordado um outro financiamento entre Angola e a China avaliado em mais de 400 milhões de dólares para a reconstrução de infra-estruturas e segurança alimentar, para além de outros 100 milhões de dólares, destinados ao financiamento de pequenas e médias empresas. (Fernandes, 2011; Angop/SOL, 23 de Setembro de 2010).

Em setembro de 2018, o então presidente angolano João Lourenço, agradeceu em Pequim ao seu homólogo chinês, Xi Jinping, a ajuda ao processo de reconstrução angolana. Outras importantes linhas de crédito da China para Angola entre 2008 até 2018 foram canalizadas através do Fundo Internacional da China (CIF). Estima-se que até ao ano de 2018, a China tenha assegurado 23 mil milhões de dólares, a Angola (Angop/SOL, 06 de Outubro de 2018), fundamentais para a materialização dos maiores projectos de infraestruturas do país, incluindo um empréstimo de 90 milhões do Banco de Exportações e Importações da China, para a reabilitação do Caminho de Ferro de Luanda e para a construção de uma linha de distribuição de electricidade de 45 quilómetros, entre Quifangondo e Mabubas. Estima-se que 6,4 mil milhões de dólares é o valor investido no novo Aeroporto Internacional de Luanda, ainda em construção e 4,5 mil milhões de dólares para o projecto da central hidroelétrica de Caculo Cabaça e para a reconstrução dos Caminhos de Ferro de Benguela, (Angop/SOL, 06 de Outubro de 2018). Fruto do investimento chinês, o país marcou passos significativos no domínio da construção, que registou um incremento anual de 17,5 por cento, entre 2008 e 2017, segundo a base de dados avançados da *Fitch Solutions*. (Angop/SOL, 06 de Outubro de 2018).

Estas linhas de crédito respetivamente, para a construção de infraestruturas com petróleo angolano a servir fe garantia, permitiu evidenciar os pressupostos e objetivos de uma reconstrução pós-conflito sem condicionalidades políticas neoliberais. Porém atualmente, a dívida angolana á China ronda aos 23 mil milhões de dólares. Numa nota sobre a crescente dependência de Angola do financiamento chinês, o então Presidente Angolano João Lourenço

adimitu em março á agência noticiosa russa *TASS*, que futuramente Angola deixará de oferecer petróleo como garantia das linhas de crédito negociados com a China e com outros estados

3.4.2. O Fundo Internacional da China

O Fundo Internacional da China (CIF), é uma entidade privada constituída em 2005 em Hong-Kong (China), com o propósito específico de criar facilidades nas linhas de crédito para financiar projetos em grande escala de reconstrução nacional e desenvolvimento de infraestrutura nos países em desenvolvimento, principalmente nos países africanos.

Em 2008, o Fundo Internacional da China ofereceu um credito de 2,9 mil milhões de dólares com vista a ajudar aos esforços de reconstrução de infraestruturas em Angola (Campos, Vines, 2008). A linha de crédito do CIF, ao contrário do que acontece com os apoios do *EximBank*, é gerida pelo Gabinete de Reconstrução nacional (GRN) angolano, que reporta diretamente à Presidência. O GRN foi criado em 2005, para gerir projetos de investimento de grande dimensão e assegurar a rápida reconstrução de infraestruturas em Angola, por se considerar que os ministérios não tinham a capacidade técnica ou organizativa para gerir os abundantes fluxos financeiros destinados ao programa de reconstrução nacional (Campos e Vines, 2008)

Atualmente o CIF é maior grupo empresarial estrangeiro instalado em Angola, e com interesses em vários setores de atividade. Tendo sido responsável pela reabilitação de três linhas de caminho-de-ferro incluindo o de Luanda e o de Benguela, estudos sobre uma nova cidade perto de Luanda, habitação social, e a construção em curso, do novo Aeroporto Internacional em Luanda, no Bom Jesus, além das estradas Luanda-Lobito, Malangue-Saurimo, Saurimo-Dondo e Saurimo-Luena.

Segundo Campos e Vines (2008), em 2006 os fluxos dos creditos do CIF, ascendiam a 10,5 mil milhões de dólares até 2009, e eram superiores ás linhas de credito oficiais chinesas.

Em 2017, o grupo empresarial chinês CIF aumentou para mais de 750 milhões de dólares ao investimento em seis empresas próprias em Angola. A autorização do investimento foi assinada pelo Presidente angolano, que envolveu por sua vez a CIF Angola, num investimento de 357,6 milhões de dólares para a promoção de projetos de construção civil e industriais; a *CIF Angola Logistics*, com 47,1 milhões de dólares, na área de transportes de mercadorias e outros serviços de apoio logístico; a *CIF Angola Properties Management*, com 10,5 milhões de dólares, para prestar serviços de consultoria, arquitetura, urbanismo; a *CIF Angola Shipping Services*, com 12,3 milhões de dólares para apoio à indústria marítima, portuária e pescas; a *CIF Angola Cement*, no valor de 343,6 milhões de dólares para a produção local de cimento. Entre outras empresas (AngoPress, 2017).

Contudo desde 2007 que muitos dos projetos do GRN vão sendo interrompido ou cancelados, e a falta de transparência é uma das críticas à China International Fund, suscitando especulação na imprensa e deixando transparecer que o elevado número e volume de contratos terá excedido a capacidade do CIF, acabando por não concluir os prazos acordados. Alguns dos fundos da segunda linha de crédito do *EximBank* foram “desviados” com vista à prossecução dos principais projetos do GRN, sendo que o Ministério das Finanças angolano foi também forçado a reunir 5 mil milhões de dólares em financiamento interno, através da emissão de títulos do tesouro. (Campos, Vines, 2008)

Para Serge (2009, P.262), o CIF é o órgão mais misterioso de todo o dispositivo chinês no continente africano, visto que nenhum outro país, para além de Angola, foi criada uma *holding* semelhante, por um lado encarregada de controlar todas as empresas chinesas que atuavam no país com dinheiro das linhas de crédito de Pequim e, por outro, de receber o petróleo que Angola entregava para reembolso dos créditos.

Os fracos resultados apresentados pelo CIF acabaram por suscitar importantes questões sobre a transparência e qualidade dos seus projetos, bem como a sustentabilidade, a longo prazo deste modelo de negócios. Alguns sectores da sociedade civil angolana bem como doadores internacionais, exprimiram alguma preocupação a propósito de uma alegada falta de transparência na utilização das linhas de crédito chinesas (Campos, Vines, 2008).

Os atrasos resultantes na conclusão dos projetos como o novo aeroporto em Luanda, e a linha de ferro de Benguela ao Luau, apesar da sua conclusão ter sido inicialmente anunciada em 2007, acabam também por suscitar importantes questões sobre a transparência e a

qualidade dos seus projetos, bem como a sustentabilidade, ao longo prazo deste modelo de negócios. Croese (2013) refere adicionalmente como o projeto de reconstrução nacional se tornou um equivalente e uma parte integrante do processo de “*statebuilding*” que o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) se apressou a implementar imediatamente após o término do conflito armado. Em 2002, depois da guerra, Angola era um país dilacerado, com infraestruturas viárias praticamente inexistentes e com indicadores de desenvolvimento humano que classificavam o país na posição 166^a de um total de 177, com a segunda maior taxa de mortalidade infantil do mundo, superada apenas pela Serra Leoa (UNDP, 2004). Em 2000, Angola apresentava uma taxa de pobreza de 68%, considerando a linha de pobreza de 1,76 dólares/dia (UNDP, 2004 e MINPLAN 2005). No final da guerra, em 2002, havia perto de quatro milhões de deslocados internos, 450.000 refugiados em países vizinhos e perto de um milhão de pessoas dependentes de ajuda alimentar externa (UNDP 2004:2).

Outra das questões em aberto diz respeito ao futuro do relacionamento económico sino-angolano num contexto pós-linhas de crédito, na medida em que parece existir uma dependência excessiva, de ambas as partes.

3.4.3. A necessidade de financiamento e as condicionantes das instituições financeiras internacionais

O esforço de reconstrução exigia um volume de recursos financeiros de que o governo não dispunha em 2002, apesar do aumento da capacidade de geração de receitas, assente na venda de petróleo, que apenas se consolidou nos anos subsequentes. Entre 2002 e 2010, Angola duplicou a sua produção petrolífera de 905 mil barris/dia para 1,8 milhões de barris diários, a par de um aumento em cerca de oito vezes do valor das receitas petrolíferas do governo, de 3,36 mil milhões de dólares em 2002, para 24,8 mil milhões de dólares em 2010. Em 2004 Angola tinha uma dívida externa acumulada de 9600 mil milhões de dólares, incluindo capital e juros de mora(OCDE, 2014).

3.4.3.1. Angola, FMI e Banco Mundial: um relacionamento complicado

Angola teve um relacionamento difícil com as instituições internacionais desde que em 1989, se tornou membro do Fundo Monetário Internacional. O governo havia adotado

como moeda nacional o kwanza em janeiro de 1977, relativamente ao qual foi estabelecida posteriormente uma taxa de câmbio fixada administrativamente face ao dólar. Em 1995, foi assinado o primeiro acordo de monitorização entre o governo e o Fundo, destinado a atingir a estabilização monetária através da desvalorização do kwanza, de forma a diminuir a diferença entre a taxa de câmbio oficial fixa, sobrevalorizada, e a taxa praticada no mercado paralelo. Esta taxa beneficiava os detentores de licenças de importação que acediam a divisas em moeda estrangeira (dólares) através do câmbio fixado administrativamente, posteriormente estes vendiam as mercadorias importadas, beneficiando de privilégios no comércio e distribuição e trocando novamente os kwanzas auferidos no sistema de alocação de divisas, beneficiando novamente da taxa de câmbio sobrevalorizada.

Hodges (2004) refere-se a este sistema como “*round-tripping*”, ou seja, um sistema circular e que permitia a um círculo restrito reter as mais-valias de uma alocação seletiva de divisas estrangeiras, a um câmbio sobrevalorizado e com condições preferenciais de comercialização de produtos importados no mercado interno. Salvador (2002) refere como o sistema de duplo mercado cambial era favorecedor de esquemas de “*rent-seeking*” e como as tentativas de liberalização do sistema cambial em Angola, de forma a alinhar a cotação da moeda nacional por valores mais próximos do mercado paralelo, encontraram resistências internas quanto à implementação, desde o primeiro programa de monitorização do FMI. Neste contexto, o FMI recomendou a eliminação da taxa cambial fixa e a convergência cambial como antídoto face a uma inflação que em 1995 atingiu um valor superior a 3700% (CEIC, 2003). A convergência cambial entre a taxa de câmbio oficial e a taxa praticada no mercado paralelo foi atingida no espaço de seis meses, pela desvalorização do câmbio oficial e a sua aproximação aos níveis do mercado paralelo, mas também por intervenções ao nível mais elevado da esfera política (Hodges, 2004).

Em 2002, o FMI renovou a exigência de transparência das contas públicas angolanas, nomeadamente no se que refere à demonstração da utilização de receitas do orçamento entre 1997 e 2002. E, em simultâneo o governo deveria iniciar um programa de estabilização macroeconómica monitorizado e aplicar medidas de corte de despesa pública, direcionadas à diminuição do papel e do peso do Estado na economia na despesa pública, redução do número de funcionários públicos e eliminação de subsídios a bens públicos e a empresas estatais (como EDEL, EPAL, TAAG).

3.5 A ajuda chinesa

A oferta de um acordo alternativo ao FMI por parte da China surge pois num contexto de exigências que o governo angolano não estava disposto a cumprir, que decorriam da imposição de condicionalidades políticas típicas dos programas de assistência externa pós-Guerra Fria. A proposta chinesa de financiamento negociada em setembro de 2003, vem responder às necessidades financeiras e aos objetivos políticos do governo angolano: linhas de crédito avultadas, direcionadas para a reabilitação de infraestruturas físicas, sem condicionalidades de tipo político. A proposta chinesa veio assim preencher um “vazio” deixado pelos restantes parceiros relativamente a Angola.

A parceria com a China é, desta forma, apresentada em vários testemunhos como a única solução viável para o financiamento da reconstrução, face à impossibilidade de entendimento entre o governo e o FMI e o Banco Mundial. Neste contexto, e em linha com o apoio que Pequim já vinha prestado, a China é referida como o “parceiro estratégico” que surgiu no momento em que o “Ocidente virou costas a Angola”.

“It is a well-known fact that many developed countries make the support and aid they give conditional to the recurrent issue of transparency. In the case of the agreement recently signed with the Chinese Bank, no humiliating conditions were imposed on Angola. The agreement therefore greatly surpasses the contractual framework imposed on the Angolan government by European and traditional markets and opens up a practical means of sustained and mutually advantageous cooperation with one of the world economies with the highest growth rate.” (Taylor, 2007)

3.5.1. Os acordos financeiros: as linhas oficiais de crédito

Os acordos financeiros entre a China e Angola iniciaram-se em 2003 com a concessão de um primeiro financiamento pelo Eximbank e pelo International Construction Bank of China (ICBC) no valor de 150 milhões de dólares, concedidos diretamente a empresas

chinesas, para realizar projetos de reabilitação de infraestruturas na cidade de Luanda. Estes projetos incluíram a primeira fase de reabilitação do caminho de ferro Luanda-Malange, a primeira fase de expansão da rede elétrica de Luanda, assim como a reabilitação das redes elétricas nas cidades do Lubango e do Namibe (Campos; Vines, 2008). Posteriormente, a Resolução nº 31/04 do Conselho de Ministros angolano aprova o Acordo-Quadro de Parceria Estratégica Público Privada assinado com o governo da República Popular da China (Fernandes2015). Foi na sequência desta parceria que em março de 2003, foi assinado o primeiro acordo de financiamento entre o Ministério das Finanças e o Eximbank, no valor de 2000 milhões de dólares, divididos em duas tranches de 1000 milhões de dólares. (Fernandes2015)

Estes projetos foram implementados entre dezembro de 2004 e dezembro de 2007, e apenas sete empresas chinesas estiveram envolvidas nesta primeira fase de reconstrução (Campos; Vines, 2008). O governo chinês, através do Ministério do Comércio, indicou uma lista de empresas para realizar os contratos de construção ao abrigo do Acordo Quadro assinado com o governo chinês. A lista dos projetos a realizar foi discutida entre uma delegação do Eximbank e o Ministério das Finanças de Angola, através do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) constituído propositadamente para a gestão conjunta das linhas de crédito chinesas. A primeira fase de execução de projetos financiados ao abrigo da primeira linha de crédito, que decorreu entre 2003 e 2007, envolveu a implementação de trinta e um contratos, com cinquenta projetos a decorrer em simultâneo em todo o território, centrados na construção de obras públicas, em particular estradas, e na construção de edifícios públicos, como centros de saúde municipais, hospitais provinciais, escolas secundárias e institutos politécnicos. O maior projeto individual desta primeira fase foi a reconstrução da estrada Luanda-Uíge, que viabilizou o acesso a esta importante cidade do Norte do país. (Campos; Vines, 2008).

Em março de 2007, foi disponibilizada a segunda tranche da primeira linha de crédito, centrada no setor da educação (construção de escolas secundárias e politécnicos nas províncias), mas também à Marinha, com a aquisição de dez embarcações para patrulhamento da costa, e ao setor das telecomunicações, nomeadamente para a expansão da rede de telefone fixo e móvel. (Fernandes, 2015)

Ao contrário da primeira tranche, que não foi executada na totalidade, o grau de execução da segunda tranche ultrapassou o orçamento aprovado, sendo complementada por

uma linha adicional de 500 milhões de dólares para terminar projetos em curso. Em setembro de 2007 foi assinado um segundo acordo de financiamento entre o *Eximbank* e o Ministério das Finanças, correspondendo novamente a duas tranches de 1,1 mil milhões de dólares, e a dezassete contratos de construção assinados, envolvendo mais de 52 projetos (Fernandes, 2015).

Esta linha de crédito teve como objetivo, tal como a linha de crédito anterior, a reabilitação e construção de edifícios públicos, escolas, centros de saúde e hospitais nas províncias e uma orientação mais específica para a construção de infraestruturas básicas de abastecimento de água e energia (Campos; Vines, 2008).

Em 2010, foram negociados e assinados novos acordos de financiamento com três bancos chineses: o *China Development Bank* (CDB), o Industrial and Commercial Bank of China e o *Eximbank*, num financiamento total anunciado de 10 mil milhões de dólares, com desembolsos a serem reduzidos a um montante que terá ficado entre 4,5 e 7 mil milhões de dólares, conforme se explica no texto subsequente. (AFDB, 2011). De entre os três bancos, dois são “policy banks” – o CDB e o *Eximbank* - criados no âmbito da reestruturação da política de cooperação chinesa na década de 1990. O acordo assinado com o CDB no valor de 1,5 mil milhões de dólares, não se tratou de um crédito isolado, mas de uma linha de crédito com novos financiamentos previstos ao governo (Alves, 2010). De acordo com a mesma fonte o empréstimo não foi garantido em petróleo, fator que poderemos atribuir à natureza eminentemente comercial do CDB, a partir de 2007, ligado à criação do *China-Africa Development Fund*.

Segundo Brautigam (2009), o CDB teve como principal prioridade, até 2007, o financiamento de projetos infraestruturais na China em zonas ou setores considerados economicamente de pouco valor, tendo constituindo o financiamento de projetos no exterior somente 0,1% dos empréstimos totais do banco. Contudo, a partir de 2007 verifica-se uma inflexão nesta tendência, com o aumento de projetos financiados no exterior, com destaque para a região da América Latina (Alves, 2013). Contrariamente ao *Eximbank*, que concede empréstimos concessionais, o CDB concede financiamento não concessional, isto é, a taxas de mercado, fator que poderá explicar o facto de este empréstimo não ser garantido em petróleo. Os empréstimos do CDB são, contudo, direcionados para empresas chinesas e, a partir de 2007, para áreas de atividade relacionadas com o *China-Africa Development Fund*, de que o CDB é o único acionista. Como já foi referido, este fundo soberano do governo chinês, criado

no decurso da terceira reunião ministerial do Fórum para a Cooperação China-África em 2006, tem como objetivo o apoio financeiro e logístico à instalação de empresas chinesas que pretendam investir em África, através da aquisição de posições em empresas locais, nos setores da produção industrial e produção agrícola (CCS, 2013). O objetivo principal é financiar a aquisição de posições em empresas de capital africano no setor industrial, agroalimentar e energético.

No *Centre for Chinese Studies*(CCS), de 2013, são referidos os casos de investimentos no cultivo de algodão no Malawi, Moçambique e na Zâmbia, assim como o caso do financiamento da construção de uma central de produção de energia no Gana. Na Etiópia, os investimentos são concentrados no setor industrial, produção de cimento, vidro e marroquinaria. No entanto as atividades do CDB não se limitam a África – este banco concedeu empréstimos à empresa portuguesa EDP no valor de um milhão de euros em julho de 2012. Aparentemente este banco parece seguir de perto a estratégia “*Go Global*” no que refere a aquisições em mercados externos.

Segundo Fernandes (2015), o acordo assinado com o CDB previa que a linha de crédito fosse direcionada para o setor agrícola – produção de cereais e setor agroalimentar – a par de financiamentos dirigidos ao setor da habitação social em Luanda, infraestrutura e transportes. Encontravam-se já operacionais, em novembro de 2012, vários projetos com participação chinesa no setor agrícola e agroindustrial nas províncias do Kwanza Sul, Benguela, Huambo, Bié e Cuando Cubango, que incluíam a produção de arroz. Os pormenores do acordo em termos de condições financeiras e de prazos não são revelados, mas o facto de o empréstimo não ser garantido em petróleo, uma característica sempre presente até então nas linhas de crédito bilaterais concedidas pelo Eximbank, é um fator indicativo de que outro interesse prioritário chinês esteja a ser satisfeito ao abrigo desta linha de crédito. Este interesse é o acesso à terra e à produção para exportação para a China.

No entanto, divergências relativas às contrapartidas oferecidas pelas empresas estatais chinesas que negociam diretamente com a Sonangol a participação na exploração a montante no setor petrolífero em Angola terão resultado numa revisão para metade no montante de financiamento inicialmente previsto (Alves, 2013).

O empréstimo do ICBC no valor de 2,5 mil milhões de dólares foi, de acordo com Alves (2010) garantido em petróleo. O ICBC é um banco de investimento, detido maioritariamente pelo estado chinês (70%), tendo realizado aquisições importantes no setor

financeiro em regiões emergentes como Indonésia e Macau e com representações em Doha, Dubai, Moscovo e Sydney (Orre, 2007; Fernandes 2015).

Em 2007 o ICBC comprou uma participação equivalente a 20% no Standard Chartered Bank, um proeminente banco sul-africano de investimento, relevante no mercado doméstico sul-africano, mas igualmente com atividade de crédito a particulares e importantes ativos e investimentos noutros países africanos. (Fernandes2015)

A decisão foi apoiada pela consultoria da *Goldman Sachs*, o que prova o interesse estratégico do banco estatal chinês em iniciar atividades de investimento em África, capitalizando o conhecimento de mercado do parceiro sul-africano. Este acordo de financiamento, anunciado em novembro de 2009, tal como o segundo acordo de financiamento com o *Eximbank*. Não há, contudo, evidências, segundo Alves (2013), de que a linha de crédito com o ICBC tenha efetivamente sido desembolsada a favor do governo angolano.

3.5.2. Linhas de crédito privadas: o China International Fund

O *Eximbank* da China fundado em 1994, concedeu seus primeiros empréstimos em abril de 1995, tendo desde então crescido continuamente, em vista de sua importância na promoção das políticas adotadas pelo governo chinês “*going global*”, alavancado pela exportação em antecipação ao ingresso do país à Organização Mundial do Comércio (OMC) 2001. É a única agência autorizada a conceder em nome do governo chinês, empréstimos bilaterais em condições preferenciais. Estes empréstimos em condições preferenciais concedidos pelo governo chinês foram testado pelo então primeiro-ministro Li Peng, no início da década de 90. Desde de 2004, o *Eximbank* da China tem desempenhado a importante função de facilitação comercial entre China e Angola. Tendo desembolso em Outubro deste mesmo ano a primeira linha de crédito do Eximbank, e foi criado em Angola, o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), colocado sob tutela direta da Presidência e da Casa Militar. Aparentemente, este gabinete foi criado para permitir uma supervisão direta da presidência sobre o desembolso das linhas de crédito chinesas, após alegações de corrupção e desvio de fundos, que determinaram a deslocação de emergência do ministro das Finanças, José Pedro de Morais, a Pequim. (Fernades, 2015)

A criação do GRN foi precedida pela constituição do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) no seio do ministério das Finanças, composta por técnicos do referido ministério, com a incumbência de gerir a implementação das linhas de crédito que deveria responder perante uma “comissão de Monitorização Intersectorial”, compreendendo o Ministro das Finanças, o Ministro das Obras Públicas, o governador do Banco Nacional de Angola, o Secretário do Conselho de Ministros e o então presidente do conselho de administração da Sonangol, Manuel Vicente (Corkin, 2012).

Segundo Vines e Campos (2008) o GRN foi constituído com o pressuposto da falta de capacidade técnica e de estrutura organizativa dos ministérios para gerir e implementar projetos financiados por tão avultados financiamentos. A Reconstrução Nacional, enquanto projeto legitimador do poder político, adquiria desta forma um carácter de urgência, que face à burocracia ou alegada falta de capacidade das próprias estruturas do governo, o Presidente colocou sob sua supervisão direta. Este procedimento apresenta resquícios da época do Governo de Unidade e Reconstrução Nacional (GURN), em funções entre 1997 e 2002.

3.5.3. As condições dos empréstimos: finança e condicionalidades

Segundo Corkin (2012), o Eximbank da China foi responsável por 92% de todos os compromissos financeiros em infraestrutura assumidos pela China em África entre 2001 e 2007. As condições financeiras dos empréstimos do Eximbank variaram em função do risco soberano, da estabilidade e da situação socioeconómica do país e foram estabelecidas aplicando uma margem (*spread*), sobre a *LIBOR*. As negociações para o primeiro financiamento resultaram no acordo para a aplicação de um *spread* de 1,5% sobre a *LIBOR*, o que, considerando a taxa média da Libor a três meses para o ano de 2004 (1,67%) colocaria a taxa de juro do empréstimo em torno dos 3,1%. (Fernades, 2015). Os empréstimos do Eximbank chinês são de valor superior a US\$ 3 milhões, mas caso ultrapassem US\$ 50 milhões, são condicionados à aprovação do Conselho de Estado. O empréstimo deve ser garantido por uma fonte de receita – no caso de Angola, petróleo bruto. O volume das remessas de amortização é estabelecido com base em uma quantidade fixa de barris. Em Angola, esse volume foi definido em 10.000 barris por dia durante os dois primeiros anos e a 15.000 barris por dia nos anos subsequentes até a amortização total. (Korkin, 2012)

O segundo acordode financiamento, assinado em setembro de 2007, obteve condições mais favoráveis para Angola, com a aplicação de um spread de 1,25% sobre a *LIBOR* (Fernandes, 2015). Estes empréstimos da China em condições preferenciais foram desenvolvidos para “financiar projetos industriais, de infraestrutura e de bem-estar social no país tomador do empréstimo, que possam gerar retornos econômicos promissores ou benefícios sociais” e “financiar a compra de produtos mecânicos e eletrônicos chineses, bem como de equipamentos, tecnologia, serviços, além de outros produtos, pelo país mutuário (Korkin, 2012). Segundo Alves (2010), o acordo de financiamento incluiu um período de pagamento de dezassete anos, após um período de carência de até cinco anos. Estas circunstâncias são particularmente relevantes no contexto de Angola, assolada pelo vencimento e acumulação de dívida de curto prazo, contratada a partir de 1985 pela Sonangol, num contexto de descida de mais de 50% do preço do petróleo nos mercados internacionais e de necessidade de liquidez para fazer face ao esforço de guerra (Oliveira, 2008). Os empréstimos do Eximbank são acordos do tipo “*oil-for-infrastructure*”, ou seja, são garantidos em uma quantidade diária de barris de petróleo à China, sendo o valor da venda depositado numa conta bloqueada, a partir da qual é feito o serviço da dívida em pagamentos trimestrais pelo governo angolano ao banco estatal chinês.

Para além do fornecimento de petróleo, os empréstimos do Eximbank implicam a adjudicação dos contratos financiados maioritariamente a empresas chinesas, assim como à importação exclusiva de equipamentos e materiais de proveniência chinesa, para a realização destes contratos (construção e equipamento). (Fernandes, 2015)

Segundo Fernande (2015), o Eximbank sugeria duas ou três empresas para cada projeto, cabendo depois ao GAT do ministério das Finanças a escolha final relativa à empresa executora. A última palavra sobre a empresa selecionada para a execução de cada projeto individual caberia aos técnicos do GAT que, através de “concurso”, selecionariam uma, de entre a lista de três empresas apresentadas pelo *Eximbank* chinês. E, assim os objetivos do *Eximbank* tais como são definidos no seu website implicam que a sua principal missão seja a “facilitação da exportação e da importação de maquinaria e de equipamentos eletrónicos, assim como de equipamento e tecnologia chinesa”, “apoiar as empresas chinesas com vantagens comparativas nos seus projetos no exterior (adjudicação de contratos e investimento)” e, em último lugar, “a promoção da cooperação económica internacional e do comércio”.

Os empréstimos chineses são um tipo de financiamento aos países em desenvolvimento utilizado prioritariamente para beneficiar a contratação e a atividade das empresas chinesas no exterior e para beneficiar as importações de equipamentos e maquinaria de origem chinesa. (Fernandes, 2015). Em Angola por exemplo, foi negociada uma cláusula que obriga à contratação direta ou subcontratação de empresas angolanas, num valor proporcional a 30% do valor dos contratos financiados pelas linhas de crédito chinesas. No que se refere à contratação de mão-de-obra local, segundo a Lei Laboral de 2000, apenas as empresas registadas em Angola podem contratar um contingente máximo de 30% de trabalhadores expatriados.

O empréstimo concedido pelo *China International Fund* foi também garantido em petróleo (Corkin, 2013) e sendo um acordo oil-for-infrastructure, implicando o fornecimento de petróleo e a contratação de empresas chinesas para a realização dos contratos. As condições financeiras do empréstimo eram semelhantes às do empréstimo do Eximbank, mas não foram tornadas públicas as condições relativas ao fornecimento diário de petróleo implícitas neste financiamento. Campos e Vines (2008) referem os atrasos sistemáticos de pagamento às empresas chinesas contratadas no âmbito deste acordo, assim como a pressão exercida pelo CIF no sentido de estas empresas aceitarem realizar os contratos com margens de lucro muito baixas, o que sugere a existência de uma margem entre o valor contratado e ao valor pago às empresas.

Halland e Canuto (2013), referem que no final da guerra em 2002, o governo de Angola possuía 48 empréstimos garantidos em petróleo, sendo esta uma prática contratada pela primeira vez com o Standard Chartered Bank da África do Sul, posteriormente utilizada por outros bancos comerciais ocidentais. Esta foi uma solução encontrada pela banca para responder às oportunidades colocadas pelos pedidos de financiamento de países de risco elevado, mas ricos em recursos naturais. Estes empréstimos tomavam como garantia de pagamento as futuras receitas de petróleo e a partir de SPV's (*Special Purpose Vehicles*) concediam financiamento, a taxas elevadas, com maturidades curtas, considerando fixo o preço do petróleo, como formas de mitigar o risco. (Fernandes, 2015).

Os acordos de financiamento assinados com o *Eximbank* chinês implicam a venda de uma quantidade diária pré-determinada de barris de petróleo à Sinopec. Segundo Alves (2010), os acordos implicam um fornecimento diário de 10.000 barris de petróleo, nos primeiros dois anos de período de pagamento, passando a 15.000 barris no decurso dos restantes quinze anos

de maturidade do empréstimo. No entanto, a subida do preço do petróleo desde 2004 (de 38,27 de dólares por barril para 111,65 dólares em 2012) sugere que as quantidades de petróleo abrangidas pelo contrato financeiro tenham sido revistas para baixo. Igualmente as condições de pagamento do empréstimo colocam em causa a possibilidade de aplicação preço fixo, determinado com base nos valores de 2004, relativamente ao petróleo fornecido à China no âmbito do empréstimo. (Fernandes, 2015) Esta observação corroborada por Alves leva a crer numa adaptação no volume diário de petróleo vendido, diminuindo o número de barris diários, num cenário de subida constante do preço do petróleo desde 2004 (Fernandes, 2015). O serviço da dívida é feito trimestralmente através de uma conta de garantia (bloqueada), onde são depositadas as receitas da venda de petróleo abrangidas pelo acordo. A utilização do empréstimo é gerida pelo Ministério das Finanças e à medida que os projetos vão sendo completados emite autorização de pagamento ao *Eximbank*, que através da conta de garantia sediada em Pequim, efetua diretamente os pagamentos às empresas chinesas, por ordem conjunta do Ministério das Finanças e do Ministério do Comércio chineses (Campos; Vines, 2008).

Em Angola, a execução e o acompanhamento dos projetos financiados cabe na generalidade ao Ministério das Finanças, cabendo aos ministérios da tutela respetiva (Saúde, Educação) o acompanhamento da evolução das obras e as autorizações para subcontratações. (Fernandes, 2015). Posteriormente, devem ter o visto do Tribunal de Contas, serem aprovados por Decreto Presidencial e estarem enquadrados no Orçamento Geral do Estado. O Ministério das Finanças envia os projetos aprovados para o *Eximbank*, sendo nesta fase assinado um contrato financeiro entre ambas as instituições e é nesta fase que o *Eximbank* propõe uma lista seletiva de três empresas por projeto, para seleção final pelo MINFIN. (Fernandes, 2015)

Segundo Vines (2008) depois de feito o serviço da dívida e efetuados os pagamentos dos projetos, o remanescente, resultado da venda de petróleo à China, pode ser utilizado discricionariamente pelo governo angolano.

3.5.4. As empresas chinesas na economia e o emprego em Angola

Em Angola e em quase todos os países africanos as empresas chinesas são referenciadas como criando poucas ligações ao mercado local, quer pela reduzida contratação de mão-de-obra, quer pela reduzida subcontratação de outras empresas e reduzida aquisição

de outros serviços e produtos no mercado local. Muitos trabalhadores locais nomeadamente na área de construção cívica afirmam que os chineses ocupam os seus postos de trabalho, assim como sustentam que, quando se contrata pessoal africano, as medidas de segurança são baixas e os cuidados com o meio ambiente são inexistentes. Outra grande crítica sobre as empresas chinesas são referentes às suas construções, que deixam muito a desejar, estradas, hospitais e casas que apresentam muitos problemas em tão pouco tempo de duração, assim como a falta de fiscalização e a corrupção continua. Adicionalmente, a falta de capacidade de execução das empresas angolanas na área da construção, nomeadamente por problemas de estrutura, equipamento, dimensão e logística, necessárias para responder às exigências do mercado no âmbito das obras públicas, justificam a associação com uma empresa chinesa, com uma dimensão aceitável (Fernandes, 2015). O Hospital Geral de Luanda teve de ser demolido em 2010, apenas quatro anos depois da sua inauguração. Também as linhas férreas construídas têm baixa taxa de operacionalidade. Segundo Campos e Vines (2008) os fluxos originados por estes trabalhadores ascendiam a 10,5 mil milhões de dólares, e na primeira fase da reconstrução, até 2009, eram superiores às linhas de crédito oficiais chinesas, sendo colocados sob supervisão direta do GRN e sob tutela direta da presidência por se considerar que os ministérios não tinham a capacidade técnica ou organizativa para gerir os abundantes fluxos financeiros destinados ao programa de reconstrução nacional (Campos; Vines, 2008).

A contratação de mão-de-obra local para os projetos chineses decorreu numa fase inicial da urgência que o programa de reconstrução nacional assumiu nos primeiros anos posteriores à guerra, até às primeiras eleições.

Segundo Fernandes (2015), os acordos com a China não continham nenhuma cláusula de exceção, relativamente à obrigatoriedade de contratar uma quota de trabalhadores angolanos, que não deveria ser inferior a 70% de acordo com a Lei Geral do Trabalho de 2000. Segundo esta Lei: 1) apenas as empresas registadas em Angola podem contratar trabalhadores expatriados; 2) em caso de empresas com mais de cinco trabalhadores, podem contratar um contingente de expatriados de, no máximo, 30%; 3) os expatriados contratados devem possuir qualificação profissional, técnica ou científica documentada; 4) a contratação de qualquer trabalhador expatriado deve ser sempre justificada pelo facto de não haver no mercado local trabalhadores com as qualificações necessárias para a mesma tarefa. (Fernandes, 2015).

3.6. A importância do petróleo nas relações sino-Angolanas

O setor petrolífero desempenha o papel preponderante na economia angolana, contribuindo de forma significativa para o crescimento e estabilidade económica do país, assim como é o principal e mais importante fonte de receitas (80% da receita fiscal), da elaboração do orçamento anual geral do Estado (Hodges, 2002). O petróleo destaca-se na economia Angolana como parte significativa do PIB (produto interno bruto), pois representando 97% das exportações na economia Angolana. Ou seja, maior parte do crescimento do PIB angolano dos últimos anos tem a ver principalmente com o aumento da produção de petróleo aliada ao preço alto desta *commodity* (Almeida, 2011).

A extração do petróleo angolano está distribuída ao longo de três principais bacias sedimentares costeiras: bacia do Congo (englobando Cabinda), bacia do Kwanza e bacia do Namibe, que fazem parte da bacia marginal do Atlântico Sul. Sendo “Bloco 0”, espaço para exploração situado no offshore da Província de Cabinda o responsável por mais de metade da produção nacional estando o restante disperso na plataforma continental adjacente às províncias do Zaire, Luanda, Benguela e Namibe assim como nos últimos anos a atividade de exploração de petróleo noutras partes do país atraem considerável fluxo de investimentos por parte de empresas multinacionais (Beny, 2007).

As maiores reservas petrolíferas estão localizadas em blocos *offshore*, em parte porque a exploração *onshore* foi limitada, principalmente devido os acontecimentos da guerra civil que impediam tal atividade. No entanto, existem reservas provadas onshore perto da cidade de Soyo e na província de Cabinda.

Embora a história do petróleo angolano remonte às primeiras décadas do século XX, sobretudo na prospeção e pesquisa de Hidrocarbonetos que teve o seu início precisamente em 1910 e nesse mesmo ano foi concedida a companhia colonial portuguesa Canha & Formigal, uma área de 114 000 km² no *offshore* na bacia do rio Congo e na bacia do rio Kwanza. Posteriormente, em 1915, ocorreu a primeira perfuração de um poço no Dande, tornando-se na primeira descoberta comercial embora em quantidades não muito elevadas, mas pelo seu resultado. Em 1916, houve uma grande necessidade de se criar a Companhia de Petróleo de Angola (COPA)

A PEMA (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) e a Sinclair (Estados Unidos) estiveram também envolvidas, desde cedo, na atividade de prospeção e pesquisa do petróleo de Angola. Após breve paragem, em 1952, reiniciaram a atividade, com a concessão

à Porfina da mesma área adicionada à sua extensão na Plataforma Continental em 1955. No mesmo ano teve lugar a primeira descoberta comercial do petróleo, feito pela Petrofina em Benfica, seguindo-se de outras descobertas sucessivas de jazigos, nomeadamente em Luanda, Cacuaco, Cabinda e Tobias. Destacando-se pela primeira vez grandes produções e como resultado deste incremento, a Profina em parceria com o governo colonial criou a Fina Petróleo de Angola (Petrangol) assim como, construiu a refinaria de Luanda para processamento do crude, que entrou em funcionamento em 1956.

Em 1962, foi efetuado o primeiro levantamento sísmico do *offshore* de Cabinda pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) e em setembro desse ano, surgiu a primeira descoberta. Dando-se nesta época a principal expansão da indústria petrolífera, tornando Angola num dos maiores produtores de petróleo em África, com a descoberta de grandes poços de petróleo e a consequente produção do campo de Malongo em Cabinda, pela *Cabinda Gulf Oil Company* contribuindo para a principal expansão da indústria petrolífera Angolana. Em 1973, o petróleo de Angola tornou-se na principal matéria de exportação ultrapassando até mesmo o café. Em 1974 a produção chegou aos 172.000 bopd, o máximo do período colonial, desde então efetuaram numerosas descobertas não só em Cabinda, mas também noutras áreas ao longo da costa Angolana e tais acontecimentos impulsionaram de maneira decisiva no desenvolvimento do sector petrolífero no país, alicerçando as bases que levariam este sector para a futura liderança da economia, e um ponto de ignição de geopolítica. Antes da independência de Angola, em 1975, a produção petrolífera era controlada e administrada por Portugal. Conforme Hodges (2002), Logo após a independência, o governo constituiu em 1976 uma empresa petrolífera nacional, a Sociedade Nacional de Combustíveis (angolano), e promulgou em 1978 uma lei reguladora das atividades petrolíferas (Lei nº 13/78), passando o estado assim, a ser o único proprietário dos recursos petrolíferos do país, e tornou a Sonangol a concessionária exclusiva para a pesquisa e a exploração petrolíferas permitindo que a empresa estatal se associasse a parceiros estrangeiros no sentido de conseguir os recursos necessários a pesquisar o desenvolvimento da produção (Hodges, 2001, p. 190). Neste mesmo ano após a constituição da Sonangol a produção total rondava os 100.000 BBC/d, e era proveniente de três áreas: Offshore de Cabinda, Onshore do Kwanza e *Onshore* do Congo. A Lei das Atividades Petrolíferas promulgada em 1978, na verdade para além de passar a orientar a prospeção, pesquisa, e exploração do petróleo e gás em Angola, também tornou a empresa SONANGOL, na mais poderosa empresa estatal petrolífera Angolana, visto que é

por sua vez a primeira e exclusiva responsável pela estruturação e gestão das participações governamentais no sector de pesquisa.

A empresa também é responsável pela produção de petróleo e gás natural em território angolano, assim como possui várias subsidiárias, que normalmente têm a própria Sonangol como principal cliente e ainda a autorização de cooperar com companhias internacionais de petróleo para realização de tais atividades. Tal autorização previa também a aquisição pela SONANGOL de uma participação de 51% nas Concessões de Cabinda e As e FST, embora a gestão das operações permanecesse sob o controlo dos operadores. Assim como atua em outros elos da cadeia de petróleo e gás no país. E assim a Sonangol consegue assegurar até atualidade o monopólio para a exploração e a extração do petróleo angolano, apesar de alguma colaboração de companhias petrolíferas internacionais que junto celebram múltiplos acordos de parceria quer sob a forma de partilha de produção, quer em forma de contratos de associação em participação. Por sua vez foi atribuído ao Ministério dos Petróleos (MINPET) a responsabilidade de regular e definir a política nacional de petróleo e coordenar, controlar este sector económico.

Foi assim que a Sonangol criou associações em participação (*joint ventures*) com as empresas petrolíferas que já produziam petróleo em Angola antes da independência, nomeadamente a Cabinda Gulf Oil Company, que se tornou uma subsidiária da Chevron em 1984 e a Petrona e a Texaco, que já produziam em concessões terrestres, nas bacias do Cuanza e do Congo (Hodges, 2001, p. 190). E assim as principais empresas estrangeiras do sector são as companhias norte-americanas (Chevron Texaco e Conexo Móbil), a francesa (Total), a britânica (BP), a anglo-holandesa (Shell), italiana (ENI), a brasileira (Petrobrás) e a portuguesa (Galp). Os espaços para exploração “blocos” têm uma dimensão standard de 5.000 Km² e estão disponíveis em concessão por período que varia de 5 a 20 anos.

A maior reserva petrolífera Angolana está localizada em Cabinda, e é a principal região de exploração norte-americana no início da década de 1970. A companhia americana Gulf Oil começou seu trabalho no local em 1968, com 1.4 milhões de toneladas. Atualmente, outras companhias americanas estão presentes em Angola, entre as principais Chevron, Texaco e Exxon. (Machado, 2012).

Segundo o departamento do Estado Americano, em 1997, Angola produzia cerca de 700 mil barris por dia, valor estimado em 4 mil milhões de dólares ao ano, e era o terceiro maior parceiro norte-americano na África subsariana, atrás da África do Sul e da Nigéria.

Suas exportações de petróleo representavam 7% da importação petrolífera americana e o segundo maior destino de investimentos americanos na região subsariana (Hodges, 2001).

Após a transição para a independência de Angola, a seguir aos acordos de Alvor, assinados em Janeiro de 1975, entre Portugal, o MPLA, e a UNITA, o país ingressou numa guerra civil que se prolongou por 27 anos, e o controle, dos recursos energéticos tornaram-se estratégico para a vitória de uma das partes no conflito. O Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA), valendo-se do seu domínio, utilizou-o para comercializar com potências estrangeiras e financiar a compra de material bélico (Hodges, 2001).

Cabe a SONANGOL também pelos poderes que lhe conferem desempenhar funções de âmbito comercial, regulador ou fiscal, sendo que dos variadíssimos impostos que figuram do Sistema Fiscal angolano, o Sector Petrolífero, segundo as suas especificidades fiscais, esta sujeito para além do Imposto Industrial pago pelas companhias prestadoras de serviços e a abrangência do Imposto de Selo, ao pagamento de impostos específicos como o Imposto sobre a Produção do Petróleo, o Imposto sobre a Transação do Petróleo e o Imposto sobre o Rendimento do Petróleo.

Assim como participa em múltiplas outras empresas, como o Banco africano de Investimentos, a Sonair (uma companhia aérea) e a Sonangalp para comercialização de produtos refinados.

Para o efeito dos seus investimentos, A SONANGOL, dentem também cerca de 30 empresas subsidiárias que operam em diversos setores. Possuindo várias subsidiárias, que normalmente têm a própria Sonangol como cliente, tendo ainda presença no Congo, Cabo Verde e na China, através da China Sonangol Resources Enterprise Ltd (SONANGOL).

Atualmente Angola é o maior produtor de petróleo na África subsariana, com cerca de 1,7 milhões de barris por dia, é igualmente o sétimo entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), já que desde 2007, que Angola aderiu formalmente à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), assumindo a presidência da organização em Janeiro de 2009, e nesse mesmo ano, produziu 1.82 milhões de barris diários de crude, ultrapassando a Nigéria, bem com é o único país de língua portuguesa na organização assim como é o único país da Organização com uma produção petrolífera exclusivamente baseada no offshore.

Angola está novamente na liderança dos países produtores de petróleo em África, apesar do corte na produção definido pela Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), (obrigando Angola a cortar 78 mil barris de crude por dia que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017, para um limite de 1,673 milhões de barris diários. Ainda segundo a mesma fonte, Angola atingiu no primeiro mês de 2017 uma produção diária de 1,651 milhões de barris de crude. E apesar de ser uma quebra de 23,2 mil barris por dia face a dezembro, mês em que Angola também esteve à frente da Nigéria, enquanto maior produtor africano, em termos de “comunicações diretas” à organização, Angola terá produzido 1,615 milhões de barris de petróleo por dia (menos 24 mil barris diários de dezembro para janeiro), enquanto a Nigéria terá chegado aos 1,604 milhões de barris diários (mais 233,7 milhões de barris por dia).

Em 2010, Angola forneceu aos Estados Unidos, aproximadamente 409.000 BOPD, tornando-se o sétimo maior fornecedor de petróleo dos EUA depois do Canadá, Nigéria, México, Arábia Saudita, Venezuela e Iraque. Assim como exporta cerca de 500.000 BOPD para a China, o terceiro maior fornecedor ao país, depois da Arábia Saudita e Irão. Tornando por estes todos os motivos o décimo quinto produtor de petróleo a nível mundial.

Um dos maiores problemas que a Sonangol enfrenta é o facto que a maior atividade da Sonangol é o refino. Na verdade, compreende-se mal que um país que extrai 1.4 milhões de barris por dia só refine 65 000 barris, na refinaria de Luanda, que é propriedade da Total FinaElf (e em que a Sonangol tem uma participação minoritária). No entanto, subsiste ainda o problema da única refinaria nas proximidades de Luanda, não desfruta de responsabilidade exclusiva das atividades acima citadas e ainda a autorização de associar-se a companhias estrangeiras para realização de tais atividades.

A Sonangol obteve uma estimativa de 75 por cento de todo o investimento, mas de ponto de vista do mercado de trabalho gera, porém, somente um por cento de todo o emprego gerado no país, sendo na sua maioria na Sonangol e com uma grande percentagem de expatriados, em contraste ao sector agrário, que absorve menos de um por cento do novo investimento registado, mas tem potencial para gerar grandes quantidades de novos empregos. A estes fatores críticos, soma-se ao clássico problema da desorçamentação das receitas petrolíferas cujos royalties não são contabilizados, a excessiva concentração no petróleo (e nos diamantes), sectores de “lucro fácil”, que têm contribuído para a ausência de investimentos na economia não mineral.

3.6.1. A importância do petróleo na relação comerciais sino-angolanas

As relações comerciais sino-Angolanas não se limitadas apenas a questão petrolífera, estão inseridas num quadro bem mais diversificado e afeta os mais diversos sectores, marcado por interfaces entre aspetos históricos económicos, políticos, geopolíticos e socioculturais.

Tal como Mazrui (2010), referiu, as relações comerciais sino-africanas datam de tempos remotos e assumem características diretamente associadas ao seu momento histórico e suas respetivas peculiaridades. Neste tópico, o projeto se detém ao processo de aproximação comercial (dentre outras motivações como a política) mais recente entre China e África (e em seu esteio a aproximação entre China e Angola), conforme atesta Mazrui (2010, p. 972),

Deste modo os acordos comerciais entre os dois Estados são efetuados por iniciativas de diplomacia comercial, dominada por parte da China com o apoio ativo de organismos estatais, como o EximBank, chinês e o Ministério das Finanças da China, que juntos com as companhias nacionais, nomeadamente a *China National Petrochemical Corporation* (Sinopec), disponibilizam empréstimos financeiros para apoiar a ação de grandes empresas petrolíferas estatais. Tais empresas são responsáveis por iniciativas ligadas ao desenvolvimento humano, como educação e saúde, além da construção ou reabilitação de infraestruturas sociais e de construção de equipamentos públicos, desenvolvimento tecnológico, o reforço do sector da defesa e segurança, e na formação de quadros angolanos nas mais diversas áreas do saber.

No sector petrolífero, a participação chinesa tem sido conduzida pelo investimento direto das companhias petrolíferas nacionais chinesas. A primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola data de 2002. No entanto, o primeiro empréstimo suportado pelo petróleo foi concedido somente, em 2004, no valor de dois mil milhões de dólares e pouco depois desta assinatura da primeira linha de crédito do EximBank, em março de 2004 a Companhia Petroquímica da China (Sinopec) adquiriu a sua primeira participação num bloco petrolífero angolano.

Nos termos deste mesmo acordo entre os dois Estados, o Governo chinês, ao mesmo tempo que efetuou o empréstimo, obteve, como garantia, créditos resultantes da venda, E assim as partes acordaram ainda uma taxa de juro a concessão desta mesma linha de crédito, com condições imbatíveis de utilização taxa de juro, 1,5 por cento ao longo de dezassete anos,

com período de carência de cinco anos por 10 000 barris de petróleo por dia, indexada à *LIBOR*, acrescida de um spread de 1.5%, e depois e com um reembolso progressivo ao longo de 12 anos.

Tal empréstimo será garantido por ativos exclusivos do Banco Nacional de Angola, que por sua vez terá o dever de empregar fluxos monetários gerados por um contrato de venda de petróleo equivalente a 10 mil barris/dia. A imprensa chinesa Daily, perante esta conjuntura entre os dois Estados salientou que quase 40 por cento das exportações Angolanas de petróleo vão para a China, representando 16 por cento das importações chinesas daquela matéria-prima.

Um ano depois, em fevereiro de 2005, o Vice-Primeiro Ministro Zheng Peiyan fez uma visita a Luanda onde assinou um conjunto de instrumentos diplomáticos, com destaque para os Acordos celebrados com os Ministérios do Petróleo e da Geologia e Minas angolano. Na ocasião Luanda aceitou a presença chinesa na exploração da nova refinaria do Lobito que está em construção e as duas capitais apadrinharam um acordo comercial entre a chinesa ZTE e a Angolana Mundostartel, no domínio das telecomunicações (um investimento de 400 milhões de dólares). Passando três meses, concretamente em 16 de maio de 2005, o Ministro das Finanças de Angola José Pedro de Moraes, assinou com o Vice-Presidente do Eximbank, Su Zhong, 18 contratos suplementares individuais de crédito, com vista à reabilitação e reconstrução de infraestruturas em Angola. Em junho de 2006, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao numa visita de 20 horas a Angola, celebrou com o governo angolano um “Memorando de Entendimento com vista à Concessão de um Crédito Adicional de mais 2 mil milhões de dólares, a que se somaram 7 contratos individuais de crédito dirigidos aos sectores das telecomunicações e das pescas.

As trocas comerciais bilaterais entre os dois Estados somaram entre os 150 milhões de dólares a 700 milhões de dólares ao longo da década de 90. Devido estes acordos entre Pequim e Luanda foi possível constatar os feitos significativos da cooperação comercial entre ambos os países, já que se em 2000, houve uma subida significativa de 1,8 mil milhões. No final de 2005 após os acordos efetuados entre os dois Estados com o envolvimento do EximBank, houve um crescimento bastante elevado de quatro vezes, dando um total de 6,9 mil milhões de dólares, americanos, registando um acréscimo de 41,6 por cento relativamente ao ano anterior. E como consequencial deste feito o PIB angolano cresceu 13,8 por cento, um recorde em África, e mais do triplo da média mundial (4,3 por cento).

De acordo com os dados do Internacional Trade Centre (ITC), a China em 2008, ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) enquanto principal destino das exportações Angolanas, distanciando-se cada vez mais na liderança (45,0% do total em 2013) em consequência do aumento das aquisições de petróleo e tornando-se por todos estes motivos o principal parceiro da China no continente africano e o segundo maior fornecedor de petróleo, depois da Arábia Saudita. Já que mais de 40% das exportações atuais de petróleo angolano destinam-se à China.

Em face da baixa de preços do petróleo e do abrandamento da procura resultante da crise económica internacional, o comércio sino angolano registou um decréscimo de 35% em 2009, não ultrapassando os 17 mil milhões de dólares. No entanto, segundo dados das alfândegas chinesas, assistiu-se a uma recuperação dos fluxos comerciais em 2010, totalizando 24,8 mil milhões de dólares, deixando antever que os próximos anos continuarão a pautar-se pela expansão do comércio bilateral, na perspetiva da manutenção das importações chinesas de petróleo angolano.

Podemos constatar que as importações chinesas são constituídas à base de produtos energéticos, com destaque para o petróleo com 192 mil milhões de kwanzas (1.050 milhões de euros). Segundo dados dos Serviços de Alfândega da China, publicados pelo Fórum Macau, em 2015, as trocas comerciais entre a China e Angola caíram 46,84% em 2015 em relação a 2014. No último ano, as trocas comerciais entre os dois países atingiram USD 19,7 mil milhões, tendo Angola exportado para a China USD 15,98 mil milhões e importado da potência asiática produtos no valor de USD 3,7 mil milhões. A quebra no valor das exportações chinesas para Angola foi de 37,71% e o recuo no valor das importações provenientes da China de 48,6%.

No seu conjunto, as exportações chinesas apresentam-se mais diversificadas, assentando em produtos de baixo preço/qualidade, como os têxteis, vestuário, calçado, material escolar, ou mesmo medicamentos.

Nos últimos anos, produtos como as barras de ferro e aço, baterias, cimento e automóveis têm vindo a adquirir maior preponderância. Ou seja, a China fez de Angola também um mercado recetor de sua produção industrializada (com destaque para os produtos mecânicos e elétricos). Não obstante as principais operações se encontrarem concentradas no sector petrolífero e na construção, tem-se assistido a um crescimento exponencial do IDE chinês noutros sectores. Segundo o embaixador chinês em Angola, cerca de 50 empresas

chinesas de grande dimensão estão presentes no país, envolvendo mais de 70.000 trabalhadores chineses (AllAfrica, 2009).

A exemplo da vertente comercial, também em matéria de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), a China vêm intensificando sua presença em Angola, entre outros projetos, o da construção de estradas em quase todas as províncias de Angola, no apetrechamento de varias instituições publicas, destacando se 10 hospitais e 10 centros de saúde, um pouco por todo o país, 15 escolas, irrigação de projetos agrícolas em várias províncias, construção da linha-de-ferro Luanda-Malanje, participação em parte da reconstrução do caminho-de-ferro de Benguela e reconstrução do edifício do Ministério das Finanças, a nova assembleias da republica entre outros projetos.

Resultante desta cooperação entre os dois Estados, neste momento existem cerca de 263 estudantes angolanos a estudar na China, sendo que 94 usufruem de uma bolsa de estudo concedida pelo governo chinês. Segundo a Embaixada da China em Angola, entre 1988 e 2011, cerca de 14 cidadãos angolanos beneficiaram de uma bolsa concedida pelo governo chinês. Nos finais de 2012 chegou à Angola um grupo de Estudantes formados na área das engenharias provenientes da China. A capitalização das boas relações entre os dois países pode criar as condições necessárias para que Angola tenha recursos humanos capazes de catapultar o país para um desenvolvimento sustentável.

Dado a todos os componentes acima citados sobre a diplomacia formal entre os dois Estados, e o papel de Angola como maior parceiro comercial em África da China, podemos constatar a importância do petróleo angolano como um elemento chave na relação bilateral comercial entre os dois Estados.

Em virtude desta revelaria a interdependência esta o facto de que os recursos financeiros de Pequim á disposição para a construção das infira estruturas Angolanas tem pagamento garantido com créditos resultantes da venda de petróleo à China; o comércio bilateral é dominado maioritariamente pelas elevadas importações de petróleo para a China tendo a percentagem de exportações subido de 9,3% em 2001 para 30% em 2006 como referiu (Campos; Vines, 2008). De acordo com o Serviço Nacional de Alfândegas (SNA), desde 2008 que a China ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) enquanto principal destino das exportações Angolanas, distanciando-se cada vez mais na liderança, em consequência do aumento das aquisições de petróleo, assim como é o principal parceiro da China no continente africano e o segundo maior fornecedor de petróleo, depois da Arábia

Saudita. Cerca de 48,6% das exportações atuais de petróleo angolano destinam-se à China. Os grandes investimentos da China no país estão direcionados para a indústria petrolífera, onde a participação chinesa tem sido conduzida pelo investimento direto das companhias petrolíferas nacionais chinesas e os grandes investimentos da China no país estão direcionados para a indústria petrolífera.

4. CONCLUSÃO

Através do trabalho desenvolvido ao longo da dissertação, pudemos verificar que África é um continente com enorme potencial do ponto de vista mineral e energético. Como na generalidade dos Estados pós-coloniais, este potencial não passa despercebido aos governos dos países africanos que, conscientes do aumento da procura de recursos (sobretudo energéticos), os utilizam como instrumento para políticas externas e internas. No que respeita à procura, destacam-se dois grandes países consumidores deste tipo de mercados: os Estados Unidos da América e a República Popular da China. A necessidade de ter acesso a estas matérias-primas obriga estas duas grandes potências a recorrer a estratégias condicionadas pelo uso do poder que detêm, ainda que o façam de forma claramente distinta: os Estados Unidos parecem mais propensos a empregar estratégias de *hard power*, com recurso a capacidades militares e à ameaça do uso força para garantir a subsistência dos interesses estatais; e a China a recorrer a mecanismos económicos, como o financiamento e o investimento dirigido a partir do Estado.

Existem, assim, outras formas de atingir os objetivos e de assegurar estabilidade no sistema internacional que não o da força tradicional. Um poder que assente no diálogo, na cooperação e na influência – o denominado *soft power* – é uma alternativa à qual os Estados recorrem com cada vez mais frequência. Quando esta estratégia é aplicada parece haver mais propensão ao respeito pelas necessidades dos Estados envolvidos e pela garantia dos seus interesses. Esta parece ser a forma de atuar da República Popular da China para atingir os seus

objetivos políticos, económicos e comerciais a nível global. Ao longo do nosso texto procurámos, justamente, demonstrá-lo no que se refere às relações sino-angolanas.

Nesta investigação, foi também feito um esforço no sentido de apresentar as características geográficas e geopolíticas de Angola, características essas que a convertem num país muito atrativo em termos comerciais. Além do mais, foi feita uma contextualização das relações entre a China e Angola, bem como dos fatores históricos, políticos e culturais que sustentam a cooperação entre os dois Estados. As relações comerciais entre os países em questão demonstraram, ao longo das últimas duas décadas, um certo equilíbrio: Angola beneficiou de uma importante ajuda à sua reconstrução depois de uma sangrenta guerra civil; e a China expandiu a sua influência no continente africano, em boa medida graças aos seus investimentos financeiros, técnicos e empresariais em Angola.

A abundância do petróleo angolano é de facto um elemento chave nesta relação, funcionando para potenciar os acordos comerciais e criando um ambiente propenso à cooperação. Angola tem vindo a sentir, a partir deste contexto, benefícios económicos significativos, já que os financiamentos e os investimentos chineses permitem o acesso à liquidez necessária para o Programa de Investimento Público, ao mesmo tempo que eliminam a necessidade de cumprir as condicionantes políticas de transparência das contas públicas, exigidas a países instáveis por organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial. Pequim, fazendo o uso do seu *soft power*, também beneficia desta cooperação, contando com Angola para diversificar as suas fontes de aprovisionamento energético e para se posicionar em África.

A relação sino-angolana é, portanto, caracterizada pela expansão significativa da cooperação económica, resultante da garantia de crédito chinês para o desenvolvimento económico e social de Angola nos mais variados campos; e pela posição de Angola como ponto de referência para posicionar a China em África. O facto de Pequim se ter comprometido, em 2006, a criar um fundo de desenvolvimento para África e a perdoar a dívida africana de 400 mil milhões de dólares atesta o vigor do *soft power* chinês, a robustez económica da potência asiática assim e a importância atribuída à sua parceria com a África.

Recordando as formas típicas de *soft power*, apresentadas na Introdução (cultura, política externa e poder político), a China tem emergido com potência recorrendo a uma imagem de quem tem uma natureza pacífica e de quem não pretende recorrer ao uso da força para marcar a presença no sistema internacional, o que também facilita a aproximação de

outros países, nomeadamente os africanos. Este grande país asiático exerce, assim, a sua influêncianum Estado africano com novas abordagens ao poder, num quadro em que a força física tem menos relevância e em que a influência, o poder económico, – investimentos diretos e indiretos, reconstrução do país, venda de mercadorias e compra de petróleo e outros minerais – e o âmbito cultural são cada vez mais relevantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABARREL, Full (2018). Equatorial Guinea Oil and Gas Profile. *A Barrel Full*. Disponível em: <http://abarrelfull.wikidot.com/equatorial-guinea-oil-and-gas-profile> Consultado a 20 de janeiro de 2018.
- ACIOLY, Luciana, ALVES, MARIA, LEOÃO, Rodrido (2007), “A Internacionalização das Empresas Chinesas”, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, P.2-23.
- AFONSO, Alice (2011). Vendedoras no sector informal de Luanda: sobrevivência e entreajuda em contexto de liberalização económica, dissertação de doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE-IUL.
- AFRICAN DEVELOP BANK (20011) Angola-Country Strategy Paper, AFDB Afrol News, 06-03-203. No donors conference for Angola on the horizon, [http: www.afrol.com/html/News2003/ang006_donors.htm](http://www.afrol.com/html/News2003/ang006_donors.htm), consultado em 03-06-2012
- ÁFRICA Urgente. (s.d.) Riqueza Mineral da África – Quais são Nações Africanas que Abrigam as Reservas Minerais. *África Urgente*. Disponível em: <https://africaurgente.org/riqueza-mineral-da-africa-quais-sao-nacoes-africanas-que-abrigam-as-reservas-minerais/>. Consultado a 10 de novembro de 2018.
- Agência Lusa (2018). Empréstimos da China a Angola ultrapassam os 50 mil MEuro em 35 anos. *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/emprestimos-da-china-a-angola-ultrapassam-os-50-mil-meuro-em-35-anos-9036955.html>. Consultado a 5 de julho de 2019.
- AGUILAR, Renato e A. Stenman (1996) Angola: hyperinflation, confusion and political crisis, Gothenburg, Department of Economics, Gothenburg University e SIDA, The Planning Secretariat
- AGUILAR, Renato e A. Stenmann (1994) Angola 1994: trying to break through the wall, Gothenburg, Department of Economics, Gothenburg University e SIDA the planning Secretariat
- AIMIN, C. (2018). Iniciar Nova Jornada na Parceria Estratégica entre a China e Angola. *Jornal de Angola*. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/iniciar_nova_jornada_na_parceria_estrategica_entre_a_china_e_angola. Consultado a 10 de novembro de 2018.
- ALBERTO, G. (2010). Evolução da Constituição da República de Angola. *Jornal de Angola*. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/evolucao_da_constituicao_da_republica_de_angola. Consultado em 12 de setembro de 2018.

- ALDEN, Cristopher e MARTYN Davies (2006) “A profile of the operations of Chinese Multinationals in Africa”, *South African Journal of International Affairs*, 13, (1)
- ALDEN, Chris, (2007), *China in Africa*, *International African Institute*, Zed Books, Ltd., London.
- ALDEN, Chris (2008). China and Africa. In *A New Development Partnership* (pp.299-305).
- ALDEN, Chris e ALVES, Ana (2009), “China and Africa’s Natural Resources: The challenges and implications for development and governance”, *Governance of Africa’s Resource Programmer*, N° 41.
- ALMEIDA, E. C. (2011). *Angola: potência regional em emergência*. Lisboa: Colibri.
- ALMEIDA, P. F. A. V. de. (1990). *Do Poder do Pequeno Estado*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais e Políticas – Relações Internacionais). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- _____ (1994). *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP, IICT.
- ALVES, Ana Cristina (2010) “The oil factor in Sino-Angolan relations at the start of the 21st century”, Occasional Paper no. 55, *South African Institute of International Affairs*
- ALVES, Ana Cristina (2011) *China’s Oil Diplomacy: Comparing Chinese Economic Statecraft in Angola and Brazil*, PhD thesis, Department of International Relations, London, London School of Economics,
- ALVES, A. G. M. P. (2010). *Os interesses económicos da China na África*. In: *Boletim de Economia e Política Internacional – Deint/ IPEA*, nº 1, jan. 2010. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100621_boletim_internacional01_cap5.pdf Consultado a 29 de novembro de 2018.**
- ALVES, C. F. (2016). *Atuação do Investimento Chinês no Mercado Angolano*. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18030/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%20Final.pdf>
- ALVES, Duarte. A presença chinesa em África: o caso de Angola. In: *Negócios estrangeiros*. Fevereiro/2007, pp. 56-71.
- ANSHAN, Li. (2007). China and africa: policy and challenges. *China Security*. Vo. 3, Número 3. P. 69-93.
- AXELROD, R; KEOHANE, R. O. (1985). *Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions*. *World Politics*. Vol. 38, Nº1. 226-254.
- ASIAN FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN AFRICA – Towards a New Era of Cooperation among Developing Countries. UNITED NATIONS New York and Geneva, 2007.
- _____ (2009) “The Dragon’s Gift: The Real Story of China in Africa” Oxford, Oxford University Press
- BENY, E. (2007). *A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Lisboa: Imbondeiro.

- BESSA, A. M. (2008). Uma visão geopolítica do Atlântico. *Cadernos Navais*. N.º 24. P. 21-31. Lisboa: Edições Culturais da Marinha - Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia.
- BP. *British Petroleum Statistical Review of World Energy*. (junho, 2016). Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf> Acesso em 18/03/2018. Consultado a 10 de novembro de 2018.
- BP. *British Petroleum Statistical Review of World Energy*. (junho, 2011). Disponível em: https://www.bp.com/content/dam/bp/km/country/de_de/PDFs/brochures/statistical_review_of_world_energy_full_report_2011.pdf Acesso em 02/03/2018.
- BPI. (2013). Angola. *Estudos Económicos e Financeiros*. (março, 2013). Disponível em: https://www.bancobpi.pt/content/conn/UCM/uuid/dDocName:PR_WCS01_UCM01004584 Consultado a 10 de novembro de 2018.
- BPI. (2019). Informação Semanal – Angola. *Estudos Económicos e Financeiros*. (abril, 2019). Disponível em: https://www.bancobpi.pt/nocachecontent/conn/UCM/uuid/dDocName:PR_WCS01_UCM01093852. Consultado a 10 de novembro de 2018.
- BRAILLARD, Philippe (1990). Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- BRAUTIGAM, D. (2010). China, Africa, and the International Aid Architecture. *African Development Bank Group. Working Paper Series*, N° 107.
- BRAUTIGAM, D. e XIAOYANG, T., (2010) “China’s Investment in African Special Economic Zones”, World Bank
- CAMPOS, A. de. (1996). *África do Sul Potência Regional*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- CAMPOS, Indira, (2008) “Angola Elections: Back to Ballots”. *The World Today*. 64(8):33–34.
- CAMPOS, Indira, VINES, Alex Angola and China – a pragmatic partnership. *Center for Strategic & International Studies*: Londres, 2008
- CARMO, C. R. do. (2013). *Modo Angola: o impacto da Intervenção Chinesa no desenvolvimento socioeconómico de Angola*. Lisboa: ISEG.
- CARVALHO JÚNIOR, M. de C. (2011). A presença da China na África e as ameaças ao Brasil. In: Informativo de Comércio Exterior AEB, nº 108, ano XII, março de 2011. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/A%20PRESEN%C3%87A%20DA%20CHINA%20NA%20AFRICA%20E%20AS%20AMEA%C3%87AS%20AO%20BRASIL%281%29.pdf>. Consultado a 29 de novembro de 2018.

- CARVALHO, Paulo de, “Génese do conflito angolano”, *encotros de divulgação e debate de Estudos Sociais – Angola 40 anos de guerra*, n.º 6, 2.º semestre. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2001, pp. 119-125;
- CEIC, China Oil: Imports. *CEIC Data*. Disponível
- CENTRE, for Chinese Studies (CCS), de 2013, disponível em <http://www.ccs.org.za/>
- CHINA -Africa Research Initiative (2019). Data: China-Africa Trade. *China-Africa Research Initiative*. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>
- CLARKE, D. (2010) *Africa: crude continent. The struggle for Africa's Oil Prize*. Londres: Profile Books.
- CORKIN, L. (2012). O Eximbank da China em Angola. *International Centre for Trade and Sustainable Development*. Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-eximbank-da-china-em-angola>
- em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/china/crude-oil-imports>, 2018
- CORREIA, P.d. (2010). *Geopolítica e Geoestratégia*. Portugal: Edições Almedina.
- CORREIA, P.d; (2016). Nova Geopolítica. *Nação e Defesa*.
- CROESE, S. (2013) Angola: Chronicle of an unfulfilled promise, A hundred days after the election disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/09601.pdf>
- Deutsche Welle (2013). As riquezas não são para todos. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/as-riquezas-n%C3%A3o-s%C3%A3o-para-todos/a-16415989>. Consultado a 10 de outubro de 2018.
- DENG, P. “*Outward investment by Chinese MNCs: motivations and implications*”, *Business Horizon*, 47(3) 8-16, 2004.
- Diário da República. (1978). Lei 13/78 de 26 de agosto – Lei Geral das Atividades Petrolíferas. Diário da República I Série, n.º 217.
- Diário da República. (2004a). Lei 10/04 de 12 de novembro – Lei das atividades Petrolíferas. Diário da República I Série, n.º 41.
- Diário da República. (2004b). Lei 13/04 de 24 de novembro – Lei Sobre a Tributação das Atividades Petrolíferas. Diário da República I Série, n.º 103.
- _____. (2009). Decreto n.º 1/09 de 27 de janeiro – Regulamento das Operações Petrolíferas, Diário da República I Série, n.º 17.

DRUMMOND, P. LIU, E. X. *Africa's Rising Exposure to China: How Large Are Spillovers Through Trade?* IMF Working Paper. 13/250 disponível em:

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2013/wp13250.pdf>

EIA (2015). *China*. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=CHN>. [.

Consultado em 19 de setembro 2019].

EIA.(2017). *U.S. Energy Information Administration – Angola*. Disponível em:

<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AO> [.

_____. (2009) *The Economics of an Integrated World Oil Market*. Conferência. Disponível em:

<https://www.eia.gov/conference/2009/plenary/Nordhaus.pdf>. Consultado a 10 de dezembro de 2018.

_____. (2015). *Country Analysis Brief: Libya*. U.S. Energy Information Administration. Disponível

em: https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Libya/libya.pdf.

Consultado a 10 de dezembro de 2018.

ENG, T. Y; SPICKETT-JONES, J. G. (2009). An investigation of marketing capabilities and upgrading performance of manufacturers in mainland China and Hong Kong. *Journal of World Business*, 44(4), 463-475.

ETH. (2012). Colliding Geopolitics and African Resources International Relations and Security Network. *ETH*. Disponível em:

<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch-Archive/Detail/?lng=en&id=134743> Acesso em 11/12/2017.s

FERNANDES, S. (2015). Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas. Tese de Doutorado. Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11192/1/Tese_Final_Abril_2015.pdf.

FERREIRA, M. E. (2008). Just in Angola: just a passion for oil. In: Christopher, A; Large, D; Oliveira, R. S. (eds.), *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace*. Nova Iorque: Columbia University Press. 295 – 317.

_____. (2005) “Realeconomie e Realpolitik nos recursos naturais de Angola”, *Relações Internacionais*, n.º 6, Instituto Português de Relações Internacionais

FERREIRA, P. M. (2010). *Cooperação Sul-Sul: A China em África*. Anuario de Relações Exterior, 175-178

_____. (2008). *Motivações e Impactos da China em África*. Lisboa: Lumiar briefs.

FMI, Word Economic Outlook Database, several Year

FMI (2002) “Angola: Staff Report for the 2002 Article IV Consultation” Washington, Internacional Monetary Fund

_____. (2018). *Receitas Petríferas em Angola: Dilemas e oportunidades*. Relatório n.º 18/157, Washington D.C, Fundo Monetário Internacional,

- _____ (2015). Indicadores Macroeconomicos de Angola.
- GAYO, M. et al. (2011) *Teoria das Relações Internacionais por Waltz, Kenneth*. Lisboa: Gradiva.
- GOMES, G. (2012) A política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- GOVERNO DE ANGOLA (2013). Mais de 1600 milhões de dolares já aprovados
- HEYWOOD, A. (2010). *Ideologias políticas: do Liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática.
- HODGES, T. (2002) *Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Lisboa: Principia.
- HUNTINGTON, S. P. (1975). *Ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Edusp.
- _____ (1999). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- IGLESIAS, R. M.; COSTA, K. (2011).** *Investimento estrangeiro direto na África*. (In: *Evento CEBRI*. Slides de apresentação. Novembro de 2011). Disponível em: <http://www.cebri.org/midia/documentos/katarinacosta.pdf> Acesso em: 30/11/2017.
- IKENBERRY, J. (2010) “The liberal international order and its discontents”, *Millennium*, 38 (3), 509-521.
- IKENBERRY, J. (2008) “The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive?”, *Foreign Affairs* Vol. 87 (1), PP. 23-37
- INE Angola (2019). *Produto Interno Bruto – III Trimestre de 2018*. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Comercio_Internacional/Economia_e_financas/Nota_de_Imprensa_Contas_Nacionais_Trimestrais_CNT_III_trim_2018_Rev_DG_INE.pdf.
- JACKSON, Steven. F. (1995). *China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique - 1961-93*. *China Quarterly*. Nº 142. 388-422. Em: Cambridge University Press on behalf of the School of Oriental and African Studies p. 35 disponível em: <https://www.jstor.org/stable/655421>
- KANT, I. (1993). *A paz perpétua e outros opúsculos*. (Trad. A. Mourão). Lisboa: Edições 70.
- LEI DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, Lei 1/04 de 13 de Fevereiro, Diário da República de Angola
- LEI DO INVESTIMENTO PRIVADO, Lei 11/03 de 13 de Maio de 2003, Diário da República de Angola
- LOPES, B.; NASCIMENTO, D.C.; VADELL, J.A. (2013). FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional – Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Vol. 8, nº2. P. 81-99.
- LOPES, L. F. (2005). *Gás Natural, o Impacto do Gasoduto do Magrebe e do Terminal GNL na Economia e Política Externa de Portugal*. Revista Relações Internacionais – Instituto Português de Relações Internacionais. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- LOPEZ, P. S. (2007). *Geopolíticas do Petróleo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LUSA. Produção de petróleo na zona conjunta Nigéria - São Tomé e Príncipe dentro de 18 meses. *Agência RPT Notícias*. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/producao-de-petroleo-na-zona-conjunta-nigeria-sao-tome-e-principe-dentro-de-18-meses_n726738 Acesso em 19/01/2018.

MALAQUIAS, Assis (2007). *Rebels and robbers: violence in post-colonial Angola*. Uppsala: The Nordic Africa Institute, 2007. , p.264

_____ (2012) “*China is Angola’s new best friend – for now*”, in Alves, A. e M. Power, *China and Angola: a marriage of convenience?* Oxford e Cidade do Cabo, Pambazuka Press

MARQUES, C.A. (2012) *Influência francesa em África no século XXI: O caso do Níger*.

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/49563/1/Carlos%20Alexandre%20Ferreira%20Marques.pdf>. Consultado a 12 de dezembro de 2018.

MAZRUI, A. A. (2010). *A História Geral da África*. VIII. África desde 1935. *Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>. Consultado a 16 de dezembro de 2018.

MEARSHEIMER, J. J. (2005). Better to be Godzilla than Bambi. *Foreign Policy*. Special Report, janeiro-fevereiro.

MESSARI, N. NOGUEIRA, J. P. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier.

MILANI, C. R. S.; CARVALHO, T. C.O. (2013). *Cooperação Sul-Sul e Política Externa:*

Brasil e China no continente africano. (In: *Estudos Internacionais*, vol. 1, nº 1, jan-jun, 2013). Disponível em: <http://fes.org.br/brasilnomundo/wp-content/uploads/2014/06/milani-estudosinternacionais-2.pdf> Acesso em: 29/11/2017.

Mineral Commodity Summaries (2015). Disponível em <http://dx.doi.org/10.3133/70140094> . Consultado a 25 de janeiro de 2018.

MINPLAN. (2008). *Ministério do Planeamento de Angola*. Disponível em: <http://www.mpd.gov.ao/> Acesso em 10/12/2017.

MONIÉ, F. BINSZTOCK, J. (Orgs). (2012). *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad.

MORAIS, H. (2011). *Envolvimento Multifacetado da China em Angola*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2960/1/Envolvimento_Multifacetado_da_China_em_Angola.pdf

MOURÃO, F. A. (1993). *A África*. São Paulo: Centro de Estudos africanos.

_____ (1978). “Reprise” da África no Brasil. *África: Revista do Centro de Estudos africanos da USP*. 1. ((1)). São Paulo: USP.

NYE, Jr. (2004). *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs.

_____ (2012). China's Soft Power Deficit. *Wall Street Journal*, 9 de março de 2012. Disponível em:

<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842> Consultado a 25 de outubro de 2018.

OGOULAT, A.D. (2006). *Afrique Centrale et golfe de Guinée: géopolitique des termes d'Exchange entre deux region ymess sous-continentaux*. (nº 26). Enjeux.

OLIVEIRA, A. P. (2007). *A política africana da China*. Campinas. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13445945/a-politica-africana-da-china-casa-das-africanas>. Consultado a 25 de outubro de 2018.

OPEP. *Organização dos Países Exportadores de Petróleo*. Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/. Consultado a 25 de outubro de 2018.

PASCOAL, A. M. (2013). *Impacto da Cooperação Angola-China na Construção de Infraestruturas e no Desenvolvimento Social e Económico*. (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus). Évora: Universidade de Évora.

PENHA, E.A. (2015). *O Dilema da Geopolítica em Angola entre Heartland africano e o Atlântico Sul*. *Tensões Mundiais*, V. 12, Nº 22, p. 145-175. Disponível em:

<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/471/507>

PEREIRA, R. P. (2006). *A nova política da China em África*. *Relações Internacionais*. Número 10. p. 19-38.

PESTANA, Luís. A. da S. (2013). *O consenso de Pequim em África: um modelo para Angola?* (Tese de mestrado. Instituto de Estudos Políticos – Relações Internacionais). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

RENENWICK, N. (2014). *O desenvolvimento da África e os países emergentes: Brasil versus China?* *International Centre for Trade and Sustainable Development*, vol. 10, nº7, 25 setembro 2014). Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-desenvolvimento-da-%C3%A1frica-e-os-pa%C3%ADses-emergentes-brasil-versus-china> Consultado a 30 de outubro de 2018.

RIBEIRO, Valeria L. (2013) *A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Valeria L. (2015). *A expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros*. *Textos de Economia*. Vol. 18, nº 11.

RYSDYK, J. (2010). *A política externa chinesa para África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria*. (Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul de Mestre em Ciência Política). Porto Alegre: UFRS.

SARAIVA, J. F. S. (2012). *Uma África que Fernando Mourão imaginou: o renascer africano no início do século XXI*. *África: Revista do Centro de Estudos africanos*. Número Especial 2012. Págs.: 131-144. São Paulo: USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/download/102610/100883> Consultado a 25 de agosto de 2018.

SERVANTI, J. C. (2003). *A ofensiva sobre o petróleo africano*. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/a-ofensiva-sobre-o-petroleo-africano/> Acesso em 17/12/2017.

SIPRI. (2005). *Armaments, disarmament and international security*. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: http://www.sipri.org/databases/embargoes/un_arms_embargoes/angola

TAYLOR, I. (1998). China's Foreign Policy Towards Africa in the 1990s. *Journal of Modern African Studies*, vol. 36, no. 3. Cambridge: University Press.

TAYLOR, Ian. (2006). *China and Africa: engagement and compromise*. Londres: Routledge.

- The Economics of an Integrated World Oil Market. Conferência. Disponível em:
<https://www.eia.gov/conference/2009/plenary/Nordhaus.pdf>. Consultado a 10 de dezembro de 2018.
- TORRES, João C. B. (1997). *Pressuposição do projeto normativo kantiano*. (In: ROHDEN, Valério (Ed.). *Kant e a instituição da paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/GoetheInstitut/ICBA.
- TRADING ECONOMICS. (2018). Gráfico de produção de petróleo da Líbia. *Trading Economics*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/libya/crude-oil-production> Consultado a 18 de janeiro de 2018.
- TRADING ECONOMICS (2019). Angola – Indicadores Económicos. *Trading Economics*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/angola/indicators>. Consultado a 10 de julho de 2019.
- UN Comtrade (2019). China Import. *UNComtrade Analytics*. Disponível em: <https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/Region-Africa> Export. *UNComtrade Analytics*. Disponível em: <https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/>
- UNDP, IOM, UNICEF and WHO, (2002) Public Financing of Social Sectors in Angola, p.8, Disponível em:
<http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/Public%20financing%20of%20the%20social%20sectors%20in%20Angola.pdf>
- UNDP. (2007). *Statistics of the Human Development Report 2007/2008 - Fighting climate change: human solidarity in a divided world*. Nova Iorque. Disponível em:
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/268/hdr_20072008_en_complete.pdf Acesso em 20/12/2017.
- UNICEF Angola (2012) Education in Emergencies and Post-Crisis Transition. 2011 Programme Report. Luanda: UNICEP Angola Disponível em:
https://www.unicef.org/evaluation/files/EEPCT-Angola_Case_Study_042011.pdf
- U.S. Energy Information Administration (2016). Algeria. *U.S. Energy Information Administration*. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=DZA>. Consultado a 10 de dezembro de 2018. (2018). Egypt.
- U.S. Energy Information Administration (2016). Disponível em:
<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=EGY>. Consultado a 10 de dezembro de 2018.

U.S.G.S. (2010). *The Mineral Industries of Africa*. Disponível em:

<http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2008/myb3-sum-2008-africa.pdf>, Acesso em 25/01/2018.

_____. (2015). *Mineral commodity summaries 2015*. Disponível em <http://dx.doi.org/10.3133/70140094> Acesso em 10/01/2018.

VISENTINI, Paulo F. (2012). *A África na política externa internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá.

VINES, A. And Campoa, I. (2008): — “Angola and China – A Pragmatic Relationship” Working Paper Presented at a CSIS Conference on – “prospects for Improving U.S. China-Africa Cooperation”, 5 December

VISENTINI, Paulo G; OLIVEIRA, G. Z. (2012). As relações sino-africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. *Revista Século XXI*. Vol. 3, Nº.1, p. 25-40. Disponível em: <http://sumarioperiodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1834/111> Consultado a 17 de julho de 2018.

ZHAO, Hong (2008). China-U.S. Oil Rivalry in Africa. *The Copenhagen Journal of Asian Studies*. (26:2)297119. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/cjas/article/viewFile/2240/2420>. Consultado a 7 de novembro de 2018.

ZHANG, Hongming (2004) A política chinesa em África, em M. Belucci (orgs.) *Abrindo os Olhos para a China*, Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.